

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Nilzaléia da Silva Santos**

**A AFETIVIDADE E AUTORIDADE NA FAMÍLIA EM CONTEXTO DE  
INFRAÇÃO: Um estudo sobre a FUNCAP**

**Belém-Pará**

**2008**

**Nilzália da Silva Santos**

**A AFETIVIDADE E AUTORIDADE NA FAMÍLIA EM CONTEXTO DE  
INFRAÇÃO: Um Estudo Sobre A FUNCAP**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - nível de Mestrado.

**Orientador: Profº Dr. Josep Pont Vidal**

Belém-Pará

Junho/2008

Santos, Nilzaléia da Silva.

A afetividade e autoridade na família em contexto de infração: um estudo sobre a FUNCAP/Nilzaléia da Silva Santos. - 2008. 132 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pará.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Belém-Pa., 2008.

1. Família
2. Ato infracional.
3. Afetividade.
4. Autoridade.

**Nilzaléia da Silva Santos**

**A AFETIVIDADE E AUTORIDADE NA FAMÍLIA EM CONTEXTO DE  
INFRAÇÃO: Um estudo sobre a FUNCAP**

Banca Examinadora

**Profº Dr. Josep Pont Vidal**

Orientador/ UFPA

**Profª Dra. Kátia Mendonça**

Examinadora/UFPA

**Profª Dra. Maria José de Souza Barbosa.**

Examinadora/UFPA

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

À minha mãe Angelita Aurélio de Freitas Silva.

Ao meu esposo Bragmar Santos.

Aos meus filhos Heloisa e Victor Hugo

## **Agradecimentos**

A Deus, meu refúgio e minha fortaleza, em ti confio!

Ao prof<sup>o</sup> Dr. Josep Pont Vidal, pela orientação especial, pelo compromisso profissional, sua capacidade de valorização e respeito potencializa seus orientandos.

Aos professores do Mestrado pela contribuição com seus ensinamentos.

À Universidade Federal do Pará, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pelo compromisso com a qualificação profissional.

Aos presidentes da FUNCAP, Solange Tavares e Jarimar Ferreira, que possibilitaram o processo da pesquisa, acreditando na importância da qualificação do servidor.

As colegas da FUNCAP, que contribuíram para a realização do grupo focal: Eliana Penedo e Silvana Sarmento; a amiga Luiza Jardim, que gentilmente fez as correções deste trabalho e a amiga Ana Cláudia Guedes pelas excelentes contribuições metodológicas.

Ao GEPIA pela oportunidade no aprimoramento do conhecimento e troca de experiência nas discussões que fundamentaram a processo do estudo.

A minha mãe, papai, meus irmãos que sempre incentivaram os meus projetos de vida.

As famílias que participaram dos encontros do grupo focal, contribuindo com suas experiências para a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, amigos e a Selma que hoje já faz parte de nossa família.

A meus filhos Heloisa e Victor Hugo pela contribuição na realização de mais uma etapa, sempre ao meu lado me fazendo renovar o lema de vida: *desistir nunca, lutar sempre, construir é uma determinação de vida.*

Ao meu esposo e amigo Bragmar Santos, pelas contribuições na realização deste trabalho, especialmente pela dedicação de afeto e carinho nos momentos difíceis, e sempre disponível a contribuir com demonstração de amor.

Não, não tenho caminho novo.

O que tenho de novo é o jeito de caminhar.

Tiago de Mello.

## RESUMO

Este estudo refere-se à análise da relação familiar do adolescente autor de ato infracional, em cumprimento de medida socioeducativa na FUNCAP, no ano de 2007, cujo objetivo consiste em identificar aspectos fortalecedores e/ou enfraquecedores das relações familiares estabelecidas nesse contexto de infração. A metodologia utilizada foi à técnica do grupo focal, que envolveu 10 (dez) famílias de adolescente autor de ato infracional, acompanhadas no Centro de Atenção a Família na instituição. Os resultados apresentados apontam o aspecto sócio-econômico e sócio-afetivo como fatores preponderantes enquanto aspectos fortalecedores e/ou enfraquecedores, identificando as categorias autoridade e afetividade como elementos potencializador no fortalecimento dos vínculos familiares, principal base de apoio na construção de um novo projeto de vida do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Palavras-chave: Família. Ato infracional. Afetividade. Autoridade.



## **ABSTRACT**

This study concerns the analysis of the family of adolescent author of infracional act in compliance with socioeducated measure in FUNCAP, in the year 2007, whose goal is to identify aspects magnify and / or weakness of family relationships established in that context of violation. The methodology used was the technique of the focus group, which involved 10 (ten) families of adolescent author of infraction act, accompanied at the Centre of Attention to Family in the institution. The findings suggest the appearance socio-economic and socio-emotional factors as dominant as aspects magnify and / or weakness, identifying the categories authority and affection as potential elements in the strengthening of family ties, the main base of support in the construction of a new draft life of the adolescent in compliance with socioeducated measure.

**Key-Words:** family, infracional act, authority, affection.

## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	_____	
<i>CAPÍTULO I</i>	_____	15
<i>MARCO ANÁLITICO CONCEITUAL SOBRE FAMÍLIAS</i>	_____	15
1.1 Famílias no Tempo e no Espaço	_____	15
1.2 A Família Brasileira na Modernidade	_____	21
1.3 As Diversidades dos Conceitos sobre Família	_____	26
1.4 Afetividade e Autoridade como base da Relação Familiar	_____	29
1.5 Família Espaço de Sociabilidade	_____	37
<i>CAPÍTULO II</i>	_____	42
<i>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</i>	_____	42
2.1 Universo da Pesquisa	_____	42
2.2 Grupo Focal: Uma experiência com Famílias em situação de infração	_____	46
2.3 Passo a passo da Pesquisa	_____	48
2.4 Instrumentos e procedimentos do Grupo Focal	_____	51
<i>CAPÍTULO III</i>	_____	73
<i>ANÁLISE SITUACIONAL DA POLITICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DO PARÁ</i>	_____	73
3.1 Marco Legal e Instrumentos Normativos	_____	73
3.3 Cenário do Atendimento Socioeducativo	_____	80
<i>CAPÍTULO IV</i>	_____	87
<i>A AFETIVIDADE E AUTORIDADE: UMA REVELAÇÃO DO GRUPO FOCAL</i>	_____	87
4.1 Família: o real e o ideal na representação das famílias	_____	87
4.2 Como as famílias pensam a afetividade e autoridade	_____	100
4.3 Limites e possibilidades da afetividade e autoridade	_____	104
<i>Considerações Finais</i>	_____	116
<i>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</i>	_____	127

## INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, o estudo sobre família apresenta-se com relevância nas pesquisas de diversas áreas do conhecimento científico, dentre elas as Ciências Sociais, Antropologia, Psicologia e Serviço Social, esses estudos são geralmente balizados em análises que enfocam as mudanças da estrutura organizacional da familiar, os modelos e o lugar que as famílias ocupam numa dada sociedade ou segmento social. Autores como Sarti (2005); Szymanski (2002); Carvalho (2000); Kaloustian (2000); D’Incao (1996), reconhecem a família como uma instituição de construção social, que como tal exerce influência e é influenciada pelas mudanças sociais contemporâneas, de forma nenhuma como uma instituição natural.

Acredita-se que a realização de uma pesquisa sobre família exige a compreensão dos aspectos sócio-econômicos, políticos, culturais, bem como, os sócio-afetivos que permeiam as relações dos indivíduos na sociedade, os quais se apresentam senão como determinantes, pelo menos como fatores que interferem sobremaneira no agravamento dos problemas sociais, vivenciados na atualidade brasileira. Para tanto, a pesquisa, ora apresentada é uma iniciativa de análise para compreensão das relações das famílias em contexto de infração no Estado do Pará. Neste estudo consideram-se famílias em contexto de infração, aquelas que têm adolescente autor de ato infracional, em cumprimento de medida socioeducativa na FUNCAP<sup>1</sup>. Essa importante temática é de grande relevância para o aprimoramento do conhecimento na região, visto que os estudos nessa área ainda são muito escassos.

O fato de não se ter estudos que apontem as particularidades e especificidades das famílias na região Amazônica, significa dizer que não se têm indicadores confiáveis para a implementação de políticas públicas para a região. Sem dúvida esse é um dos aspectos que prejudicam e até inviabilizam a garantia de resultados impactantes na execução de programas e projetos que tinham como padrão um viés de hegemonização das diferentes regiões do Brasil, desconsiderando suas diversidades, quanto às suas características de desenvolvimento sócio-econômico, histórico-cultural e político que diferenciam a população brasileira de norte a sul.

Essa constatação não é nenhuma novidade para os pesquisadores paraenses, de diversas áreas do conhecimento, que destacam as mesmas dificuldades quando se referem a estudos

---

<sup>1</sup> FUNCAP – Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, instituição responsável pela coordenação e execução das Medidas Socioeducativas no Estado do Pará.

regionais. A pesquisa em referência vem ao encontro de uma grande inquietação pessoal, epistemológico e profissional, cujo interesse consiste na perspectiva de contribuir no preenchimento dessa lacuna no campo do conhecimento sobre essa temática especificamente no Estado do Pará. A importância do estudo sobre famílias em especial quando se tem como foco famílias em contexto de infração, é fundamental pela carência de bibliografias que evidenciam as características histórico-culturais da região, sobretudo que retratem a situação de infração.

Na pesquisa buscou-se conhecer os aspectos fortalecedores e enfraquecedores que permeiam as relações familiares dos adolescentes que cometeram ato infracional, analisando as relações estabelecidas, a partir das categorias autoridade e afetividade, no cotidiano das famílias, de forma a compreender as possibilidades e limites que potencializam efetivamente o papel de agente facilitador na construção de novo projeto de vida do socioeducando.

Na perspectiva de referenciais analíticos conceituais, como base de fundamentação para o presente estudo, constatou-se a dificuldade que alunos, professores e pesquisadores de universidades e centros de pesquisas da região encontram em função da falta de apoio e incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e publicações na Amazônia. Nessa região ainda são incipientes os estudos e pesquisas, pois os que foram realizados, na sua grande maioria, são esquecidos por falta de financiamento para publicação. Diversas monografias, dissertações e até teses de doutorado que receberam conceito “excelente” e que foram avaliadas de grande relevância como fontes de conhecimento, não sendo utilizadas na pesquisa por falta de publicação, permanecendo assim, nas bibliotecas pela insuficiente política nacional de incentivo e valorização para produção do conhecimento científico.

Ao longo de uma trajetória profissional se constrói e reconstrói conhecimento, e é nesse processo que se descobre a motivação de estar sempre disposto a rever valores e conceitos pré-concebidos, de modo a acompanhar as mudanças e transformações ocorridas na sociedade. Portanto é nessa perspectiva que se desencadeou o interesse por esse estudo sobre famílias tendo por base o despreendimento de preconceitos arraigados culturalmente ao longo da vida.

O interesse e a motivação, todavia, se fundamentam nas inquietações do cotidiano, uma vez que não se consegue encontrar alternativas baseadas somente no acúmulo do conhecimento empírico adquirido ao longo da trajetória profissional. Ao reconhecer a necessidade de ampliar a visão de homem e de mundo tem-se em vista uma melhor intervenção profissional e, assim, contribuir para a melhoria do trabalho com famílias atendidas na FUNCAP, instituição cujo

compromisso no exercício da prática profissional, consiste em executar um trabalho especializado e de qualidade com as famílias envolvidas no contexto de infração.

A relevância desse estudo centra-se na possibilidade de subsidiar outros pesquisadores e abrir novos caminhos para futuras pesquisas, em especial aos assistentes sociais, que apesar de serem profissionais e especialistas nessa área, enfrentam muitas dificuldades para a sistematização de sua prática profissional. Tal limitação é reconhecida e identifica os assistentes sociais como profissionais privilegiados para obtenção de conhecimento sobre a vida cotidiana das pessoas, mas esse conhecimento se perde por falta de sistematização e necessidade de orientação aos profissionais para a prática do registro com enfoque para a pesquisa.

Esse estudo exige a compreensão da realidade social que envolve o cotidiano das famílias desses adolescentes, analisando suas formas de se relacionarem entre si e com os outros. Isso implica em ver o mundo não apenas como ele se apresenta, mas, sobretudo em apreender a lógica interna desenvolvida no contexto familiar, ou seja, analisar as relações intra e inter familiar a partir do seu contexto sócio-econômico e cultural.

A realidade das famílias que vivenciam o processo de cumprimento das medidas socioeducativas nas unidades da FUNCAP, apresenta características bastante semelhantes no que se refere à classe social, pois, a maioria vive em situação de pobreza e exclusão social. Essa constatação não ignora a presença de adolescentes de classe média e alta, porém, destaca que são em números mínimos, quase inexistentes. Não cabe aqui identificar fatores que contribuem para esse resultado, pois seria necessária outra pesquisa uma vez que esse não é foco deste estudo.

São muitas as inquietações no exercício da prática profissional e algumas se transformaram em elementos necessários a problematização que culminou nesse trabalho, uma vez que somente através de um estudo mais aprofundado pode-se compreender e intervir em questões que se apresentam no atendimento às famílias. Sem pretensões de exaurir os questionamentos, o que se pretende é analisar as relações estabelecidas no contexto familiar desses adolescentes, até porque, se faz necessário compreender a dinâmica da família para conhecer as estratégias que utilizam para contribuir na elaboração de novas perspectivas de vida para o adolescente.

Partindo do princípio que a família é de fundamental importância para o adolescente, no processo de cumprimento da medida socioeducativa, apresenta-se como problema de pesquisa os seguintes questionamentos que surgiram no exercício da prática profissional: será que a família pode

ser efetivamente um agente facilitador na construção de um novo projeto de vida do adolescente autor de ato infracional? Quais os aspectos presentes nas relações familiares que contribuem para o fortalecimento e/ou enfraquecimento dos vínculos entre o adolescente e sua família?

A partir desses questionamentos se definiu como objetivo principal de estudo, a identificação e análise das possibilidades e limites da família vir a ser um agente em potencial na construção de um novo projeto de vida para o adolescente autor de ato infracional. A metodologia utilizada foi da técnica do grupo focal que permitiu conhecer as condições objetivas das famílias como facilitadora no processo de cumprimento das medidas socioeducativas na FUNCAP, bem como possibilitou a identificação dos fatores do cotidiano das famílias que atuam como aspectos fortalecedores dos seus vínculos.

Para analisar o fenômeno social das relações da família com o adolescente autor de ato infracional, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos tratando primeiramente do marco teórico e conceitual em que desenvolvemos uma abordagem visando introduzir o leitor em um resgate histórico, que conduz a uma reflexão acerca da concepção contemporânea sobre família e suas mudanças ao longo da história.

A abordagem dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo permite conhecer as fases da pesquisa, caracterização do universo pesquisado, demonstrando a técnica do grupo focal como um instrumental técnico para ser utilizado em pequenos grupos, com o objetivo de aprofundar assuntos que são comuns aos seus participantes, favorecendo assim, uma compreensão das relações familiares dos envolvidos na pesquisa. Em seguida apresenta-se o cenário das medidas socioeducativas no Estado do Pará, com dados quantitativos e qualitativos; o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a legislação que regulamenta as medidas socioeducativas e a normatização referendada através do SINASE<sup>2</sup> e nos relatórios de gestão da FUNCAP dos anos de 2006 e 2007.

E finalmente apresenta-se a análise de conteúdo, partindo dos registros dos encontros do grupo focal realizado com as famílias no Centro de Atenção a Família – CAF, da FUNCAP e discussões das categorias afetividade e autoridade no mundo contemporâneo. Posteriormente se procedem as conclusões finais, a partir dos resultados percebidos no desenvolvimento da pesquisa realizada com as famílias.

---

<sup>2</sup> Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (regulamentação das diretrizes norteadoras da política de atendimento socioeducativo).

## CAPÍTULO I MARCO ANALÍTICO CONCEITUAL SOBRE FAMÍLIAS

### 1.1 Famílias no Tempo e no Espaço

A família sempre foi pensada na história do Brasil como uma instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial. No entanto, até as três últimas décadas pouco se conhecia sobre o perfil da família brasileira, predominando na literatura uma imagem vinculada ao modelo patriarcal extraído da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, escrita no início do século XX. E, assim, para várias gerações de estudiosos, esse modelo funcionou como critério e medida de valor para se entender a vida familiar brasileira ao longo do tempo (FREYRE, 1987).

Pesquisas recentes, como a de D’Incao (1996) vêm demonstrando que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes. As descrições de Freyre (1987), para as áreas de lavoura canavieira do nordeste são questionadas por estudiosos que recomendam a reelaboração dos estudos sobre família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, relação de gênero e movimento da população, isso por entender que o Brasil é formado por uma diversidade sócio-cultural bastante diversificada.

Os estudos sobre a história da família brasileira buscaram de uma forma ou de outra fundamentação nos escritos teóricos do francês Ariès (1981), para quem, descreve que o modelo de família teria evoluído do tipo alargado e patriarcal predominante na Idade Média e princípios da era Moderna, para o tipo nuclear burguesa. Cabe ressaltar que na Europa essa afirmação não tem a concordância de outros autores, uma vez que estudos mais recentes apontam para a existência do tipo de família nuclear burguesa em algumas cidades da Europa no período medieval.

No Brasil esses estudos são referenciados por D’Incao (1989) como desafios para as abordagens sociológicas e antropológicas que não assumiram o passado como uma realidade a ser compreendida e investigada, mas como algo conhecido, pois, tais análises partem de conceitos de família como “tradicional”, “patriarcal” e/ou “família extensa”. De forma que sempre colocam o passado em oposição ao presente, como se estivesse transformada a família do passado em “moderna”, “nuclear” e/ou “urbana”. A realidade brasileira, tal como na Europa, também admite

que esse modelo de família nuclear, sempre existiu e, mas ainda que em algumas regiões como norte e nordeste ainda existem famílias principalmente no interior dos estados que conservam o modelo da família patriarcal.

Estudos da história demográfica questionam a família do passado, afirmando que não era tão extensa quanto ao número de parentes e que a família nuclear não é uma invenção dos tempos modernos. Para explicar tal afirmação, os estudos sobre a história da família no Brasil apontam para as mudanças sócio-econômicas ocorridas nas décadas de 60 e 70, as quais levaram a transformações sociais que acabaram por redefinir o grupo social família. Essas transformações imprimiram mudanças significativas na família, que mostram que:

(...) os conceitos de amor, maternidade, paternidade, como nós os entendemos hoje em dia, são uma criação moderna e que nos tempos antigos as pessoas estavam menos interessadas nesse tipo de emoção na família e, mais ainda, que a infância não era altamente valorizada como nos tempos atuais. Embora esses estudos não apresentem ainda evidências suficientes para sustentar completamente suas hipóteses, eles têm, sem dúvida alguma, sugerindo muitos caminhos frutíferos para a reflexão sobre família e suas mudanças (D'INCAO, 1989, p.59).

Para tanto, as transformações da sociedade implicam diretamente não somente na infraestrutura material, mas também mudam hábitos, atitudes e valores que vão interferir diretamente no processo de mudança das famílias. Alterando assim, formas e funções de vida, isto não quer dizer que a família esteja passiva frente a estas mudanças sociais, mas ela é um dos sujeitos que contribuem para a própria mudança social chegando a exercer influência na alteração de padrões da sociedade.

A questão fundamental na abordagem sobre famílias brasileiras consiste em considerar que no Brasil, o processo de desenvolvimento, a partir do modelo de colonização recebeu influência européia em quase todo o território brasileiro. O processo de miscigenação envolvendo europeu, negro e o índio, altera a formação familiar do país constituindo uma diversidade de povos, com diferente cultura, valores, hábitos e costumes em cada região do país. Outro fator a ser considerado na dinâmica da formação das famílias é o econômico, pois, a classe social a que ela pertence determina o tipo de sua sociabilidade interna e externa, uma vez que as famílias refletem aspectos do seu meio social.

Nesse sentido, D'Incao (1989) questiona estudos que justificam que a família do passado tinha função, sobretudo, econômica, inclusive o grande número de membros dessas famílias sempre foi justificado pela necessidade de muitos braços para o trabalho rural. A autora chama



atenção para essa afirmativa fazendo o seguinte questionamento: se tal explicação é aceitável para as famílias de poucos recursos, porque as de classes altas constituíram famílias grandes? Sabendo-se que os membros brancos das famílias não trabalhavam diretamente na produção agrícola. Portanto, a mesma autora entende que:

(...) ao explicarmos o tamanho da família a partir da utilidade econômica que o número de membro possa ter para alguns segmentos sociais, os demais grupos também precisariam explicar o seu tamanho em função dessa variável. Caso contrário, a título hipotético, se a família não necessita de braços para o trabalho agrícola, ela deveria apresentar-se menor. Se isso não ocorre, a família tornou-se grande por motivos outros de que a explicação econômica não deu conta (D'INCAO, 1996, p. 141-42).

Sendo assim, observa-se que as transformações sociais nas famílias precisam ser analisadas não apenas pela lógica da explicação econômica, mas também pela ótica que abrange os aspectos psico-sócio-culturais de forma que, concordando com a autora, este seja o caminho mais seguro ou pelo menos mais completo para uma reflexão eficaz.

Ressalta-se a busca pelo conhecimento sobre família, a partir da mudança do foco da família nuclear. Ao longo da história foi referência na sociedade brasileira, como modelo de organização predominante, sendo necessário despir-se das concepções moralistas e preconceituosas, a fim de compreender outras formas de convivência estabelecidas entre os indivíduos com vista entender as relações do contexto familiar pesquisado.

Nos últimos vinte anos grandes mudanças ocorreram no plano sócio-econômico e político-cultural pelas constantes transformações do mundo globalizado, que vêm interferindo na dinâmica e na estrutura familiar, imprimindo alterações no padrão tradicional de sua estrutura, organização e em suas relações. As mudanças ocorridas na sociedade suscitaram muitas discussões, levantando a tese de que a família está em processo de desagregação ou de enfraquecimento, e até mesmo quem acreditasse no seu desaparecimento.

Essas previsões não se concretizaram, uma vez que, a família está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização e lugar inicial para o exercício da cidadania, dividindo é claro essa tarefa com outras instituições como a escola e a igreja. Afirma-se ainda, que a família permanece como “matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e dos demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando” (KOLOUSTIAN, 2000, pp.11-2).

O processo de transformação das sociedades, em particular a modernização industrial, demonstra que a passagem da sociedade rural para a urbana provocou profundas mudanças nos padrões sociais e culturais que refletiram no tamanho das famílias, modelo, formas de reprodução, seu papel e na estrutura social. No curso da história a família cumpriu funções extremamente diversificadas e numerosas.

Na verdade, a família representa uma das formas sociais que, como elementos da atual estrutura cultural, devido às condições e crises cada vez mais acentuadas, executam de forma cada vez mais, pior as funções em si necessárias, sem que, no entanto, possam ser alteradas fora do contexto social geral (HORKHEIMER, 1990, pp.216-217).

Para Horkheimer (1990), as mudanças ocorridas na família não aconteceram de dentro para fora, mais sim, são as estruturas sociais e econômicas que vão interferir direta e indiretamente dentro de cada cultura, na organização da vida privada, podendo tomar diferentes formas e desenvolver funções e processos diferenciados. Nesse sentido, cabe considerar as relações de gênero como fator preponderante no processo de mudança, que sem dúvidas, dá novo olhar à compreensão do lugar social da família e de seu papel de articulação com as diversas esferas da vida em sociedade. A categoria analítica gênero permite compreender a dimensão sócio-cultural nas relações entre homens e mulheres. As identidades de gênero são vistas como construídas de forma relacional e, nessa perspectiva, a família passa exercer função singular na produção de seus papéis e significados, particularmente na socialização das crianças.

A família influencia de modo decisivo a formação psíquica da maior parte de todos os indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto pelos inconscientes. A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente à sobrevivência da ordem burguesa (HORKHEIMER, 1999, p.214).

No desenvolvimento da sociedade burguesa, a constituição do espaço público, pelo menos na sua fase inicial, ocorreu de modo a diferenciar o público e o privado, fazendo com que a família, que se caracterizaria como espaço da intimidade, fosse cada vez mais incorporada e definida na esfera privada e submetida às regras ideológicas vigentes no novo sistema (HABERMAS, 1984).

Assim, criou-se uma imagem da família como um local de comunhão de afetos, exercício do livre-arbítrio e autonomia de formação das novas gerações. Entretanto, essa imagem é parcialmente falsa, uma vez que a esfera da intimidade está submetida às regras ideológicas da sociedade, que pressionam a família a existir mais como instituição disciplinadora e repressiva do

que defensora da liberdade dos indivíduos. É nesse ponto que se estabelece a contradição da família atual: são as próprias idéias de autonomia, proteção, afeto e formação que, instituídas como ideais a serem buscados, pelo conjunto da sociedade propõe uma família que procura realizar a intimidade, a liberdade, a autonomia, a proteção e o afeto.

Apesar de ser considerada a esfera “íntima” da sociedade, a família tornou-se alvo de atenção do poder público. A formação de indivíduos saudáveis e cidadãos “normais” exigiam controle das boas normas familiares, morais e higiênicas, colocadas sob a responsabilidade da dedicada dona de casa e do pai provedor e respeitável. Poder-se-ia, hoje, afirmar que o interesse do poder público pela família visa apoiá-la em vez de normatizá-la? É imprescindível que se considere a presença da família no espaço público, sem que isso signifique meramente sua invasão pela esfera pública.

Entender a família como uma criação humana mutável, e não como uma instituição natural, constitui-se o primeiro passo para a compreensão da história da família. O pensador francês Ariès (1981), contribuiu significativamente nesse processo ao elaborar uma análise iconográfica do Antigo Regime, tematizando o surgimento da família nuclear burguesa composta basicamente por pai, mãe e filhos, abordando ainda uma complexa combinação de autoridade e amor parental. Seus estudos mostram que a família dos séculos XVI e XVII, não tinha as funções afetivas e socializadoras, mas era constituída visando apenas à transmissão da vida, a conservação dos bens, a prática de um ofício, ajuda mútua e a proteção da honra e da vida em caso de crise.

Mas é somente no século XVIII, com a ascensão da burguesia, que ocorre a privatização da família e a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do lar burguês, o que vai servir de base para a constituição da família moderna. Com a preocupação voltada para o estudo sobre a infância Ariès (1981) procurou mostrar como a família moderna introduziu mudanças de atitudes em relação às crianças, descrevendo as formas de intimidade entre pais e filhos, o cuidado e a proteção principalmente à supervalorização do amor materno na família. O mesmo autor destaca a importância da observação das qualidades emocionais das relações familiares, chamando atenção para a dimensão psicológica além da sócio-econômica e cultural.

Apesar de reconhecer a importância dos estudos de Ariès (1981), não se pode perder de vista que a história da família é descontínua, não linear e não homogênea; cada sociedade constitui seus padrões familiares distintos, cada um com sua própria história. Portanto, a família

nuclear não é um modelo único ou norma universal, mas sim um fenômeno historicamente construído, o que é plenamente explicitado nos estudos de D’Incao (1989).

Ao compreender a não-naturalidade e a mutabilidade como características da família pode-se afirmar que as diversidades de conceitos de famílias se apresentam também como o grande desafio dos estudiosos da temática. Nesse estudo, se priorizou a vertente da sociologia apresentada pela Escola de Frankfurt, cujos representantes de destaque são Adorno e Horkheimer por considerarem a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos, desenvolvendo uma linha de reflexão oposta a vertente funcionalista, uma vez que criticam o papel conservador e o elemento de dominação presentes na família.

Segundo Horkheimer, a família é lugar de adestramento para a adequação social, onde a criança aprende a relação burguesa com autoridade, o filho aprende a desenvolver o respeito pela autoridade, através da idealização da figura paterna. É através da família que o indivíduo internaliza mecanismo de submissão. Cabe ressaltar que essa não é uma relação pacífica, homogênea, por esse motivo os impulsos reprimidos podem reagir de modo destrutivo contra a própria família.

Reconhecendo a família como agência de reprodução ideológica Heller (1992) trás o debate a partir dos estudos sobre a “vida cotidiana”, afirmando que é no “fazer” de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem idéias, atos e relações. Para mesma autora, a origem dos pressupostos ideológicos se encontra no dia a dia das pessoas e estão na casa, nos hábitos dos indivíduos ou de um grupo. A reprodução da sociedade se dá inicialmente no particular, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de personalidade. Nela se colocam “em funcionamento”, todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias, ou seja:

O homem nasce já inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. O adulto deve dominar, antes de mais nada, a manipulação das coisas (das coisas, certamente, que são imprescindíveis para a vida da cotidianidade em questão) (HELLER, 1992, pp.18-9).

Nesse sentido, a vida cotidiana se apresenta como um conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens particulares criando, por sua vez, a possibilidade de reprodução social, sendo a família e a escola espaços de mediação entre o indivíduo e os

costumes, normas e ética. Pelo processo de imitação e de observação, se dá a aprendizagem dos atos cotidianos, a maneira de adquiri-los ou ensiná-los.

Quanto à desnaturalização e desuniversalização da família, a contribuição da Antropologia, veio desmistificar dois mitos, o da família conjugal como universal e o do casamento associado à satisfação sexual. É na Antropologia como disciplina que se teve grande contribuição para afirmar as relações de parentesco, de casamento e da divisão sexual do trabalho como estruturas universais, que existem em todas as sociedades, variando apenas as formas em que se combinam. É, portanto, a partir desses referenciais que se pode pensar a variabilidade, a desuniversalização e a desnaturalização da família, mas também a decomposição das relações nela envolvidas. “Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação” (SARTI, 2000, p. 39).

Numa perspectiva antropológica, a família é concebida como um grupo de procriação e de consumo, lugar privilegiado que incide a divisão sexual do trabalho, em função da qual se determina o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. Os estudos antropológicos mostram a constituição da família como sendo uma construção social e simbólica e as relações de parentesco como estruturantes da vida social (SARTI, 2005, p.77). Dessa forma, a existência e o funcionamento de princípios de reciprocidade, como relação de obrigação mútua e mobilização de recursos nas redes de parentesco têm servido de tema a variados estudos sobre a família. Assim, pode-se observar qualquer que seja a sua estrutura, é na família que são articuladas no cotidiano as referências a projeto de vida conjunta, papéis e tarefas, socialização das crianças, mercado de trabalho e ao consumo.

## **1.2 A família brasileira na modernidade**

Na sociedade agrária e escravocrata do Brasil colônia, a família era a organização fundamental, desempenhando as funções econômicas e políticas. Retratada por Gilberto Freyre, esse modelo de família patriarcal, de padrões culturais portugueses, caracterizava-se pela importância central do núcleo conjugal e da autoridade masculina, representada pelo patriarca, que era o dono do poder econômico e mando político. Outra característica dessa família era o controle da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão. Os casamentos eram realizados por conveniências, para garantia de alianças

econômicas ou políticas. Os homens tinham uma vida sexual livre, uma vez que podiam buscar satisfação sexual e emocional fora do casamento.

A mulher ao olhar de Gilberto Freyre (1987) foi vista como uma esposa dócil, submissa, ociosa e indolente; entretanto, para estudiosos mais recentes que também contestam esse modelo de família como predominante em todo o território brasileiro, a mulher desempenhou um papel muito importante na gerência do domicílio, no comando dos escravos, zelando pela educação dos filhos e assumindo o papel de chefe na ausência do esposo. Esse perfil aponta para um “modelo mais ativo que passivo de mulher, sem perda, contudo, do seu caráter subordinado e submisso” (NEDER, 2000, p.29).

A história da sociedade brasileira mostra que as mulheres sempre foram colocadas em situação de inferioridade pela própria natureza do papel social que lhe era reservado. Contudo, esta situação mudou significativamente a partir do século XIX, quando a mulher do regime patriarcal foi se libertando aos poucos, para dar vazão a um tipo de mulher mais instruída.

O processo de urbanização que começou a se dar no país desde a República, assim como a mudança do sistema econômico de cunho agrário para industrial, lhes exigia novas habilidades. As mulheres precisavam saber fazer contas para gerir os salários, dominar a leitura e a escrita de modo consistente para orientar os filhos nas tarefas da escola, ou seja, elas precisavam ampliar seus conhecimentos não para si, mas porque se esperava delas maior competência em promover a própria vida doméstica e a educação dos filhos. Elas precisavam transformar-se no suporte adequado do marido para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa (NEDER, 2000).

Apesar da abertura para o estudo, a maioria das moças, até metade do século XX, privilegiava a vida doméstica, abandonando muitas vezes o diploma e o emprego quando se casavam, ou quando os filhos nasciam o que reforçou o papel masculino de provedor para todas as necessidades materiais da família. Neste contexto, esta postura de renúncia das mulheres era valorizada, sendo dever dela se dedicar aos seus.

As transformações sociais ocorridas a partir da década de 1950 imprimiram mudanças significativas na estrutura familiar, dessas mudanças destaca-se a revolução sexual, com a evolução dos métodos anticoncepcionais que permitiram o controle maior de natalidade, marcadas especialmente pela redução do número de filhos impulsionando a emancipação das mulheres, assim como a revolução tecnológica que estabelece outra organização no mundo do trabalho.

Os impactos das revoluções sexuais e tecnológicos garantiram maior espaço e igualdade para as mulheres no mercado de trabalho, junto com a crescente escolarização e profissionalização, permitindo um contato social mais amplo e constante, intensificando-se os questionamentos e provocando mudanças. Aos poucos, a escolarização e o exercício da profissão por mulheres, tornam-se prioridades dentro das famílias. Os valores tradicionais (obediência, submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação, prendas domésticas e habilidades manuais), antes tão exaltados, ganham um caráter velado. A instituição do casamento sofre mudanças. Se ainda nas primeiras décadas de 1900 os pais determinavam os maridos das filhas, na segunda metade deste século, com os pais e irmãos não sendo mais fonte exclusiva de abertura para a vida social mais ampla, as mulheres passam a escolher seus cônjuges. Gradativamente, chega-se à “escolha livre”, num movimento que inverte a direção, pois agora os pais têm que aceitar o que a geração mais nova determinou para si mesma.

Todo este movimento de emancipação das mulheres intensifica a idéia de amor romântico. Se até metade do século XX o amor do casamento era um amor de companheirismo, ligado à responsabilidade mútua do marido e da mulher pelo cuidado da família e da propriedade, com a adesão ao amor romântico, o casamento deixou de ser um vínculo político, econômico e de reprodução, para se tornar um vínculo de amor e felicidade. Pressupondo a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo, o ideal romântico relacionava o amor com a liberdade, e trouxe maior igualdade às relações de gênero. A criação do lar, a modificação da relação pais e filhos e a “criação da maternidade”, que vieram com o amor romântico, levaram os homens a perderem seu poder dentro de casa, e a mulher a ser mais predominante (GIDDENS, 1989).

O amor romântico possibilitou o advento de valores como individualismo, hedonismo e imediatismo. Conforme Giddens (1989) este amor tem a característica da “busca”, trata-se de uma odisséia incessante em que a auto-identidade espera a sua validação a partir da descoberta do outro. Os ideais de amor romântico, porém, libertaram o vínculo conjugal de laços de parentesco e transformaram o lar e o trabalho em ambientes distintos. Maridos e esposas passaram a serem vistos como colaboradores de empreendimentos emocionais conjunto, tendo este inclusive primazia sobre as obrigações para com os filhos. Sob esta nova conjuntura, destacando-se a perda do poder político familiar; a redução familiar com a evolução dos meios contraceptivos; a emancipação da mulher e sua conseqüente entrada no mercado de trabalho; a ascensão dos

valores românticos, a família burguesa abre espaço para o surgimento de uma nova estrutura familiar: a família moderna.

O ideal de amor romântico, no entanto, que sustenta a família moderna e promete a “união das almas”, não tem se mostrado tão promissor para a ordem familiar. Ele sobrecarrega as relações, prejudicando o nível de satisfação que ela possa oferecer. As pessoas acabam confundindo a insatisfação pessoal com o fracasso matrimonial e renunciando antes ao casamento do que à idealização romântica. O número de divórcios aumenta incrivelmente, pesquisas como uma realizada pelo UNICEF em 2002, mostra que não pelas pessoas não acharem o casamento importante, mas sim por considerá-lo tão importante que não podem aceitar um cônjuge que não esteja à altura de suas expectativas. Os casamentos começam, portanto, a durar cada vez menos e os recasamentos tornam-se mais freqüentes, dando origem a novas estruturas familiares.

Assim, a partir da década de 1970, devido às transformações sociais aqui descritas, gerou-se uma grande incerteza e insegurança dos pais, quanto à melhor forma de educar seus filhos. A preocupação não era mais se os filhos eram “bem educados”, mas sim quanto ao futuro deles, ao que viriam a ser, aumentando o interesse pelas práticas de cuidado e educação. O casamento, deixando de ser uma opção de proteção e sobrevivência econômica para a mulher e seus filhos, impulsiona a se profissionalizar, abandonando assim os trabalhos domésticos e os trabalhos atrelados aos adultos da família ou à Igreja.

Além das funções tradicionais da mulher-mãe e dona de casa, ao entrarem no mercado de trabalho, tanto por necessidade como para garantir sua autonomia financeira assumiram também o papel de provedoras. Os homens mostram-se estáticos às mudanças, negando-se a dividir as funções domésticas, mantêm-se distantes dos cuidados com os filhos, que as mães. Apesar de se reconhecer os avanços nesse sentido, eles ficam mais na condição de brincar com as crianças, e não necessariamente se preocupando com a alimentação, higiene, enfim com o cuidado de modo geral dos filhos.

As mulheres sofrem com tudo isso, não apenas pela sobrecarga, mas também pelo fato de continuarem privilegiando mais o espaço privado do que o público, vivendo um eterno sentimento de dívida com os filhos. Esta situação seria responsável, pelo aumento de conflitos entre os casais, sentimentos de incompreensão, solidão, tédio, tensão, cansaço e aborrecimento em ambos os cônjuges, situações estas, que a grande maioria não consegue lidar, visto não estar



preparada para o enfrentamento, procurando muitas vezes não a melhor forma, mas até mesmo partindo para agressões físicas e psicológicas.

O novo conjunto de estilos de vida e de constituição de grupos familiares presentes na modernidade envolve, sobretudo, uma postura paradoxal de preservação do eu, do indivíduo. Os membros familiares dedicam cada vez menos tempo a compartilhar suas experiências, a dividir tarefas, expectativas, sentimentos, falar de projetos conjuntos. Entre as possíveis origens deste comportamento, destacam-se: a realidade econômica que cobra das pessoas mais horas de dedicação ao trabalho; o fato dos papéis sociais do homem e da mulher estar, cada vez mais parecidos e se confundirem, o que os leva a disputar posições idênticas no mercado e em casa; e o medo de se sentirem presos a uma obrigação de compartilhar. Hoje se busca o amor, a convivência a dois, sem querer levar junto o sacrifício da partilha que é inerente, a essa relação.

As mudanças sócio-econômicas, político e cultural, tais como a urbanização crescente, o maior controle do Estado, a emancipação das mulheres e a ascensão de valores românticos, possibilitaram, na segunda metade no século XX, o nascimento de uma nova estrutura familiar, a família moderna. Caracterizada pela maior igualdade de *status* entre homens e mulheres; maior e melhor participação das mulheres nas atividades economicamente rentáveis; aumento do controle de natalidade; aumento de separações e de recasamentos; queda da autoridade paterna e o conseqüente estreitamento das relações familiares; enfraquecimento dos laços de parentesco e, conseqüentemente, uma substituição da família extensa pelo grupo conjugal, as famílias modernas, diferentes das estruturas familiares anteriores, deixa de ser um grupo econômico e político, e o elemento mais importante na organização social.

No entanto, apesar das mudanças na estrutura familiar, isto não implicou automaticamente no fim do patriarcalismo, mas sim em sua transformação. As intervenções estatais levaram ao declínio da legitimação patriarcal como autoridade política, dando origem a um novo patriarcalismo, caracterizado pela perda da função política do patriarca, porém ainda com total autoridade dentro de um âmbito mais restrito, a família nuclear fechada (D'INCAO, 1996).

Mas não apenas o patriarcalismo permanece. Segundo D'Incao (1996), as relações paternalistas continuam sendo uma característica marcante da sociedade brasileira. Observa-se também, que os valores que os antepassados cultivaram e buscaram imprimir em seus filhos e netos estão presentes até hoje, mesmo que mascarados. Os valores familiares são muito fortes e se mantêm por uma continuidade familiar, apesar dos novos contornos que se dão à instituição.

As funções femininas dentro da família são um desses pontos que estão pouco inalteradas. Embora a mulher tenha conquistado no espaço público, mais direito e maior igualdade, dentro de casa a situação é outra. Ela continua sendo a única responsável pelo lar e carrega o sentimento de culpa quando “a criança fica doente”, “os pais precisam de ajuda”, “o casamento vai mal”. Del Priore (1991) pontua que a família brasileira continua sendo a correia de transmissão de valores e tradições, e fonte de poder, pois além do nepotismo ser um fato em nosso país, existe famílias especialmente nas regiões menos urbanizadas, que controlam a vida de muitas pessoas.

Além disso, observa que ainda é comum a presença de “agregados”, como padrinhos, madrinhas, afilhados, parentes pobres, em muitos contextos familiares. Assim, se constata que a família sofre transformações com o tempo, que ela se adapta aos novos contextos. Contudo, como se podem observar aqui, as mudanças internas, como a disposição de papéis, funções e valores, não ocorrem no mesmo passo que as mudanças estruturais. Enquanto a estrutura diminui com versatilidade, acompanhando as mudanças econômicas, a organização familiar interna parece precisar de muito mais tempo.

### **1.3 As diversidades dos conceitos sobre família**

A amplitude de literaturas sobre a história das famílias brasileiras revela uma diversidade de conceitos, deixando claro que não existe uma única definição, e nem poderia, uma vez que cada definição está fundamentada numa determinada corrente de pensamento que orienta a forma de agir e de pensar de cada sujeito. Essas diferenças de concepção precisam ser respeitadas para que se evitem preconceitos e até discriminação quanto à tolerância com a diversidade humana, e assim a aceitação das diversas composições de família, de forma a evitar os paradigmas de família normal X família incompleta, ou qualquer coisa dessa ordem.

Portanto, pensar a família como uma instituição historicamente construída exige-se um olhar “plural”, “tendo em vista a multiplicidade étnico-cultural que embasa a composição demográfica brasileira”, que compartilhando com outros autores considera a família enquanto *locus* de produção de identidade social básica para qualquer criança (NEDER, 2000, p.26). Na antropologia predomina a noção de família como grupo de pessoas que estão ligadas por relações afetivas construídas sobre laços de consangüinidade e aliança, ou seja:

Agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes (SZYMANSKI, 2002, p. 10).

Essa noção da família como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo, é adotada como referencial teórico de diversos autores dentre eles: “Kaslow, 2001; Sâmara, 1992; Sarti, 1992; Segalen, 1981; Szymanski, 2001” (apud. SZYMANSKI, 2002, p.9). Coincide também com as referências dos levantamentos censitários, que por sua vez definem família como:

(...) é a convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo, cujos elementos partilham uma “caixa” comum, um orçamento e um sistema de compras em conjunto (BRUSCHINI, 2000, p.74).

Considerando-se membros da família apenas pessoa residente na mesma unidade doméstica se desconsidera os parentes que não moram na mesma casa como parte da família, mesmo que estes contribuam no orçamento familiar. As famílias que moram nas periferias das capitais brasileiras, em terreno grande, cada filho que constitui sua nova família vai fazendo uma casa nos fundos da casa dos pais, o que para alguns autores chama-se de famílias ampliadas.

No estudo da história da família sob a ótica da demografia, predominou o “modelo da sociologia funcionalista, para a qual a família é definida como núcleo conjugal composto do casal e seus filhos, nos limites de um domicílio comum” (BRUSCHINI, 2000, p.74).

Diante da complexidade de se construir conhecimento e contribuir para a formação de opinião é grande o desafio que se coloca no estudo sobre as famílias, pois exige do pesquisador a mudança do foco da estrutura da família nuclear, predominante no imaginário social como modelo de organização familiar, para consideração de outras formas de convivência em família. Na concepção da Szymanski (2002), a diversidade de estruturas familiares não é algo novo, sempre existiram, porém por uma série de fatores, essas formas de organização não eram consideradas como referências de família presentes desde muito tempo na história da sociedade brasileira, de forma que a autora aponta pelo menos 9 (nove) formas diferenciadas de organização familiar:

Família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; família extensa, incluindo três ou quatro gerações; famílias adotivas temporárias; famílias adotivas que podem ser biraciais ou multiculturais; casais com ou sem filhos; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; casais homossexuais com ou sem criança; famílias reconstituídas depois do divórcio; várias pessoas vivendo juntas sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo (KASLOW *apud* SZYMANSKI, 2002, p. 10).

Como se pode perceber nesta classificação apresentada as mudanças ocorridas na formação familiar, as quais se contrapõem aquela conhecida universalmente como modelo, no caso, a nuclear, pois, as circunstâncias que a envolvem no contexto da vida moderna lhe impõe uma grande diversidade na sua concepção alterando profundamente a sua estrutura. Cabe ressaltar, ainda, que os tipos de famílias acima sempre existiram, porém, não havia interesse no seu reconhecimento, em função dos modelos organizacionais que orientavam os valores morais da sociedade repudiaram sua presença, já que se constituíam em um acinte a “verdadeira” família, no caso, a nuclear.

Portanto, Neder (2000) afirma que não existe e nunca existiu histórica e antropologicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar, nesse sentido, qualquer estudo ou trabalho sobre famílias não deve utilizar classificação equivocada de “desestruturada” “desorganizada” “incompleta”, por exemplo, uma família em que é composta pela mãe e os filhos, composição muito comum na atualidade brasileira.

Para os estudiosos da questão, família é conceito que aparece e desaparece das teorias sociais e humanas, ora enaltecida, ora demonizada. É acusada como gênese de todos os males, especialmente da repressão e da servidão, ou exaltada como provedora do corpo e da alma. Outra situação levantada pelos teóricos da temática era quanto a sua extinção, demonstrando que a família perdia gradativamente suas funções clássicas de cuidar e educar. “Todavia, as tentativas e as previsões sobre o seu desaparecimento não deram certas. Ela continua sendo para o bem ou para o mal, a mediação entre o indivíduo e a sociedade”. Entretanto, hoje se assiste uma grande corrida para resgatar o valor da família enquanto força agregadora e espaço privilegiado de socialização do indivíduo, sendo foco de atenção das políticas públicas do país. Tanto que pesquisas realizadas pela UNICEF, em 2002, apontam a família como a mais importante instituição é desejada pelos jovens (SAWAIA, 2005, pp.40-1)

Segundo Kaloustian (2000) a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, que se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constrói as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. A família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida

social. A educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

A família enquanto espaço de socialização do indivíduo na sociedade, tem sua função prejudicada quando suas condições de vida são precárias. Sabe-se que grande parcela da população brasileira vive em processo contínuo de exclusão social, tornando impraticável o exercício de suas funções, haja vista que a luta pela sobrevivência, sobretudo às condições materiais, impõe-se como preocupação central.

#### **1.4 Afetividade e Autoridade como base da relação familiar**

Na história da família sempre existiu o elemento da educação para a autoridade, representado pelo poder disciplinador da família sobre a moral, a sexualidade e a vida reprodutiva, bem como, na função mediadora de ideologias e relações de dominação. A família sempre foi vista como espaço de reprodução do capital e da alienação, como mediadora privilegiada da reprodução da desigualdade e do autoritarismo. Tanto nas teorias como nas práticas sociais críticas transformadoras, a família é reconhecida por ser um espaço antagônico na sociedade, pois como uma unidade afetiva colabora com a reprodução social e como unidade econômica reproduz trabalhadores.

A relação de poder e de autoridade está presente em todos os contextos de famílias. Porém é a forma de ver o mundo que norteia essa relação no interior das relações familiares, de maneira que a situação sócio-econômica e cultural é fator preponderante no exercício do poder.

A posição de autoridade do homem na família na sociedade atual depende essencialmente da sua posição social, ou seja, se ele deixa de ganhar ou de ter dinheiro, seu prestígio na família também cai. Não só porque respeito e amor costumam orientar-se pelo sucesso, mas também porque a família chega então à beira do desespero e da decomposição e se torna incapaz daqueles sentimentos positivos. Na estrutura de autoridade de uma família os poderes psíquicos e físicos que procedem do econômico demonstram sua capacidade de resistência. Eles resultam originariamente da base material da sociedade, da posição do homem neste regime de produção. A diversidade no ser dos grupos sociais, condicionada pelo tipo de rendimento, exerce sua influência sobre a estrutura das famílias (HORKHEIMER, 1990, p. 221).

Nesse sentido, vale ressaltar que o poder e autoridade na família estão intimamente ligados à questão sócio-econômica. O processo de transformação da perda de autoridade que hoje a família passa, tem origem no declínio da autoridade paterna, em função da independência dos

membros da casa, pela emancipação da mulher, o acentuado desvirtuamento da religião, enfim, porque se perdeu paulatinamente a consciência das normas e valores estabelecidos ao longo da história pela civilização ocidental.

A autoridade na família ditada pela sociedade moderna reside no fato de que essa posição de supremacia, hoje, é definida pelo componente que detém maior sucesso financeiro, ou seja, se, por exemplo, quando o homem não possui renda, seu prestígio familiar entra em decadência. Isso porque os laços afetivos têm como mola propulsora o sucesso profissional, já que sem este, o chefe da casa deixa de ser a referência, o que, normalmente, leva os demais membros a uma crise deixando-os incapazes de lhe nutrir sentimentos positivos. Em resumo, a posição de autoridade na família é exercida por quem possui posição de destaque no processo de produção da sociedade, e quando não se tem ninguém ocupando essa posição acontece que:

A lei da grande indústria destrói o lar aconchegante impede não apenas o homem, mas também em muitos casos, a mulher a uma vida difícil fora de casa. Impotência e falta de oportunidade de trabalho produtivo desfizeram, em larga escala, as iniciativas de novos tipos de educação. A estima da autoridade aumenta na proporção da diminuição de forças criativas. A família muda sua estrutura e função tanto de acordo com períodos isolados quanto também segundo os grupos sociais. Ela se transforma de maneira decidida, sob as influências de desenvolvimento industrial (HORKHEIMER, 1990, p.235).

Essas transformações vão repercutir significativamente na vida das famílias, mudando sua forma de organização, modo de pensar e agir, nas camadas de classe média e alta, a possibilidade do poder de autoridade ser diluído é grande, uma vez que, quando mais de uma pessoa da família possui renda, ela conquista poder econômico, o que favorece a divisão de responsabilidades e autonomia. Enquanto, nas camadas mais empobrecidas geralmente não se tem uma pessoa que detenha o poder econômico, haja vista que sobrevive de trabalho informal não possui renda fixa, vive numa total insegurança financeira, que vai interferir no cotidiano das famílias, primordialmente, na função que exerce cada um. Quando não existe essa referência em nenhum dos membros, a família fica sem direção, ninguém assume o papel de autoridade, portanto ninguém assume responsabilidades especialmente com as crianças, adolescentes e idosos, que são os que mais necessitam de cuidados e atenção.

A relação de autoridade e afetividade presente na dinâmica familiar envolve não somente aspectos objetivos, mas guardam referências com o problema da construção da consciência e da vida cotidiana que rege as relações interpessoais. Tradicionalmente, o marxismo dedicou pouca atenção à subjetividade. O próprio Karl Marx sobrepõe o conceito de “consciência” ao conceito

de subjetividade, pois, embora este autor se aproprie da idéia de Hegel, distancia-se deste, o qual analisa a consciência como se existisse independentemente das pessoas. Para Marx, o que importa é a análise da consciência das pessoas reais: a consciência do homem, do homem real, que por sê-lo vive também em um mundo real, e se vê condicionado por este. (MARX, 1986 p. 254)

Para Marx e o materialismo histórico, não existe nada mais fora da natureza e os seres humanos. Marx chegará à conclusão de que “a consciência do homem esta determinada por sua existência social”, em sua obra não estabelece com absoluta clareza o que significa a existência social, e se esta é exclusivamente de base econômica, aspecto que permite interpretar este aspecto crucial da sua obra com a dualidade epistemológica da liberdade ou manipulação por parte de alguns cientistas. Para explicar a construção destas crenças espirituais, Marx parte dos conceitos de “infra-estrutura” e a “superestrutura”. Em relação à “superestrutura”, considerou como os fios invisíveis da religião e a cultura determinada historicamente e considerados como parte das ideologias propostas pelas classes burguesas. (VIDAL, 2008)

Desta forma Marx se opõe às idéias do Hegel, devido à forma efêmera e insuficiente em que definia a autoconsciência. A consciência é para o Marx, uma característica das pessoas e de sua ação. Entretanto, não fica claro na obra do Marx se a consciência se constrói a partir da subjetividade ou são as estruturas, especialmente, as econômicas, que coagem o indivíduo e como este se vincula à vida cotidiana. Sem embargo, tampouco Karl Marx, oferece uma resposta satisfatória ao problema da autoconstrução da consciência a partir da subjetividade marcada dentro da vida cotidiana.

Assim, é possível afirmar que todos os homens têm vida cotidiana. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Isso quer dizer que a construção social do ser humano “(...) a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (HELLER, 1992, p.17). Esta teórica marxista da Escola do Budapeste foi quem prestou maior atenção à subjetividade na vida cotidiana.

No processo de educação e formação, os adultos, de certa forma, estão “autorizados” socialmente a exercer poder sobre crianças e adolescentes, “poder necessário à socialização destes, como exemplo, o pátrio poder e o poder do professor sobre os alunos”. Entretanto, é importante o adulto responsável no processo de educar atentar para que se faça distinção do poder

violento e do poder não violento, para não utilizar esse poder negando aos outros seus direitos a ponto de ser destruidor da identidade do dominado. “O poder é uma força que alguém tem e que a exerce visando alcançar objetivos previamente definidos. O poder pode ser exercido de diferentes formas e em sua forma autoritária ele é validado autovalidado pela autoridade de quem o detém e decide” (FALEIROS, 2000. p.13). Assim, precisa se está atento, pois, o exercício da autoridade e do autoritarismo anda lado a lado, sendo diferenciados por fatores sociais que permeiam essa relação bem como pelo nível de afetividade presente na família.

Nesse sentido, a família pode ser um espaço de construção de identidade, como também uma unidade de adstramento e violação de direitos, partindo do princípio de que o ser humano é complexo, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir. Sendo que essa relação é agravada quando em condições sociais de escassez, de privação e de falta de perspectivas, prejudica a sua capacidade de educar, comprometendo assim, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro. “Na medida em que a vida à qual está submetido não o trata enquanto homem, suas respostas tendem à rudeza da sua mera defesa da sobrevivência” (VICENTE, 2000, p.55).

Sem dúvida que as famílias que vivem em situação de exclusão social, não tendo acesso aos bens e serviços da sociedade, enfrentam diariamente situações que ameaçam, não somente seus corpos, mas também seus vínculos e subjetividade, ou seja, têm seus laços familiares fragilizados e até mesmo rompidos. Entretanto, os laços de afetividade e de autoridade que une essa família, se apresentam como fatores preponderantes na definição da qualidade de relação estabelecida.

A afetividade consiste em emoções e sentimento, que se cultiva e se canaliza em determinada direção para demonstrar através de gestos e atitudes de amor por alguém ou por alguma coisa. Não se pode afirmar que é por excesso ou por falta de amor que muitas crianças e jovens crescem desorientados. É preciso analisar principalmente o contexto social ao qual se está inserido, dentro de uma ótica objetiva e subjetiva. O afeto é apenas um dos aspectos que podem interferir na educação desses sujeitos, mas sabe-se que existem fatores objetivos que exercem influência significativa na vida de uma pessoa.

Uma criança percebe que é amada pelos pais pela demonstração do afeto, quando é acarinhada, acariciada, abraçada, beijada, ou ainda quando ouvem uma história, uma canção, algumas palavras de carinho. A criança é sensível para perceber quando a demonstração de afeto



é apenas dramatizada, por isso os pais não podem fingir que amam suas crianças, só devem fazê-lo se realmente estiverem com vontade e não porque a sociedade lhes cobra que sejam amáveis:

Socialmente convencionou-se que a mãe e, na história mais recente, o pai têm que amar o filho. E amor, nessa situação, significa cuidar adequadamente dele, material e emocionalmente. Portanto, a mãe (sobretudo) e o pai que não o fazem, estão deixando de cumprir seus deveres e violando direitos da criança. Essa violação de direitos está sujeita a sanções por parte do Estado, por meio do Poder Judiciário. (FÁVERO, 2007, p.55).

Os estudiosos da questão dizem que afeto nunca é demais, pois tanto a falta ou o excesso de afeto na relação com o filho só atrapalha quando paralisa os pais em sua função educativa, deixando-o inerte quanto à posição de autoridade, limites e responsabilidade para com os filhos no processo de educação e formação. Essa formação implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção entre pais e filhos. De fato, há boas razões para se acreditar que sem esta ligação emocional com os outros significativos o processo de aprendizado seria difícil, ou até mesmo impossível. A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Qualquer que seja a interiorização, somente se realiza quando há identificação.

A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. Por meio desta identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. A sociedade apresenta um conjunto antecipadamente definido de outros significativos, que ele tem de aceitar como tais, sem possibilidade de optar por outro arranjo. “Temos de nos arranjar com os pais que o destino nos deu” (BERGER & LUCKMANN 1997, p.180).

Esta injusta desvantagem inerente à situação de ser criança tem como consequência evidente que, embora a criança não seja simplesmente passiva no processo de sua socialização, são os adultos que estabelecem as regras do jogo da vida. A criança pode participar do jogo com entusiasmo ou com mal-humorada resistência. Mas infelizmente não há outro jogo à vista. Desde que a criança não tem escolha ao selecionar, seus outros significativos, identifica-se automaticamente com eles. Pela mesma razão a interiorização da particular realidade deles é quase inevitável.

A criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para ele como sendo um dos muitos mundos possíveis. Interioriza-se como sendo *o mundo*, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. É por essa razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente enraizado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias. A socialização primária realiza assim o que (numa visão retrospectiva, evidentemente) pode ser considerado o mais importante conto-do-vigário que a sociedade prega ao indivíduo, ou seja, fazer

aparecer como necessidade o que de fato é um feixe de contingências, dando deste modo sentido ao acidente que é o nascimento dele (BERGER & LUCKMANN, 1997, p.181).

Daí a importância de proporcionar à criança um ambiente saudável e afetivo, para que ela possa registrar no seu mundo interior, sentimentos fortes que vão ajudá-la a construir uma identidade segura capaz de desenvolver um caráter fortalecedor de sua personalidade. O exercício da afetividade na família exige de seus membros habilidade para viver uma ação, a qual implica na prática do poder humano, que só pode ser exercido na liberdade e nunca como uma obrigação. O amor é uma atividade e não um afeto passivo; é um “erguimento” e não uma “queda”, o caráter ativo do amor antes de tudo, consiste em dar e não em receber (FROMM, 1966). Portanto, na família, não se pode estabelecer relação afetiva esperando o retorno amoroso do outro, como se fosse garantia, a vida cotidiana mostra que não é bem assim, uma relação afetiva se constrói nos gestos e atitudes na convivência familiar.

Segundo E. Fromm, cada pessoa precisa entender que dar implica fazer da outra pessoa também um doador e ambos compartilham da alegria de haver trazido algo à vida. No ato de dar, algo nasce, e ambas as pessoas envolvidas são gratas pela vida que para ambas nasceu. Com relação especificamente ao amor, isso significa: “o amor é uma força que produz amor; impotência é a incapacidade de produzir amor”. Além do elemento de dar, o caráter ativo do amor torna-se evidente no fato de implicar sempre certos elementos básicos comuns a todas as formas de amor. São eles: cuidado, responsabilidade, respeito e conhecimento (FROMM, 1966, p.39).

Cada família constrói suas relações, estabelecendo ligações interpessoais, através da qual se percebe a qualidade do vínculo estabelecido entre eles, se é pautada na reciprocidade, que indica qual o conteúdo afetivo vivenciado, sentimentos que circulam entre os membros da família como amor, ódio, rancor, mágoa, tolerância, bondade. São os sentimentos que indicam o conteúdo relacional e como essas forças afetivas são expressas. Estabelecer uma relação forte e duradoura possibilita possibilidades para o desenvolvimento da auto-estima.

A formação da auto-estima se dá ao longo do tempo, desde a infância, sendo a convivência familiar a principal referência nesse processo de evolução. É principalmente na família, que se aprende a fazer um juízo de valor sobre si mesmo, descobrindo suas potencialidades e limites. Por isso convém refletir, na condição de pais ou educadores, sobre como cada um está contribuindo na formação da auto-estima de crianças e adolescentes que estão sob seus cuidados e proteção.

É importante o cuidado com os “rótulos” (preguiçoso, burro, incompetente, faz tudo errado, sem vergonha, saliente, e outros). Esses tipos de críticas não contribuíram em nada, uma vez que não agrega nenhum valor positivo, muito pelo contrário. A criança precisa sentir-se valorizada, reforçando sempre suas qualidades e potencialidades. É fundamental oferecer uma rede afetiva permeada por tolerância, aconchego, afeto, compreensão, limites e amor. Uma convivência familiar que reúnam todos esses cuidados e elementos na relação se apresentam como possibilidade de um desenvolvimento saudável, favorece a formação de pessoas seguras, com doses elevadas de auto-estima, capazes de enfrentar os desafios da vida para relacionar-se com maior competência emocional na convivência com o outro.

A família é um espaço propício para se desenvolver a prática de amar, uma vez que nela se pressupõe que exista a preocupação ativa pela vida e pelo crescimento de cada um de seus membros, quando falta essa preocupação ativa não há amor. A essência do amor é “trabalhar” por alguma coisa e “fazer alguma coisa crescer”, “ama-se aquilo por que se trabalha e trabalha-se por aquilo que se ama” (FROMM, 1966, p.41). Para tanto, a família que exercita a prática de amar consegue desenvolver melhor uma relação capaz de produzir sujeitos melhores preparados para o convívio social, já que eles são capazes de desenvolver melhor, as habilidades necessárias para o enfrentamento dos problemas da realidade.

Para Fromm (1966), cuidado e preocupação implica outro aspecto do amor: o da responsabilidade, que é o ato inteiramente voluntário; é a resposta que se dá às necessidades expressas ou não expressas de outro ser humano. Ser “responsável” significa ter de “responder”, estar pronto para isso. Portanto, o ato de amar, não é algo inerente ao ser humano, é construído no seu desenvolvimento. Assim, o amor materno não é natural e sim social e culturalmente construído. Pesquisas sobre o “mito do amor materno” demonstram que esse “amor não é inato, depende de condições sociais, econômicas, históricas, ou, o sentimento do amor materno depende de “ocasiões propícias ao apego”. (FÁVERO, 2007, p. 57).

Ainda segundo Fromm (1966), outro elemento ativo do amor é o respeito, que significa a preocupação de que a outra pessoa cresça e se desenvolva, numa relação em que prevalece a valorização do outro. Isso acontece quando se deseja que a pessoa amada cresça e se desenvolva por si mesma, por seus próprios modos e não para o fim de servir ao outro. Respeitar uma pessoa exige conhecê-la, assim também, cuidado e responsabilidade seriam cegos se não fossem guiados pelo conhecimento. O conhecimento seria vazio se não fosse motivado pela preocupação. O

conhecimento que é um aspecto do amor é aquele que não fica na periferia, mas penetra até o âmago. Só é possível quando transcender a preocupação do eu mesmo e vê a outra pessoa em seus próprios termos.

O meio único de conhecimento completo está no ato do amor: esse ato transcende o pensamento, transcende as palavras. É o mergulho ousado na experiência da união. Contudo, o conhecimento pelo pensamento, que é conhecimento psicológico, torna-se condição necessária para o pleno conhecimento no ato do amor. Só se conhece objetivamente um ser humano quando conhecê-lo em sua essência última, no ato de amor.

Para Fromm (1966), não se pode aprender algo a não ser praticando. Para tanto, com a prática de amar não é diferente. A prática de qualquer arte tem certos requisitos gerais, na arte de amar destaca-se: a disciplina, a concentração, paciência, condições e fé. A disciplina é fundamental, pois nunca alguém será bom em coisa alguma, se não a fizer de modo disciplinado; tudo que eu só puder fazer quando “estiver” disposto pode ser uma diversão bonita ou aprazível, mas nunca me tornarei mestre nessa arte. Porém, não são praticando certo número de horas todos os dias, mas é o da disciplina na vida inteira da pessoa.

A concentração é condição necessária para o domínio de uma arte. Sabe-se, que na cultura brasileira a autodisciplina e a concentração são aspectos raros no cotidiano das pessoas. A falta de concentração facilmente se mostra na dificuldade de se ficar só consigo mesmo. Sentar-se quieto, sem falar, fumar, ler, beber, é impossível para a maioria das pessoas. Ficam nervosas e inquietas, precisam fazer algo com a boca ou com as mãos.

A paciência também é necessária, quando se quer alcançar alguma coisa. Quem anda atrás de resultados rápidos nunca aprende uma arte. Contudo, para o homem moderno, a paciência é prática tão difícil quanto à disciplina e a concentração. O homem acredita perder tempo quando não faz as coisas rapidamente.

A condição do aprendizado de qualquer arte é uma preocupação suprema com o domínio dela. Se a arte não for coisa de suprema importância, o aprendiz nunca a aprenderá. Ficar, no máximo, como um bom amador, mas nunca se tornará um mestre. Criar condições com relação à arte de amar significa que, quem aspire a tornar-se mestre nessa arte, deve começar por praticar a disciplina, a concentração e a paciência, em todas as fases de sua vida.

A principal condição para realização do amor é a superação do narcisismo. A orientação narcisista é aquela em que só se experimenta como real o que existe dentro da pessoa, ao passo que

os fenômenos do mundo exterior não têm realidade em si mesmo, mas são experimentados somente do ponto de vista de serem úteis ou perigosos. O pólo oposto ao narcisismo é a objetividade, que é a faculdade de ver pessoas e coisas tais como são, objetivamente, e a capacidade de separar esta imagem objetiva de uma imagem formada pelos desejos e temores que se tenham.

Ainda segundo Fromm (1966) o amor, por ser dependente da relativa ausência de narcisismo, requer o desenvolvimento da humildade, da objetividade e da razão. Adquirir a capacidade de objetividade e de razão é meio caminho andado para assenhorear-se da arte de amar, mas isso deve ser adquirido com relação a todos aqueles com quem se entra em contato. Se alguém quer reservar sua objetividade para a pessoa amada, pensando poder dispensá-la em suas relações com o resto do mundo, logo descobrirá que falhou tanto numa como noutra coisa.

A capacidade de amar depende da capacidade de emergir do narcisismo e da fixação incestuosa à mãe e ao clã; depende da capacidade de crescer, de desenvolver uma orientação produtiva em relação com o mundo e para conosco mesmos. Esse processo de emersão, de nascimento, de despertar requer como condição necessária, uma qualidade: a fé. A prática da arte de amar exige a prática da fé, fala de uma fé que não é irracional, ou seja, daquela, em que a crença numa pessoa ou numa idéia baseia-se na submissão à autoridade irracional. Mas se fala da fé racional, que é uma convicção enraizada na própria experiência que se tem de pensamento ou sentimento. (FROMM, 1966, p.116)

Concorda-se com Fromm (1966) quando afirma que a prática da arte de amar exige ter fé, uma necessidade que tem suas raízes na atividade produtiva intelectual e emocional, ou seja, no pensamento racional. Ter fé requer coragem, a capacidade de correr um risco, a disposição de aceitar mesmo a dor e a decepção. Quem quer que se feche num sistema de defesa, em que à distância e a possessividade sejam seus principais meios de segurança, faz de si um prisioneiro. Ser amado e também amar requer coragem implica na coragem de julgar certos valores como sendo de extrema preocupação, de saltar à frente e apostar tudo nesses valores. É ter coragem de enfrentar desafios, dividir sonhos, construir projetos comuns com o outro.

### **1.5. Família espaço de Sociabilidade**

A família é considerada pelos estudiosos da temática como instituição básica e primeira de formação e proteção de seus membros. É nela que a criança inicia o processo de socialização, pelo qual ela internaliza a ordem social, numa relação dinâmica entre a cultura e sua subjetividade, de

modo que o mundo social integra o processo de construção da subjetividade. Esse processo, por ser dinâmico, inclui a compreensão e introjeção, mas também o questionamento e a ressignificação dos valores e hábitos adquiridos (BERGER & LUCKMANN, 1997).

O processo de socialização é subdividido em dois períodos: primário e secundário. A socialização primária é a que se dá dentro da família e se caracteriza não “apenas por ser a primeira, mas por ser baseada na relação com as figuras básicas de autoridade e afeto” e, por isso mesmo, introduz a criança em um mundo aonde vai se construindo o processo de sua identidade. Enquanto que a socialização secundária “vem de outros agentes e instituições com as quais a criança vai conviver, trazendo novos valores e significados que serão acrescidos ou contrapostos àqueles já aprendidos” (VITALE, 2000, p. 90).

A família não é o único canal pelo qual se pode compreender o processo de socialização, mas é, sem dúvida, um espaço privilegiado, por ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. Para tanto, não se pode perder de vista que a família, não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo (VITALE, 2000, p. 90).

Desde a década de 60, não apenas no cenário nacional, mas em escala mundial, a família como espaço de sociabilidade representa um campo de constantes alterações, recebendo o impacto das transformações advindas do contexto sócio-econômico em que se insere, apresentando mudanças nem sempre perceptíveis, outras são mais visíveis na sociedade. Vitale (2000, p.91) destaca “o aumento da expectativa de vida”, que tende a redefinir novos equilíbrios nas relações intergeracionais; “a mudança central da inserção da mulher no mercado de trabalho”; do “controle da natalidade”; o qual gesta novos papéis masculinos e femininos; “novos laços conjugais e novos arranjos familiares”. Essas mudanças interferem diretamente nas relações familiares e implicam em seu sentido e em sua direção (VITALE, 2000, p. 92).

Com a expansão do processo de industrialização, o advento da urbanização e a imigração, ocorreram avanços nas idéias feministas e o aumento da participação da mulher na esfera pública. Advindo nesse processo os conflitos entre os valores de igualdade e as práticas hierárquicas presentes na estrutura da família conjugal moderna, alterando o seu aspecto disciplinar e a sua relação de poder e autoridade.

Na atualidade essas transformações se apresentam como novos desafios que coloca em “cheque” o caráter universal e único da família, a partir do surgimento de novos modelos. Toda essa

dinâmica se deve às novas opções que homens e mulheres estão fazendo na esfera afetivo-sexual, que tornaram as relações mais flexíveis e plurais, rompendo com os padrões preestabelecidos. Dessa forma, a realidade concreta nos mostra que existe uma diversidade muito grande nas formas de relacionamento conjugal e que não correspondem fielmente ao modelo proposto, já que os diferentes grupos sociais podem adotá-lo das mais variadas formas (LIMA, 1999, p. 165).

Outra circunstância que interfere profundamente na relação familiar refere-se ao aspecto ligado à disciplina e à autoridade exercida pelos pais, pois no passado, com apenas um gesto ou um olhar transmitiam aos filhos a reprovação de um ato e a possível extensão da repressão que iria ser imposta. Foi esse modelo disciplinador que orientou a grande maioria dos pais da atualidade, os quais como forma de reprovação procura oferecer aos filhos a liberdade que não tiveram no passado. É dessa percepção que se concebe o molde “disciplinador” do jovem de hoje, porém sem os balizamentos necessários para orientá-lo para a vida.

Até a primeira metade do século XX era muito comum um jovem ter a aparência de pessoa madura a fim de ganhar respeitabilidade, ou seja, seus pais ou as pessoas mais velhas eram suas referências. A partir da segunda metade da década de 50 experimentou-se uma alteração comportamental imposta pela cultura de se ter um “país jovem”, fato que despertou na indústria do consumo a possibilidade de utilizar a faixa etária da adolescência com fins lucrativos, passando, então, a ser este como um mercado consumidor em potencial a ser explorado (KEHL, 2004).

Assim, o adolescente passou a ser visto como um ser que seus desejos passaram a serem evidenciados ao extremo a tal ponto que, dado o maciço investimento em *marketing*, fez com que as suas necessidades parecessem ser as únicas e, não só isso, a própria jovialidade passou a ser condição cada vez mais exigida para fins de sociabilidade e perspectivas profissionais. Vê-se que está diante de uma inversão daquela perspectiva inicial. Ocorre, porém, que essa mudança não é apenas superficial ou de fachada, mas, ao contrário, tem levado o indivíduo adulto a adotar posturas e comportamentos compatíveis com essa suposta juventude, para não dizer adolescência.

A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar na “velhice” ou melhor “terceira idade”. Passando assim, de uma longuíssima juventude direta para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto (KEHL, 2004, p.89).

Alteração comportamental vai influenciar direto na formação e na relação da família pós-moderna, pois os conflitos advindos dessa mudança fragilizam os laços, visto que os espaços a

serem ocupados por pais e filhos começam e se confundir, com a perda da responsabilidade do adulto sobre a criança e/ou adolescente, uma vez que ninguém quer assumir o lugar do adulto.

Para a indústria, isso é muito bom, pois quanto maior o número de pessoas e quanto mais tempo se permanecer jovens, melhor para quem se beneficia desse comércio de consumo. Na modernidade todos querem ser jovens. A imagem do adolescente consumidor, difundida pela mídia, é cultuada por todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres, da liberdade sem limites, inclui todos os adolescentes. Do filhinho de classe média e alta ao morador de rua, do jovem desempregado da periferia, ao estudante universitário, do traficante a patricinha, todos se identificam com o ideal publicitário do jovem hedonista, belo, livre e sensual (KEHL, 2004).

Isso favorece um aumento exponencial da violência entre os que sentem incluídos pela via da imagem, mas excluídos das possibilidades de consumo, ou seja, todos querem usufruir desse mercado a qualquer preço, sem medir as conseqüências para usufruto das melhores marcas e grifes famosas como Nike, Diessel, Carmim, Vitor Hugo, entre outras.

O adolescente que vive hoje à margem da lei é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do representante da lei diante das novas gerações. Numa sociedade, em que o adolescente é erigido à posição de ideal para todas as idades, os adultos passam a sofrer de má consciência diante de sua experiência de vida, ou seja:

Hoje o adulto que se espelha em idéias teen sente-se desconfortável diante da responsabilidade do repasse de valores e da própria experiência de vida, a seus descendentes. Isso significa que a vaga do adulto, na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar “do lado de lá”, o lado careta do conflito de gerações. Mães e pais dançam *rock*, *funk* e reggae como seus filhos, fazem comentários cúmplices sobre sexo e drogas, freqüentemente posicionam-se do lado da transgressão nos conflitos com a escola e com as instituições. Os adolescentes parecem viver num mundo cujas regras são feitas por eles e para eles, já que os próprios pais e educadores estão comprometidos com uma leveza e uma *nonchalance* jovem. Pais e mães quarentonas, bebedores de cerveja, na beira da praia, vivendo e deixando viver seus rebentos (KEHL, 2004, p.96).

As referências acima, se fossem abordadas pelos pais sem que perdessem de vista o verdadeiro espaço e sentido que ocupam e exercem na formação dos filhos, certamente se constituiria em gestos fortalecedores, no entanto, a experiência tem mostrado que a postura dos adultos é de total omissão, pois deixam de impor parâmetros de limites e valores na orientação dos filhos. Ora, quando os pais deixam de exercer esse papel, ou seja, se omitem na elaboração de regras mínimas na quais os filhos orientam adequar suas condutas, esse vazio vai ser preenchido



pelo Estado autoritário, já que os jovens que saem de famílias assim formadas se constituem em potenciais transgressores das normas de convívio social, agora fora do núcleo familiar.

A não imposição de parâmetros aos adolescentes e jovens, pelos adultos de idéias “teen”, provoca naqueles grandes dificuldades em se contextualizar no futuro, pois ficam sem saber que mundo os espera, já que os próprios adultos rejeitam essa condição. Disso advém como conseqüência aos adolescentes e jovens as constantes crises de pânico por ocasião da passagem para a nova faixa etária que, geralmente, vem agregada a uma dose de rebeldia, a qual, antes de tudo, nada mais é do que um apelo aos pais para que lhes mostre um rumo. Pois, precisam de um norte, enfim, de uma direção para impor restrições no seu modo de vida, não porque o jovem esteja insatisfeito por ver sua liberdade tolhida, mas sim por se comportar em um mundo em que apenas o céu parece ser o seu limite, pois, no fundo sabe que um limite assim não é real e, portanto, inalcançável.

Diante da ausência de alternativas de padrões de consumo em que prevaleça não somente as necessidades dos adultos, mas as suas próprias idéias na formulação desses padrões, os pais da atualidade se vêem sem autoridade para inibir determinados excessos dos filhos. Nesse particular, é oportuno se fazer referência à questão do uso de drogas, pois normalmente representa um objeto de desejo do jovem, já que ele pode se apropriar dela e injetar no seu corpo, numa demonstração de poder sobre si mesmo, só que agora o que antes era desejo passa a ser a necessidade.

Nessa nova fase em que o desejo deu lugar à necessidade, o jovem também vai passar a conviver com o binômio drogadição e delinqüência, duas formas que encontra para se opor ao modelo de freios e limites, com o incentivo maciço dos apelos comportamentais que modelam os laços na sociedade de consumo, ou seja, liberdade sem limites e irresponsabilidade.

Os exemplos de irresponsabilidade e falta de educação provém da própria elite nacional, acostumada a conviver com uma série de práticas ilegais, de maior ou menor gravidade, tais como: suborno ao guarda de trânsito; repúdio à professora da escola que cumpre seu papel de educadora; estacionam em filas duplas, jogam lixo na rua pela janela do carro. Esses pais estão ensinando a seus filhos que o dinheiro compra até o que não tem preço: a vergonha, a educação, a lei. A convivência com o cinismo dos políticos e com a ilegalidade das práticas da elite que corrompe e educa para o crime, boa parte das novas gerações de maneira muito mais profunda e mais eficiente.

## **CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Universo da Pesquisa**

Na execução das medidas socioeducativas no Estado do Pará, se trabalha com situações que envolvem as relações entre o indivíduo, à família e a sociedade. Trabalha-se com histórias de vidas, o que exige do profissional a desconstrução de conceitos incorporados ao longo da vida e que precisam ser revistos para que se possa ter um olhar diferenciado, com novas demandas apresentadas no cotidiano das famílias e, conseqüentemente, são demandas que se apresentam como desafios a prática profissional do Serviço Social.

Construir novos caminhos apresenta-se como uma constante a todos aqueles que acreditam na possibilidade de mudanças e transformação do ser humano. Para tanto, se faz necessário esclarecer que a pesquisa ora apresentada fundamentou-se nos elementos de autoridade e afetividade, como categorias de análise para o referido estudo tendo por base as seguintes questões norteadoras:

- As transformações ocorridas nas últimas três décadas interferiram na mudança da estrutura, da organização e das relações nas famílias, refletindo significativamente na forma de relacionamento de autoridade e afetividade entre pais e filhos. Essa questão se operacionaliza nos grupos focais a partir de uma análise como as mulheres interpretam e percebem em sua vida familiar as categorias de afetividade e autoridade.
- Enquanto instituição historicamente construída, a família é produto e é produtora das relações sócio-econômica, política e cultural no contexto social ao qual está inserida, refletindo na mudança do padrão tradicional de socialização da criança e do adolescente. Estas questões se observam a partir dos relatos dos grupos focais, especificamente a partir das relações estabelecidas no núcleo familiar identificando como está família se relaciona com os novos valores e normas na relação com os filhos.
- A família não é a única instituição responsável pelo processo de socialização do adolescente, porém desempenha um papel importante na construção de um novo projeto de vida do adolescente, autor de ato infracional, funcionando como sua

principal base de apoio<sup>3</sup>. A questão se operacionaliza a partir de dados qualitativos e quantitativos baseados nos relatórios disponibilizados pela FUNCAP.

O processo de pesquisa consiste na atividade básica para a construção do conhecimento científico e compreensão da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino-aprendizagem e a atualiza frente à realidade no mundo. Para trilhar os caminhos de uma pesquisa é necessário definir parâmetros para construção desse conhecimento, o que significa assim, dizer que enquanto “prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (DESLANDES, 1994, p.17).

As questões da investigação nessa pesquisa estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. Pensar a pesquisa a partir de um problema da vida cotidiana significa realmente vincular o pensamento à ação. Esse princípio é que sustenta o interesse pelo estudo sobre a família em contexto de infração, acreditando-se na possibilidade de que através dessa pesquisa se consiga compreender melhor a relação familiar para desenvolver uma atuação qualificada no trabalho junto à demanda de atendimento da FUNCAP.

Na perspectiva de compreender a dinâmica sócio-econômica e sócio-afetiva envolvendo as famílias, se fez o estudo numa abordagem crítico dialética, situando o fenômeno historicamente, conforme Triviños: “suas relações a nível mais amplo situa o problema dentro de um contexto complexo no mesmo tempo que, dinamicamente e de forma específica, estabelece contradições possíveis de existir entre os fenômenos que caracterizam particularmente o tópico” (1987, p. 97).

É com base nessa perspectiva que se propõe conhecer as formas de organização e de relacionamento que envolve o cotidiano das famílias, e a partir daí compreender e analisar o papel da família do adolescente autor de ato infracional no processo de cumprimento das medidas socioeducativas na FUNCAP. De forma que se “busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos”

---

<sup>3</sup> Bases de apoio: São os elementos fundamentais que compõem os alicerces do desenvolvimento integral da criança. São recursos familiares e comunitários, que oferece segurança física, emocional e afetiva, a criança e jovens. Referem-se tanto a atividades ou organizações formais (creches, escolas, programas religiosos, clubes, centros juvenis...), quanto a formas de apoio espontâneas ou informais (redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas, na vida das crianças e jovens, oportunidades disponíveis na própria comunidade que contribuam para o seu desenvolvimento integral...) (RIZINNI, 2000, p.9).

Deslandes (1994 p. 24). Isso quer dizer que a análise pauta-se numa visão ampliada e contextualizada dentro de uma lógica dialética.

A análise das situações concretas implica conhecer as relações de autoridade e afetividade intrínseca nas relações familiares, considerando o lugar que cada um ocupa no contexto sócio-econômico. Assim, entende-se que para melhor apreensão da realidade, se faz necessária uma abordagem crítica dialética que possibilite a investigação do processo histórico-cultural, presente na vida dessas famílias.

A escolha dessa abordagem se coloca por entender-se que: “ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados” (DESLANDES, 1994, p.24).

Sabe-se que para compreender a realidade social que envolve as famílias na contemporaneidade, se faz necessário entender as determinações e as transformações sócio-econômicas e culturais dos últimos tempos. Compreendendo a relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, sem perder de vista a complexidade e as especificidades que cada família apresenta. No caso, das famílias em contexto de ato infracional, envolvidas no processo de cumprimento das medidas socioeducativas, esse estudo torna-se indispensável uma vez que, se não levar em consideração essas determinantes, dificilmente se conseguirá fazer uma aproximação com a realidade concreta.

São esses fatores que fazem a diferença na análise, autores afirmam não haver consenso e nem ponto de chegada no processo do conhecimento. A ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta, pois os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se sempre numa aproximação da realidade social (DESLANDES, 1994, p.77).

No processo inicial desse estudo, procurou-se primeiramente fazer uma revisão dos estudos e pesquisas que foram realizados sobre a temática “Família” na região amazônica, por compreender que trabalhos anteriores pudessem oferecer informações com abordagem e características específicas da região. Sabe-se que o tema tem sido a preocupação das diversas áreas do conhecimento, no entanto, para surpresa não se encontrou nenhum trabalho publicado que discuta a questão específica sobre o tema da família em contexto de infração.

Existem estudos que tratam da questão de adolescentes envolvidos com ato infracional, mas que não têm como foco de análise à família, como é o caso da pesquisa da professora Ângela

Oliva (2003), que discute a questão da reincidência do ato infracional, no processo de cumprimento da medida sócio-educativa. O que se quer registrar aqui é que ainda hoje são raros os estudos sobre a problemática, tanto em níveis nacional e regional. Nesse sentido, a pesquisa apresentada consiste num desafio para minimizar essa lacuna existente sobre o estudo tema.

A insuficiência de bibliografias nessa área dificulta a revisão da literatura, com o assunto de seu interesse, ou seja, o pesquisador pode avaliar as reais possibilidades e limites na realização do trabalho, “permitindo descobrir as ligações do assunto que lhe interessa com outros problemas, o que sem dúvida alguma, ampliará a visão sobre o tópico que se pretende estudar” (TRIVIÑOS, 1987, p.100). O grande desafio se coloca porque não se conta com estudos que tenham experimentado o emprego de métodos e técnicas anteriores, que apontem resultados atingidos, dificuldades ultrapassadas, enfim, indicativos que pudessem contribuir para montar os passos da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos seguem os parâmetros da pesquisa qualitativa, por entender que tal pesquisa permite um estudo dos fatos de forma mais aprofundada, podendo trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES, 1994, p. 22).

A pesquisa qualitativa não desconecta o sujeito de sua estrutura, uma vez que busca entender os fatos, a partir da análise desse sujeito em sua vida cotidiana. São esses aspectos que direcionaram a pesquisa, levando em consideração a observação dos seguintes pressupostos que servem como referências dessa pesquisa:

Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. (...) O segundo, é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. (...) Terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Seguir os caminhos da pesquisa qualitativa busca-se conhecer a realidade dos sujeitos a partir de suas relações familiares, privilegiando a interação entre o pesquisador e os membros das famílias que participaram da pesquisa. O objetivo do estudo consiste em compreender e analisar, as relações familiares no processo de cumprimento das medidas socioeducativas.

A partir da experiência do grupo focal, pretende-se atingir os objetivos da pesquisa, pois essa técnica permite que não se tenha somente a visão do pesquisador em relação ao problema,

mas, também seja considerada a visão do sujeito, quando se propõe conhecer as relações familiares, busca-se conhecer que pensam, fazem e como se relacionam em família.

É nesse contexto que o Serviço Social sendo uma profissão privilegiada em lidar com o cotidiano dos sujeitos, não pode desconectar esse sujeito do contexto social que lhe cerca, compreendendo os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos dentro de suas realidades, ou seja, o modo como esse sujeito constrói e re-constrói a sua vida. É, portanto, a partir dessa perspectiva, que a pesquisa sobre a família dos adolescentes autores de ato infracional foi desenvolvida, tendo como base o método indutivo cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, partindo das constatações mais particulares às leis e teorias que se pode chamar como conexão ascendente. Acredita-se que através desse método é possível determinar as relações de causa e efeito do fenômeno pesquisado, pois “o papel central do ser humano, em suas interações e interpretação das ações, só pode ser compreendido em toda sua amplitude com uma pesquisa indutiva” (VIDAL, 2006, p.12).

A estratégia utilizada para a pesquisa foi a da técnica do grupo focal, por contemplar o trabalho em grupo a partir de reuniões, valorizando o exercício da escuta mútua e da troca de experiência, tendo como mecanismo o incentivo dos relatos de experiências e de histórias de vidas. A técnica do grupo focal possibilita uma melhor aproximação com os sujeitos envolvidos, permitindo a leitura da realidade concreta. Nos momentos de reuniões as vivências do grupo eram absorvidas como grande fonte de conhecimento do pesquisador.

## **2.2 Grupo Focal: uma experiência com Famílias em situação de infração**

Grupo focal é uma técnica de pesquisa considerada de abordagem rápida, que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo, envolvendo de 4 a 12 pessoas, que compartilham alguns traços comuns, discutem aspectos de um determinado tema que se quer pesquisar. Conforme afirma Rodrigues (1988), o grupo focal é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar” (apud, Moreira et al, 2002, p. 163).

Gomes & Barbosa (1999) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”. A técnica de grupo focal é reconhecida como uma experiência que permite conhecer idéias e opiniões dos membros do grupo sobre um determinado assunto, em um tempo

relativamente curto, uma vez que, estimula discussões que vão desde o confronto de idéias, como também a concordância em torno de uma mesma opinião, permitindo conhecer o que o grupo pensa. De maneira que em alguns poucos encontros, é possível conhecer percepções, expectativas, representações sociais e conceitos relevantes no grupo. (Idem)

Por sua vez, Krueger (1996), descreve grupo focal como “pessoas reunidas em grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”. Para tanto, o grupo de pessoas que participam do grupo focal, têm que ter algo em sua vivência comum a todos, para que as discussões possam ser centralizadas em questão e os membros do grupo tenham acúmulo de conhecimento, experiência de vida para discutir e opinar. (Idem)

A dinâmica do grupo focal exige a coordenação pelo menos de três pessoas, cada uma desempenhando missão diferente, porém todas com o mesmo patamar de importância. A primeira com a função de facilitadora ou mediadora, com o papel de suscitar o debate e encorajar os participantes a expressarem livremente suas opiniões e sentimentos sobre os temas em discussão. Ao mesmo tempo, deve cuidar para que nenhum participante monopolize a discussão, e que todos possam ter oportunidade para se expressarem. A segunda pessoa é o relator, que deverá ficar atento a tudo o que foi falado no grupo e registrar o máximo possível de informações trazidas pelos participantes, procurando ser o mais fiel possível na transcrição dos relatos. A terceira pessoa é o observador, que tem como responsabilidade observar as expressões subjetivas do grupo, ou seja, ela precisava registrar as falas não verbais, como: os gestos, comportamentos, atitudes e sentimentos que são trazidos pelos participantes não necessariamente através da fala, mais das demais formas de comunicação, ou seja, o observador precisa estar atento a tudo, pois suas informações devem complementar o relatório do grupo junto aos registros do relator.

Outra forma de registro utilizada na técnica do grupo focal pode ser a fotografia e a gravação, no entanto, é necessária autorização dos participantes, para que o pesquisador tenha permissão de utilizar o material registrado no grupo para o fim da pesquisa desejada.

A escolha pela técnica do grupo focal foi uma sugestão das professoras, membros da banca examinadora do projeto de qualificação, sendo recomendada também pelo professor orientador, por ser uma técnica muito utilizada, na investigação do grupo, quando se quer conhecer modo de vida, que envolve pessoas que estão submetidas à determinada problemática ou estão em situações semelhantes. Naquele momento avaliou-se que essas características se

assemelham exatamente com o grupo de famílias que se pretendia pesquisar, pois todas estão envolvidas no processo de cumprimento das medidas socioeducativas.

### **2.3 Passo a passo da pesquisa**

O universo da pesquisa envolvido contempla as famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na FUNCAP, as quais são atendidas no Centro de Atenção a Família – CAF. O trabalho com grupo representativo foi a opção encontrada, tendo em vista não se ter condições de trabalhar com a totalidade das famílias atendidas naquela unidade de atendimento. Mas, certamente, o fato de não trabalhar com o número total de famílias, não inviabilizou o estudo em relação à qualidade, apontando as demandas e os limites da realidade, ou seja, as representações presentes no cotidiano das famílias, seus sonhos, suas aspirações, sua concepção de homem e de mundo. Conhecer as experiências do grupo possibilitando a compreensão da rede de relações sociais e afetivas que permeiam a vivência dos grupos familiares ali existentes.

Quanto ao desenvolvimento desta técnica cabe destacar a fundamental importância de que seja realizada em um ambiente acolhedor e de familiaridade dos participantes. Por isso, a experiência ora apresentada dos grupos focais com famílias na FUNCAP aconteceu no mesmo espaço que elas recebem atendimento psicossocial individualizado na instituição. Os encontros foram realizados na sala de reunião do Centro de Atenção a Família-CAF, localizado na Av. Magalhães Barata, nº 593. Bairro-São Brás. Belém - Pará.

A escolha dos membros do grupo focal não foi aleatória, se priorizou um grupo de 10 (dez) pessoas, familiares dos adolescentes que recebiam atendimento psicossocial no CAF, os quais sob a coordenação do serviço social já havia iniciado uma experiência grupal, com objetivo de garantir a escuta, reflexão, troca de experiência e ajuda mútua. Na perspectiva de trabalhar a valorização das experiências de vida de cada integrante do grupo, não se dando ênfase as fragilidades, mas, descobrir potencialidades, no sentido de trabalhar as dificuldades e limites para o fortalecimento dos vínculos familiares, através de discussões temáticas sobre questões sócio-afetivas sem perder de vista o contexto sócio-econômico e cultural ao qual estão inseridas.

Inicialmente foi apresentada a proposta da pesquisa através da técnica do grupo focal para a assistente social que acompanhava o grupo, a qual se interessou, concordando em realizar a



experiência com o grupo de famílias relacionadas ao atendimento do ato infracional. Assim, buscou-se aplicar a técnica do grupo focal com as famílias que já se reuniam no CAF e tinham características e condições para compreender o processo da pesquisa, pela própria caminhada do grupo.

Com a concordância da assistente social, definiu-se como encaminhamento, a participação da pesquisadora em uma reunião para conhecer o grupo e apresentar o projeto da pesquisa que se pretendia realizar, esclarecendo o objetivo e a metodologia que seria usada. No primeiro momento, apresentou-se a proposta, foram feitos os esclarecimentos necessários para a compreensão do grupo, e tiradas às dúvidas dos familiares, em seguida foi realizado o convite, o qual foi aceito por todos os membros. O grupo aceitou a entrada de mais dois técnicos, além da assistente social que já coordenava o processo grupal, visto que para a utilização da técnica do grupo focal, são necessários três profissionais na condução do processo, os quais atuariam como facilitador e/ou mediador, o relator e o observador conforme orientação de alguns autores que discutem essa técnica.

Foi acordado também com os familiares o registro das reuniões do grupo através de gravação, escrita e fotografias dos momentos grupais; o que também foi aceito por todos. Posteriormente, esses procedimentos foram formalizados através de requerimento para a presidente da instituição e para os participantes do grupo, que assinaram autorizando a participação dos dois técnicos e os registros das reuniões.

De maneira que para a realização dos grupos focais contou-se com uma equipe de duas assistentes sociais (uma era a coordenadora do grupo inicial e a outra a pesquisadora) e a terceira era uma pedagoga, que como a coordenadora do grupo também aceitou participar e contribuir no processo da pesquisa.

A cada encontro do grupo focal a assistente social que já acompanhava o grupo inicial, ficou revezando o papel de facilitadora e observadora com a pesquisadora, ora uma assumia a função de facilitadora e no outro encontro de observadora. Com a definição da equipe e a divisão de tarefas entre os profissionais-pesquisadores planejou-se a realização de 5 (cinco) encontros com as famílias, e se fosse necessário poderia haver um 6º encontro, o que acabou acontecendo. A periodicidade dos encontros estabelecida foi quinzenal, cada um com duas horas de duração, sempre pelo horário da manhã, o local definido foi à sala de reunião do CAF. Os encontros foram realizados no período de setembro a novembro de 2007, nos seguintes dias: 1º encontro - 05/09;

2º encontro - 19/09; 3º encontro - 03/10; 4º encontro - 17/10; 5º encontro - 31/10; 6º encontro – 14/11.

Pela própria característica do grupo, exigiu-se um desdobramento diferenciado, uma vez que, o grupo de famílias escolhidas era um grupo que estava em processo também de atendimento psicossocial na instituição. Portanto, no processo do grupo focal com as famílias em contexto de infração, foi realizada uma experiência diferenciada em relação aos demais grupos focais, pois se adicionou um elemento novo, o caráter interventivo. Isso significa dizer que as reuniões não ficaram simplesmente no nível das discussões para subsidiar a pesquisa, pois foram realizadas reflexões e orientações com os participantes acerca dos temas discutidos. Essa foi a estratégia encontrada pela equipe que coordenou esse processo, para que não se perdesse o caráter inicial do trabalho com as famílias que tinha por objetivo trabalhar através da escuta, reflexão, da troca de experiência e da ajuda mútua o resgate e/ou o fortalecimento dos vínculos familiares.

Com esse caráter interventivo foi possível dar continuidade ao trabalho socioeducativo, estratégia que já fazia parte do processo grupal anteriormente iniciado com essas famílias pelo serviço social do CAF. Como se pode constatar, a técnica do grupo focal teve também esse caráter de intervenção, aprofundando as discussões não se restringindo simplesmente ao levantamento de opiniões, mas houve a presença do elemento educativo e informativo, possibilitando assim, atingir os objetivos do grupo.

Com esse desafio, a equipe que conduziu o processo do grupo focal precisou planejar, discutir e estudar sobre a temática da família, para poder fazer as orientações que se fizessem necessárias no processo grupal. Em cada encontro a equipe técnica: facilitadora, observadora e redatora se reuniam antecipadamente para preparar as reuniões, discutindo as temáticas e dinâmicas que seriam utilizadas, dividiam tarefas e responsabilidades, tudo era preparado com muito profissionalismo para proporcionar uma maior integração entre as famílias e para que elas se sentissem à vontade para falarem de suas experiências cotidianas e ainda pudesse apreender umas com as outras.

Cabe ressaltar que a pesquisadora na condição de facilitadora, foi quem assumiu para si a tarefa de reflexão e orientação do grupo, contando também com o apoio das outras duas técnicas, a assistente social e a pedagoga, responsáveis pela condução do grupo focal. As reflexões e orientações sempre eram na perspectiva de fazer com que percebessem que cada família é única,

cada uma tem um jeito próprio de viver e conviver, com seus valores, costumes e sua forma de lidar e resolver problemas. No entanto, uma pode aprender com a outra, pois, nas reuniões se criou um espaço de possibilidades para discussão e reflexão das relações familiares, tendo como enfoque a valorização da afetividade e da autoridade em família.

A metodologia utilizada exigiu dos profissionais, em especial das assistentes sociais, que no papel de facilitadora, estivessem bem preparadas para tirar dúvidas sobre os temas discutidos, recorrendo aos referenciais teóricos metodológicos que norteiam a prática profissional. Na perspectiva de aprofundar os estudos acerca da problemática que interferem nas relações familiares da contemporaneidade, sem perder de vista o contexto sócio-econômico, cultural e político presentes na sociedade brasileira, envolvendo as relações familiares como um todo.

#### **2.4 Instrumentos e procedimentos do grupo focal**

Estudar a família brasileira com suas atuais variações de estrutura, organização e relações exige muita cautela. A antropologia ao tratar da família contemporânea sugere elementos que podem compor esse terreno instável. Segundo essa área de conhecimento, a exposição do indivíduo às possíveis transformações dos panoramas sociais, políticos, culturais, econômicos e biológicos alteram os códigos e valores utilizados na interpretação da realidade. Como no mundo contemporâneo a velocidade dessas mudanças é mais expressiva, para uma leitura segura de dados referentes ao tema tais considerações devem ser potencializadas e em nenhuma hipótese podem ser descartadas (SARTI, 2005).

Nesse sentido, para a realização de uma pesquisa com famílias em contexto de infração se faz necessário compreender a dimensão da problemática enfrentada, que de forma nenhuma pode ser encarada simplesmente como um problema de cunho familiar, sem se levar em consideração as transformações que afetam significativamente a vida dessas pessoas. Através da experiência do grupo focal se buscou compreender os elementos que atuam como agentes facilitadores e/ou enfraquecedores das relações familiares.

Para desenvolver essa percepção trataram-se esquematicamente os procedimentos metodológicos do grupo focal a partir da seqüência a seguir:

- Definição do nº de encontro do GF – 5 (cinco) e se houver necessidade 6 (seis);
- Cronograma dos encontros GF (Quinzenalmente sempre as quartas-feiras); 05/09, 19/09, 03/10, 17/10, 31/10 e 14/11/2007.

- Tempo de duração de cada encontro: 2 horas (9 às 11 horas)
- Elaboração do roteiro e preparação de cada encontro do GF equipe responsável: facilitadora, observadora e relatora;
- Registro e sistematização das informações, que foram gravadas, escritas e observadas em cada encontro do GF;
- Avaliação de cada encontro pela equipe responsável;

### **Roteiro dos Encontros do Grupo Focal com Famílias:**

#### **Encontro I**

1. Boas Vindas: Música ambiente
2. Técnica de Apresentação e Integração
3. Discussão: Assuntos interessantes que foram veiculados na mídia nos últimos dias;
4. Discutindo o que é família?
5. Intervalo: Lanche
6. Apresentação do vídeo “A força do relacionamento”.
7. Reflexão e orientação sobre o vídeo relacionando com as representações sociais de família apresentadas no grupo;
8. Tarefa para a próxima reunião: Trazer objetos para preparar o “museu de vida” das famílias do grupo, trazer objetos significativos de suas vidas (fotos, convites, lembranças, etc);
9. Encerramento: Abraço coletivo – exercitando o contado físico

#### **Encontro II**

1. Boas Vindas: Música ambiente
2. Técnica de Apresentação e Integração
3. “Museu da vida” das famílias do grupo, com os objetos significativos de suas vidas (fotos, convites, etc);
4. Discussão de três temas que tratam sobre violência (situações abordadas na mídia)
5. Intervalo: Lanche
6. Vídeo: “Desafios na família”
7. Discussão sobre o vídeo. (reflexão e orientação)
8. Reflexão: Autoridade e autoritarismo (tratado no vídeo).
9. Tarefa para próxima reunião “dever de casa”: 1ª – Trazer objetos ou desenhos que identifique o filho ou neto adolescente atendido na FUNCAP. 2ª – pedir ajuda de um parente para responder

algumas perguntas com relação à rotina da família, para construção do Relógio da vida; (foi entregue um roteiro para facilitar a tarefa;

10. Avaliação e encerramento: Abraço coletivo – representando a força da ajuda mútua.

### **Encontro III**

1. Boas Vindas: Música ambiente
2. Técnica de Integração: Estourar bexiga
3. Resgate sobre os temas veiculados na mídia: A questão das leis brasileiras; O caso Susane; o crime hediondo de Belo Horizonte.
4. Resgate das tarefas anteriores – Exposição dos objetos do adolescente e a Construção do Relógio da vida;
5. Intervalo: Lanche
6. Leitura e reflexão da mensagem: “A televisão”.
7. Tarefa para a próxima reunião: compromisso pessoal de mudança de atitude, na perspectiva de construção da família que queremos ter.
8. Avaliação e encerramento:

### **Encontro IV**

1. Acolhida de boas vindas;
2. Técnica de Integração;
3. Discussão temática: O que é família? Que família eu tenho? Que família queremos ter?
4. Trabalho em grupo: aprofundamento do tema: (2 grupos)
5. Exposição do tema discutido nos dois grupos;
6. Reflexão sobre: afetividade e autoridade;
7. Vídeo: Diálogo e afeto – possibilidades e limites;
8. Mensagem - “A Tigela de madeira”;
9. Intervalo – Lanche;
10. Tarefa para a próxima reunião: compromisso pessoal de mudança de atitude;
11. Avaliação e encerramento;

### **Encontro V**

1. Boas Vindas: Música ambiente
2. Técnica de Integração: “Um menino chamado Amor”
3. Tarefa da reunião anterior: Mudança de atitude
4. Apresentação do Vídeo: “Religião e Violência contra a mulher”;
5. Reflexão: Afetividade; Autoridade;
6. Intervalo: Lanche.

7. Técnica do corpo humano: Construindo o eu
8. Tarefa para a próxima reunião: permanece mudança de atitudes;
9. Avaliação e encerramento;

### **Encontro VI**

1. Boas Vindas: Música ambiente
2. Dinâmica de integração: Apresentação do outro
3. Tarefa da reunião anterior: mudanças de atitude
4. Dinâmica: Retrospectiva dos assuntos tratados nos encontros anteriores;
5. Reflexão sobre o que apreendi com o grupo
6. Intervalo: Lanche
7. Apresentação do vídeo: “Religião e violência contra a mulher” (2ª parte)
8. Reflexão e discussão sobre o vídeo; Afeto; respeito; responsabilidade; disciplina; valorização;
9. Avaliação escrita do significado da participação no grupo: Quais foram os sentimentos aflorados a partir do grupo;
10. Encerramento: Apresentação do Quadro demonstrativo do histórico do grupo

#### **• Primeiro Encontro**

##### **I- Dinâmica do Encontro:**

**1º momento:** O ambiente foi preparado para o recebimento das famílias, com uma música ambiente (orquestrada) e após as boas vindas, foram orientados a confeccionar os seus crachás, com o nome e um desenho de um bicho ou outro objeto, que representasse a sua identidade, posteriormente cada um apresentou ao grupo o seu crachá explicando o significado do desenho. Essa técnica permitiu o conhecimento uns dos outros e possibilitou a integração grupal.

**2º momento:** Em cumprimento a tarefa dada como uma espécie de “dever de casa”, o grupo trouxe os assuntos veiculados na mídia, pelos quais se interessaram para serem discutidos durante as reuniões do grupo:

1. O Caso de uma mulher que se passando por assistente social raptou uma criança de uma maternidade em Belém;
2. Mãe que colocou o filho recém nascido em um saco plástico e jogou no rio. (S. Paulo)
3. Necessidade de leis mais eficazes e punitivas, referindo-se a corrupção na política brasileira, que diz que as leis não são iguais para todos; os políticos e os ricos não pagam pelos seus crimes, somente os pobres estão nas cadeias;

4. Violência generalizada (Violência urbana nos grandes centros do país);
5. Caso Susane – História da jovem que junto com o namorado matou os pais para ficar com a herança (S. Paulo);
6. Crime em que um homem matou o outro e ainda comeu o seu coração em Belo Horizonte.
7. Aquecimento Global.

Essa tarefa foi uma atividade solicitada antes da proposta do trabalho com grupo focal, mesmo assim, ficou acordado com os membros do grupo, que em cada encontro seria discutido um dos temas que eles trouxeram, até para conhecer o que eles pensam a respeito de cada uma das situações divulgadas na mídia. Pelos temas apresentados para discussões percebe-se que o fenômeno da violência é predominante enquanto preocupação no contexto social ao qual as famílias estão inseridas, apenas um dos temas tem outra conotação reflexiva, todos os demais tratam de alguma forma de violência.

**3º momento:** Foram orientados a representar numa folha de papel, através de desenho ou da escrita o significado de “Família”. Depois cada um apresentou sua representação sobre família, depois foram anexadas em um quadro na parede as folhas com os desenhos e escritas. No momento desta dinâmica percebeu-se certa dificuldade dos membros do grupo em escreverem ou desenharem o que pensavam sobre o que é família. A maioria conseguiu se expressar bem melhor através do desenho. Este foi um momento de grande emoção entre os participantes, havendo a troca de experiências e de solidariedade com os sentimentos uns dos outros.

Após as exposições foram realizadas reflexões sobre as representações sociais trazidas pelo grupo, acerca da família, ressaltando os pontos comuns compartilhados, sentimentos e experiências que se assemelham o que possibilitou que os membros do grupo percebessem aspectos comuns entre eles.

**4º momento:** Foi servido um lanche especial, com bolo e refrigerante a todos os participantes. Esse momento foi muito importante para o grupo, uma vez que se sentem a vontade para se servir, também é um momento em que aproveitaram para se conhecerem melhor é um momento de integração do grupo.

**5º momento:** Apresentação do vídeo “A força do relacionamento”, vídeo de 10 (dez) minutos, que retrata uma situação em família, abordando os valores que fortalecem os laços entre os indivíduos: afetividade, respeito e solidariedade.

Logo após assistirem o vídeo, foi aberto espaço para discussões, em seguida a facilitadora fez algumas reflexões sobre a situação assistida no vídeo, relacionando com as representações sociais de famílias, trazidas pelo grupo no momento anterior. Todas as orientações foram canalizadas para que percebessem que cada família tem o seu modo próprio de viver e conviver, sem perder de vista que as relações em família são construídas no dia a dia, a partir do contexto ao qual estão inseridas.

**6º momento:** Tarefa para a próxima reunião: Foi solicitado que tragam objetos para o “museu de vida” das famílias do grupo, trazer objetos significativos de suas vidas (fotos, convites, lembranças, etc);

**7º momento:** Antes do encerramento foram distribuídas camisas alusivas ao Projeto Escola da Família e sorteado um brinde entre os presentes. O encerramento foi com abraço coletivo, com o objetivo de exercitar o contato físico entre os participantes.

### **Considerações finais:**

Como o grupo já tinha certa experiência com reuniões de grupalização, não foi difícil facilitar o processo do grupo focal. Para a reunião foram convidados 10 (dez) membros das famílias atendidas no CAF, 07 (sete) compareceram. Sendo perceptível o interesse de cada um pelo grupo, todos estavam bastante atentos, ainda sentiam-se inseguros ao falarem de suas experiências de vida, mas conseguiram se identificar com as histórias de vida uns dos outros.

- **Segundo encontro**

#### **I – Dinâmica do Encontro**

**1º momento:** Os participantes foram acolhidos ao som de música ambiente, em um espaço propício e acolhedor, ficando em forma de circo com um abraço coletivo foram dadas boas vindas a todos. Continuando abraçados foi realizada a técnica da “carícia aos nomes”, de forma que quando cada participante falava o seu nome os outros repetiam com suavidade o nome de cada um dos demais membros do grupo, até que todos se apresentaram.

#### **2º momento**

Como tarefa da reunião anterior, foi solicitada como “dever de casa”, preparação do “museu da vida” das famílias do grupo, organizado com os objetos significativos de suas vidas (fotos, convites, brinquedos, entre outros) para uma exposição a ser desenvolvida no CAF. Eles



trouxeram fotos, brinquedos, desenhos, convites, cartão de natal, objetos religiosos como terço e uma imagem de anjo, tudo que lembra suas histórias de vida, quase todos os objetos trazidos pelos familiares referia-se com algum momento da vida do adolescente. Esse momento os familiares se emocionaram bastante ao falarem do significado de cada objeto.

**3º momento:** Foram discutidos de forma geral os temas sobre violência, havendo a preocupação por parte da facilitadora em fazer o grupo perceber a violência como um fenômeno presente na sociedade em geral, que tem origem tanto nos aspectos de ordem econômica como cultural, político, social e psicológico. Foi destacada a questão da violência doméstica em seus diversos aspectos: sexual, físico, psicológico, maus-tratos e a negligência, como um assunto a ser refletido com frequência por esse grupo, uma vez que, foi explicitada no grupo a proximidade desse tipo de violência no contexto social das famílias e ainda porque traz conseqüências marcantes para a vida das crianças, adolescentes e adultos.

Como cada assunto enseja um tempo considerado para discussões, os temas não foram todos esgotados, ficando para os próximos encontros, a questão das leis brasileiras; O caso Susane; o crime hediondo de Belo Horizonte e o Aquecimento Global.

**4º momento:** Como na reunião anterior também foi servido um lanche especial apreciado por todos. O oferecimento do lanche tem por objetivo proporcionar um momento de descontração e integração quando todos conversam livremente se conhecendo melhor.

**5º momento:** O grupo foi convidado a assistir o vídeo sobre os desafios da família moderna, apresentando situações do cotidiano familiar que vive em constantes conflitos, aborda brigas entre marido e mulher motivadas pelo alcoolismo e infidelidade conjugal, mostrando cenas em que uma mãe é humilhada, sofrendo violência física e psicológica, tudo isso sendo assistido pelos filhos, desde criança até a adolescência. A relação é explicitamente baseada no desrespeito e autoritarismo.

**6º momento:** A discussão sobre o filme foi bastante participativa, todos os presentes se identificaram com as histórias, especialmente a questão do alcoolismo, partilhando situações vivenciadas em família com o marido ou com um dos filhos. As reflexões e orientações sempre foram no sentido de mostrar que todas as famílias enfrentam problemas das mais diversas ordens, mas o diferencial é a maneira de lidar e resolver os conflitos, cada pessoa era levada a refletir e colocar para o grupo como agiria hoje se estivesse passando por situação semelhante. Assim, foi

possível discutir com o grupo a diferença entre autoritarismo e autoridade, possibilitando a reflexão, troca de experiência e a ajuda mútua entre os membros do grupo.

**7º momento:** No momento seguinte ao filme foram apresentados os eixos que iam orientar a outra dinâmica do encontro, “autoritarismo e autoridade”.

Para melhor trabalhar o tema se dividiu em dois grupos, cada um sob o acompanhamento de uma facilitadora. O grupo 1 ficou com a tarefa de dramatizar uma situação de autoritarismo na família e o grupo 2 uma situação de autoridade. No primeiro momento os grupos discutiram o que compreendiam dos termos, a partir do que haviam assistido e refletido com a facilitadora. As participantes do grupo comentaram que é muito mais fácil agir com autoritarismo, pois foi assim que foram criadas pelos seus pais. Reconhecem que estão reproduzindo o mesmo modelo, mas acreditam que precisam aprender a educar os filhos de outra forma, através do diálogo, do afeto e do respeito.

O grupo 2 combinou a seguinte dramatização: numa família de 3 irmãs e a mãe solteira, a filha mais nova sai para estudar e chega tarde a casa. A mãe bastante preocupada não consegue dormir. As outras filhas tentam acalmar a mãe que esta bastante aflita. Depois de algumas horas chega a filha mais nova, o primeiro gesto da mãe é abraçar a filha. Em seguida pergunta o que aconteceu? O porquê da demora? Nem um telefone (...) a filha é ouvida pela mãe e explica o motivo do atraso, reconhece que deveria ter avisado, e ao final pede desculpas, as outras filhas se aproximam e tudo acaba sendo resolvido na base do diálogo e compreensão de todos.

O grupo 1 apresentou o autoritarismo com a seguinte situação: a filha chega tarde a casa e logo é mal recebida pela mãe, que faz uma série de perguntas, mas não dá tempo para a filha falar, a filha não consegue explicar o que aconteceu. O pai fala alto e de forma agressiva, ofende e humilha a filha, diante dos irmãos que ficam apenas assistindo a tudo com expressão de medo e desconfiança. A chamada de atenção é feita na base da violência verbal, psicológica e depois partem para a violência física, não sendo garantida a filha à oportunidade em nenhum momento para se explicar, se defender, se quer ela foi ouvida.

Os grupos apresentaram com empenho as duas situações. Na avaliação do grupo foi destacada que a situação de autoritarismo foi dramatizada com mais naturalidade, devido ser a realidade mais comum vivenciada por elas. A facilitadora refletiu com o grupo as duas situações, enfocando os vários tipos de violência existente numa família mantida sob uma relação autoritária, bem como as possíveis conseqüências geradas pelos gestos, palavras, atitudes ao

grupo familiar. Ressaltou-se também a necessidade de se cultivar novas relações baseadas no diálogo, no cuidado e no afeto, sobretudo, dos adultos para com as crianças e adolescentes, porque esses são os responsáveis pela socialização primária dos filhos e netos.

**8º momento:** Tarefa para a próxima reunião: Trazer objetos que lembre o adolescente e para a outra tarefa foi sugerido que cada um trouxesse uma lista com os afazeres do dia, ou seja, com a ajuda de alguém em casa que elas pudessem elencar as tarefas domésticas e colocando ao lado de cada tarefa o responsável por sua execução na família. Como exemplo se perguntou: Quem faz o café? Quem é que vai a feira? Quem lava as roupas? Quem contribui com as despesas da casa? Enfim, que se possa conhecer a rotina das famílias e identificar como são distribuídas as tarefas domésticas em família, conhecendo melhor a família que tenho. Foi entregue um roteiro para facilitar a organização da rotina de cada família.

**9º momento:** Em seguida se procedeu ao encerramento do encontro ao som da música “Viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar (...), música de Gonzaguinha. Antes foi lembrada a data do próximo encontro reforçando a importância da presença de cada um”.

## **Considerações**

O processo de grupalização com a técnica do grupal focal tem possibilitado conhecer cada membro e através dele também sua família, pois as discussões de assuntos comuns aos participantes trazem à tona uma série de ansiedades e preocupações, fazendo com que adquiram a confiança necessária para verbalizarem questões, que não são externados no atendimento individual. Percebe-se que em cada encontro, os membros do grupo estão interagindo melhor inclusive demonstrando confiança para exposição dos problemas familiares. O interessante é que os membros do grupo começam a perceber que é possível construir outras formas de viver e conviver em família, construindo e reconstruindo relações familiares, conhecendo suas potencialidades e limites.

### **• Terceiro Encontro**

#### **I-Dinâmica do Encontro**

**1º Momento:** Todos foram recebidos com acolhimento de boas vindas ao som de música ambiente. A reunião foi iniciada com uma técnica de integração “estoura balão”, em que a facilitadora pediu para cada participante escrever em um pedaço de papel o seu maior sonho,

depois cada um recebeu um balão de cores diferentes, para enrolar o papel com o seu sonho e colocar dentro do balão depois encher e amarrar. O comando da brincadeira era para que cada um protegesse o seu balão para não deixar o outro estourar e quem tivesse o seu estourado deveria juntar o papel dos sonhos e guardar. Ao som de uma música bem animada, todos deveriam correr pela sala, para proteger o seu balão, para que ninguém o estourasse. Em torno de dois ou três minutos apenas uma mãe conseguiu ficar com o balão inteiro o restante todo foram estourados.

Qual a moral da brincadeira é que o comando dado foi para proteger o seu balão e não para estourar o balão do outro, mesmo assim, todos se preocuparam mais em estourar o balão do outro do que proteger o seu. Isso mostra que na vida existe muita gente preocupada em destruir os sonhos do outro, são tantos os obstáculos que se precisam vencer para chegar a realizar os sonhos. A facilitadora destacou o desemprego, a miséria, a violência, a falta de políticas públicas, enfim são fatores que perpassam na vida de cada um e vai estourando os balões dos sonhos. Essa foi à reflexão realizada com os participantes, e cada pessoa foi motivada a refletir sobre os obstáculos inerentes ao sistema capitalista que regem a sociedade. Depois de cada um ter juntado o seu papel do chão, todos leram o sonho que desejavam.

**2º momento:** os participantes foram convidados a arrumar em uma mesa os objetos que trouxeram e apreciar a exposição dos objetos “afetivos” que lembram os filhos em outros momentos de suas vidas (fotos, chupeta, desenhos, medalha, brinquedos, etc.), trazidos pelos membros do grupo. O objetivo da exposição foi estimular a memória afetiva familiar buscando resgatar e fortalecer o vínculo com o membro da família que se encontra em dificuldade, no caso o adolescente. Embora houvesse algumas reações de tristeza ou vergonha de algumas mães a facilitadora reforçou o entendimento de que “aquele” adolescente não “é”, ele apenas está passando por um momento de dificuldade, e mais do que nunca, precisa contar com o apoio, o carinho, o cuidado da família, sendo esta a principal base que pode contribuir para a sua superação. Ao falarem de seu filho ou do neto os familiares destacavam características, virtudes, defeitos, manias e sentimentos, sem exceção todos reconhecem o adolescente como um bom menino.

**3º momento:** Inicia-se a discussão pelos assuntos pendentes da reunião passada, quando se falou sobre a questão das leis brasileiras, sobre a Constituição Federal e o fato de que as leis constituem a base da convivência em sociedade, estabelecendo direitos e deveres, necessários a convivência social de todo cidadão, referindo-se as diversas leis existentes, destacando-se o

Estatuto da Criança e do Adolescente, com ênfase no artigo das medidas socioeducativas e a importância do seu cumprimento pelos filhos dos presentes e suas implicações e responsabilidade da família.

Nesse momento cada um dos participantes do grupo colocou o que pensa a respeito das leis brasileiras: O destaque foi para dizer que no Brasil as leis protegem alguns e outros não, referiam-se aos políticos e aos ricos, que não pagam pelo que fazem, afirmando que somente os pobres estão presos nas cadeias brasileiras. Todo o grupo acredita que só os pobres pagam pelo que fizeram.

Reclamaram também de não saber a quem recorrer em determinadas situações, sentem-se desamparados, sozinhos, pois não consegue ter acesso a justiça para obter informações sobre os filhos que estão cumprindo medida socioeducativa. Reclamam da corrupção de policiais e do abuso de autoridade, relatando a prática de policiais corruptos que sempre pegam dinheiro com bandidos, denunciam ainda que seus filhos foram espancados por policiais quando foram presos. Afirmam que têm muito medo de denunciar, porque foram ameaçadas pelos policiais e sentem-se humilhadas e desrespeitadas por policiais que invadem suas casas as procuras de armas, drogas ou de outras coisas que o filho poderia ter escondido; quando eles não encontram nada acusam essas mães de serem coniventes com o filho, falando palavras de baixo calão. Três mães relataram histórias semelhantes de abuso de autoridade dos policiais, dizem ter muito medo de denunciá-los por que não acreditam que possa acontecer alguma coisa contra eles, e temem por suas vidas e pela vida do filho.

A facilitadora refletiu sobre a importância da denuncia e orientou como fazer, dando o endereço dos órgãos que devem ser procurados, como as corregedorias de Polícia Militar e Civil. Comprometeu-se a elaborar um informativo contendo uma lista de órgãos com os endereços e telefones que podem ser acessados quando necessários, e dos serviços oferecidos para garantia da defesa, proteção e dos direitos de crianças e adolescentes, que as famílias devem recorrer no caso de necessidade.

Outra discussão foi sobre o caso Suzanne, jovem que matou os pais, com a ajuda do namorado, por causa de dinheiro, caso ocorrido em S. Paulo. Esse caso foi abordado com ênfase, o relacionamento familiar, sobre a necessidade de se desenvolver uma convivência saudável tendo por princípios o respeito, o afeto e da coletividade, ou seja, cultivar objetivos comuns em família. Destacando ainda a questão de que a violência não é uma questão presente somente nas

famílias de classe pobre, mais que é um fenômeno que atravessa as diversas classes sociais e está presente em toda parte do Brasil e até do mundo.

Com relação a esse caso os participantes colocam que o motivo que leva um jovem a cometer esse tipo de crime é a falta de amor, afeto, carinho, e o uso de drogas. Todos recriminaram a atitude da jovem que matou os pais por causa de dinheiro. Como a cada colocação feita, eram suscitadas diversas discussões, não foi possível esgotar os assuntos escolhidos pelas famílias, ficando os demais para serem discutidos na próxima reunião.

**4º Momento:** Em seguida o grupo foi convidado a socializar a tarefa do encontro anterior que consistia em responder a um roteiro de perguntas sobre a rotina da família, enfatizando os papéis de cada um na família. A dinâmica utilizada foi a da construção do relógio da vida com ajuda da facilitadora, da observadora e da relatora. Cada membro do grupo recebeu uma cartolina com o desenho de um grande relógio em seguida era para ir preenchendo o seu relógio com as tarefas domésticas desenvolvidas no dia a dia. Essa dinâmica foi bastante interessante todos os membros do grupo conseguiram perceber como está organizada a divisão das tarefas desenvolvidas em sua família. Durante a socialização foi verificado que grande parte das senhoras ocupa todo o seu tempo com os fazeres de casa, quase não tem tempo para si, ou para lazer, assumem praticamente todas as responsabilidades da casa.

O registro das tarefas relacionadas ao tempo possibilitou que elas pudessem visualizar o quanto sua presença na família é significativa, e que muitas vezes não é reconhecida nem por elas nem pelos seus familiares. Perceberam também a necessidade de se dedicarem um pouco mais a si mesma, resgatando sua auto-estima e bem estar.

Em seguida a facilitadora conduziu a reflexão de forma que, cada um reconhecesse o papel que assume na família e assim refletir sobre tudo o que fazem de forma tão automática, que acabam não refletindo como fazem ou mesmo se aquilo é de sua responsabilidade. Nesse sentido, foram indicadas algumas orientações que pudessem contribuir na organização e divisão das tarefas domésticas. Sem perder de vista as escolhas do que é melhor para si, somente cada um poderá identificar, pois no grupo se aprende que cada família é uma família diferente. Cada uma é produto e produtora do meio que vive.

**5º momento:** Intervalo e lanche. Como havia uma aniversariante no grupo, foi cantando parabéns para você, em homenagem a uma participante que havia feito aniversário no dia anterior, também foi oferecida uma pequena lembrança, que foi entregue em nome do grupo, a

senhora ficou bastante emocionada e em seguida foi servido o lanche, com direito a bolo e refrigerantes.

**6º Momento:** Em seguida foi feita à leitura e reflexão da mensagem “A Televisão”, que retrata o lugar que o filho queria ocupar na vida em sua família, que seria o lugar da televisão. A reflexão foi no sentido, de que lugar a televisão ocupa na vida de cada um? Qual o tempo dedicado à família e a televisão na sua família? Ou ainda: Qual é o tempo que se tem para conversar, planejar, cuidar de si? Todos falaram de suas experiências pessoais.

**7º Momento:** Tarefa para a próxima reunião: Refletir sobre que família eu tenho? Que família eu quero ter? Trazer informações para que se possa garantir a participação de todo o grupo na construção dos dois painéis e travar uma discussão bem intensa para se conhecer melhor cada família que compõe o grupo focal.

**8º Momento:** A facilitadora fez uma breve recapitulação do objetivo da reunião e perguntando aos participantes como avaliavam os encontros. Todos são unânimes em dizer, que se sentem acolhidos, fortalecidos e que estão aprendendo a lidar melhor em casa com os outros filhos. No encerramento foi lembrada a data do próximo encontro e reforçado a importância da presença de cada um para o sucesso do encontro.

### **Considerações Finais:**

Nesse encontro percebe-se o crescimento do grupo em especial no processo de integração com o outro, na confiança entre os membros, na espontaneidade e participação efetiva nas dinâmicas e discussões. Isso fica evidente quando são colocadas denúncias sérias contra policiais violentos e corruptos no grupo, pois somente sentindo-se seguras essas pessoas fazem esse tipo de denuncia. Mas, acredita-se que o ponto alto desse encontro foi conhecer o cotidiano das famílias, através do “relógio do tempo” construído a partir das tarefas domésticas realizadas por essas mães. O resultado desse encontro, com todas as discussões travadas permitiu que se visualizasse a dinâmica de cada família, quem é responsável por cada coisa; o papel de cada membro; como interagem entre si os membros da família.

- **Quarto Encontro:**

#### **I – Dinâmica do encontro:**

**1º Momento:** Os integrantes do grupo foram recebidos como de praxe em clima acolhedor, sendo utilizada a técnica de “Apresentação do Outro” através do sorteio dos nomes

escritos em pedaços de papel que estavam numa caixa. Como o grupo já tem certa familiaridade, cada um tirava um nome e depois apresentava a pessoa dizendo características dessa pessoa para grupo. Em seguida foi feito um breve momento de oração. O grupo foi convidado a ficar em círculo, de mãos dadas, em silêncio, motivado a sentir a energia de si e do outro. Ao som de um fundo musical, cada participante pode recordar os passos que o grupo avançou a partir dos encontros, em uma palavra cada um colocava como estava se sentido nesse momento.

**2º Momento:** Foi resgatado o tema veiculado pela mídia, trazido para discussão no grupo sobre o “Aquecimento Global”. A facilitadora fez um breve comentário explicando amplamente o que significa e depois cada membro do grupo foi estimulado a dizer como o cidadão comum pode ajudar a preservar e cuidar do meio ambiente onde vive.

**3º momento:** Para refletir sobre que família eu tenho? Família que quero ter? Foi necessário fazer uma retrospectiva sobre o que é família, aprofundar com o grupo o que representa a família para cada pessoa, mas uma vez, o grupo falou e alguns até escreveram sobre o que é família para si.

**4º momento:** A atividade foi dinamizada a partir da técnica “mistura”. A facilitadora motivou a participação do grupo convidando-os para construir a mistura de elementos que compõe suas famílias. Foram divididos dois grupos, um foi orientado para listar os elementos da “família que tenho” e outro para listar os ingredientes da “Família que quero ter”. Esses elementos se referem aos sentimentos, valores, costumes, normas, enfim, tudo que eles acham que é importante na vida de uma família.

Após as discussões retornou-se para um único grupo, sendo que em cada subgrupo foi escolhido um representante, que apresentou a todos o resultado das discussões apresentando os elementos que foram apontados pelos participantes nos dois grupos.

**O grupo 1** que discutiu “família que tenho” ficou bastante à vontade para compartilhar as situações vivenciadas pelas suas referidas famílias, reconhecendo os principais fatores que tem marcado ou determinado a fragilidade dos vínculos das relações familiares. Em seguida, houve socialização do **grupo 2** “Família que quero ter”, que apresentou com bastante segurança o resultado da discussão do grupo. O interessante na conclusão dos grupos é que para cada ponto destacado pelo grupo 1, o grupo 2 tinha um elemento, como se eles tivessem combinado, de forma que para cada dificuldade, limitação ou ponto negativo o outro grupo apresentava um aspecto positivo para superação dessa fragilidade. Cada família tem um jeito próprio de ser, de se



relacionar, de conviver, não existe família perfeita, não existe receita pronta para viver em família, cada família precisa construir sua forma de se ser e de viver. Essa técnica foi escolhida propositalmente para que entendam que não tem receita. O que falta em uma pode sobrar na outra e cada família constrói a sua história. O interessante é que nenhum grupo trouxe informações sobre a questão sócio-econômica, por exemplo, a questão do desemprego, falta de alimentação, como fatores que prejudicam ou interferem na organização familiar.

**5º momento:** Para conclusão dessa discussão, foi abordado pela facilitadora reflexão sobre a importância de serem cultivados na família, aspectos como afetividade, autoridade, respeito e limites, todos esses aspectos foram sinalizados pelos dois grupos ou porque não existe ou pela necessidade de existir no dia a dia. A ênfase da discussão foi centrada na possibilidade desses aspectos serem desenvolvidos nas famílias com vista à construção de relações saudáveis com vínculos fortalecedores que facilitem o desenvolvimento biopsicossocial dos membros das famílias. O grupo participou ativamente tanto nas discussões dos subgrupos como no outro momento de socialização com o grupo todo.

**6º momento:** Os membros do grupo foram convidados a assistirem um vídeo (15 minutos) que conta uma história em família, abordando a importância do diálogo e da afetividade em família. Depois cada um destacou o que lhe chamou atenção, e todos tiveram a oportunidade mais uma vez de expressar suas idéias, valores e sentimentos.

**7º momento:** Intervalo e lanche como sempre foram garantido um lanche especial com bolo, pão de rosa, salgados, suco e refrigerantes. Nessa reunião o grupo estava bastante entrosado parecia que se conhecia de anos e anos; fizeram uma verdadeira festa no momento do lanche, inclusive apesar de não ter ninguém aniversariando nesses dias, mesmo assim elas resolveram cantar parabéns pra você e disseram que era para o grupo, então todos receberam um abraço por estarem participando do grupo. Vale esclarecer que isso não foi programado e nem foi iniciativa da facilitadora ou das outras técnicas, foi iniciativa das senhoras que compõem o grupo focal.

**8º Momento:** Leitura e reflexão da mensagem “Tigela de madeira”. Mensagem que retrata o cuidado com o outro. A reflexão baseou-se no cultivo da solidariedade na família e na sociedade como um todo. Para mudança na sociedade se faz necessário resgatar alguns valores que ao longo do tempo estão em desuso, como a ética, solidariedade e respeito ao outro. Essa reflexão foi levantada por uma das participantes, que acredita no dever de cultivar esses valores com os filhos desde criança.

**9º Momento:** Tarefa para a próxima reunião: Foi sugerido que cada um assumisse o compromisso pessoal de mudanças de atitude perante a família, com o desafio de se tentar superar uma dificuldade em família, na perspectiva de iniciar a construção da família que quero ter, tendo por base o cultivo dos aspectos afetividade, autoridade, respeito e limites.

### **Considerações Finais**

É interessante frisar o sentimento de pertencimento já percebido no grupo, no qual as tarefas são cumpridas e a participação de todos os membros se efetiva através de relatos de experiências, questionamentos e observações. O grupo já identifica fatores de mudança em suas vidas a partir do processo grupal em relação aos seus filhos, na forma de lidar e resolver os problemas. Reconhecendo a importância do fortalecimento dos vínculos familiares, são unânimes em valorizar a questão da autoridade, afetividade, limites e responsabilidade, como sentimento e valor que precisam ser resgatados e cultivados na educação dos filhos, não como algo imposta, mas como elemento construído no dia a dia da família.

- **Quinto Encontro**

#### **I-Dinâmica do Encontro**

**1º momento:** Com um ambiente totalmente acolhedor, são realizadas as boas vindas e inicia-se o encontro com uma técnica de integração denominada “Um menino chamado amor”. Durante a leitura da mensagem os participantes faziam gestos relacionados às palavras: amor, paz, ética e solidariedade, conforme orientação da facilitadora que sugeria o seguinte, quando for falada a palavra todos devem fazer o gesto correspondente:

Amor - aperto de mão; Paz – aplausos; Ética – muda de lugar; Solidariedade – abraço.

Essa técnica mexeu com o grupo e propiciou um processo de integração muito bom, permitindo o real entrosamento do grupo.

**2º momento:** Em seguida o grupo foi convidado a socializar a tarefa do encontro anterior que consistia em realizar a mudança de atitude diante de uma situação em família. A orientação foi de mudar atitudes no sentido melhorar a qualidade das relações familiares, ou seja, naquelas situações em que é difícil lidar com as pessoas com quem se convive, às vezes é necessário um simples gesto para mudar uma situação conflituosa de agressividade para se ter uma solução de diálogo e compreensão. Os membros do grupo afirmaram que aproveitaram a tarefa para fazer

uma aproximação com alguém da família com quem não tinham um bom relacionamento. Quase todos apresentaram exemplos, que exercitaram em família. O objetivo dessa tarefa era de cultivar gestos de solidariedade, respeito e afetividade, em família.

O resgate dos vínculos familiares é importante para transmitir confiança e apoio ao adolescente na construção de um novo projeto de vida, se faz necessário buscar solidificar todas as bases de apoio que permeiam o contexto social que o adolescente está inserido com sua família. Pois, a família não é a única, mas se constitui em uma das principais bases de apoio do adolescente, em especial quando este está em cumprimento de medida socioeducativa.

**3º momento:** Apresentação do Vídeo: “Religião e Violência contra a mulher”, esse vídeo aborda uma questão bastante delicada de se discutir com famílias, mas que a equipe técnica responsável pelo grupo focal, avaliou ser de grande importância até porque o vídeo aborda de forma muito clara, a desconstrução de mitos e concepções religiosas que acabam reforçando de alguma forma a violência contra as mulheres.

**4º momento:** Intervalo: Lanche. Como nos outros encontros, esse momento é de integração entre os membros do grupo. Foi servido um lanche especial e todos puderam se servir à vontade.

**5º momento:** Técnica do corpo humano foi realizada uma técnica para trabalhar os sentimentos e perspectivas individuais e coletivas. Cada pessoa foi convidada a desenhar um corpo humano e escrever os seguintes comandos:

- 1- Rosto da pessoa – um sonho
- 2 - Boca lado esquerdo – frase dita que se arrependeu de ter dito
- 3 - Boca lado direito – frase que deseja falar a alguém
- 4 - Mão esquerda – o que necessita receber do grupo
- 5 - Mão direita – algo que deseja dar ao grupo
- 6 - Coração – uma paixão
- 7 - Pé esquerdo – um objetivo de vida
- 8 - Pé direito – passos que estar dando para chegar lá

**6º momento:** Reflexão da dinâmica: Algumas participantes tiveram dificuldade de visualizar os objetivos, porém a maioria disse que tinha sonhos a realizar. Outras reconheceram que para alcançar seus objetivos precisam tomar decisões, ter atitude, fazer opções e acreditar que

são capazes. A técnica possibilitou a cada uma, confronto com seu próprio “eu”, seus anseios, suas vontades, seus sonhos. Sendo reforçada a importância da motivação, e que todas são capazes de superar as dificuldades e se projetar para viver uma vida melhor.

**7º momento:** Avaliação e encerramento. O grupo avaliou o crescimento individualmente, todos reconhecem que estão aprendendo muito, sentem-se fortalecidas acreditando que com o grupo é mais fácil encontrar forças para acompanhar o filho nesse processo. Antes do encerramento foi lembrado o próximo encontro.

### **III – Considerações Finais**

Esse encontro possibilitou ao grupo conhecer e refletir sobre os fatores externos à família que interferem diretamente em sua relação. O vídeo apresentado retrata o amor cultivado pela religião como forma de subordinação, obediência e autoritarismo reproduzindo a ideologia de um sistema em que a injustiça e a desigualdade social deslocam milhões de pessoas para uma situação permanente de miséria e exclusão social. A dinâmica do encontro também possibilitou a valorização do reconhecimento do “eu” trabalhando a auto-estima, ampliando o acervo de conhecimentos com as novas informações, que possibilitam vê o mundo a partir de outro enfoque, provocando a renovação de idéias e atitudes diante da vida. As reflexões realizadas neste encontro, certamente foi um início para se perceber que a própria violência familiar e social tem suas raízes na construção social.

### **Sexto Encontro**

#### **I - Dinâmica do Encontro**

**1º momento:** Os participantes foram recebidos como de praxe com música ambiente e bastante entusiasmo da equipe, pois todos sabiam que esse era o último encontro do grupo focal. A técnica utilizada para integração foi da apresentação do outro. Cada um apresentava a companheira do lado falando suas características. Hoje o grupo está bastante entrosado e possui conhecimento suficiente para falar da pessoa ao lado, foi bem interessante esse momento, pois todos conseguiram identificar aspectos importantes da personalidade do outro.

**2º momento:** Tarefa da reunião anterior: Ficou acordada pelos membros do grupo a continuidade da tarefa anterior que era o exercício da mudança de atitude para o fortalecimento dos vínculos familiares. Cada membro do grupo relatou as dificuldades e limites encontrados

para resgatar o vínculo com um parente ou vizinho. O importante desse exercício, é que eles procuraram resgatar o vínculo com pessoas com quem se identificam afetivamente e também representam apoio nos momentos de necessidades.

**3º momento:** Retrospectiva dos assuntos tratados nos encontros anteriores. Cada participante foi estimulado a falar do que mais lhe chamou atenção dos temas que foram discutidos. O interessante desse momento foi que praticamente todos os temas abordados foram lembrados, inclusive com exemplos que foram apresentados nos momentos de discussão, ficando claro que o grupo conseguiu assimilar as informações e ampliar seus conhecimentos, que era um dos objetivos do grupo. Afetividade e autoridade foram dois aspectos lembrados pelo grupo como elementos fundamentais no processo de fortalecimento dos vínculos familiares.

O momento possibilitou que cada um falasse do que aprendeu no processo grupal, e como ele está utilizando esse conhecimento no seu cotidiano. Todos reconhecem que conseguiram mudar atitudes diante de situações em família, em especial estão lidando melhor com as relações conflituosas, dizendo que assim, é mais fácil ajudar os filhos.

**4º momento:** Nesse encontro por ser o último grupo focal o momento do lanche foi especial teve animação e banquete de festa. Tudo foi preparado com muito entusiasmo, pois como qualquer festa o maior ingrediente foi alegria contagiante do grupo.

**5º Momento:** Apresentação do vídeo: “Religião e violência contra a mulher” (2ª parte). A apresentação do vídeo é a continuidade da reunião anterior. Como tinham despertado para as artimanhas ideológicas, conseguiram com facilidade perceber muitas coisas que fazem hoje são produtos do que aprenderam na família, na igreja e na escola, geralmente sem nenhum questionamento vão reproduzindo no cotidiano uma prática altamente submissa e alienada, fortalecendo o próprio sistema capitalista que procura a todo custo manter os indivíduos alheios aos bens do capital.

**6º Momento:** Reflexão e discussão sobre o vídeo; Foi discutido com bastante ênfase sobre o amor que é autoritário, que humilha, fere e até mata. Em seguida, foi abordado o sentimento de amor que pautado na afetividade cultiva o respeito, a responsabilidade, a disciplina e, sobretudo valoriza o outro. Uma relação pode ser vivida de diferentes formas, porém o grupo aprendeu que relação afetiva precisa ser construída em família. Compreendem também que não precisam se sentir culpado por ação e atitudes, pois não provocaram, mas são vítimas como é o

caso de violência doméstica contra mulher, que elas mesmas apanhando do companheiro acreditam que foram culpadas, porque foram falar com o marido quando estava bebido.

**7º momento:** Avaliação escrita do significado da participação no grupo: Quais foram os sentimentos aflorados a partir do grupo. Foi solicitado que cada membro do grupo fizesse uma avaliação escrita do significado da participação no grupo, falando dos sentimentos aflorados a partir do grupo, o que é que realmente mudou depois que começaram participar do grupo. O interessante é que apesar de algumas senhoras terem dificuldades na escrita, todas conseguiram escrever pelo menos uma frase das mudanças que ocorreram em sua vida.

**8º momento:** Encerramento: Apresentação do Quadro demonstrativo do histórico do grupo. No encerramento realizaram-se a apresentação do quadro demonstrativo do histórico do grupo, com a exposição de todos os trabalhos que elas fizeram nesse período, exposição dos objetos do museu da vida, objetos que lembrava o filho, e as atividades que foram realizadas nos encontros. Este foi um momento emocionante, quando a facilitadora, relatora e observadora agradeceram a cada uma das senhoras que se envolveram nesse processo e permitiram a equipe aprender com elas.

### **Considerações Finais:**

O último encontro do grupo focal coincidiu com encerramento das atividades de atendimento do Centro de Atenção a Família – CAF. Entretanto vale ressaltar que, apesar de encerrado o trabalho com grupo focal o atendimento as famílias terá continuidade nas unidades de atendimentos onde o adolescente cumpre medida socioeducativa na FUNCAP, e as famílias dos adolescentes que cumprem medida em meio aberto serão atendidas nos pólos ao qual o adolescente está ligado. Para tanto, ao final desse processo as famílias foram orientadas a participarem das reuniões na unidade ou no pólo que o adolescente está vinculado.

No processo do grupo focal os familiares todos eram do sexo feminino, apenas um senhor participou da primeira e única reunião, porém ele não se sentiu muito à vontade, inclusive no momento da apresentação justificou a sua presença naquele dia dizendo que não deu para sua mulher vir, justificando não saber falar, sua senhora é melhor para estas coisas. Essa situação reforça a idéia da mulher ser a responsável pela educação das crianças.

Vale a pena ressaltar que durante o período da realização do processo do grupo focal as famílias participaram de passeios turísticos ao museu Emilio Goeldi, Casa das Onze Janelas,

Espaço Feliz Lusitânia e Estação das Docas, esses espaços são de livre acesso e nenhuma das senhoras conhecia, isso mostra que as famílias atendidas na FUNCAP, não possuem acesso aos espaços de cultura e lazer, não somente pela questão sócio-econômica, mas também porque não faz parte do seu meio cultural.

Foi garantido através de parceria o Curso de formação promovido pelo Museu Emilio Goeldi que muito contribuiu para esse fortalecimento, cinco senhoras participaram do referido curso. No atendimento individual, outros encaminhamentos de acordo com as necessidades individuais foram garantidos, tais como os serviços de acompanhamento a dependentes químicos da rede municipal de saúde.

Um ponto a ser destacado é quanto à participação das famílias, 10 (dez) foram inicialmente convidadas para participarem do processo, grupo focal, sendo que no primeiro encontro compareceram 7 (sete) pessoas, no segundo 9 (nove), no terceiro 8(oito), no quarto 7 (sete) e no quinto 10 (dez), no sexto 8 (oito) considerando as dificuldades das famílias avaliou-se como muito bom o nível de participação. Cabe ressaltar que os nomes dos participantes utilizados na pesquisa são fictícios e que todas as informações (gravação, fotografias, registros) foram autorizadas pelos membros do grupo de estudo.

#### 2.2.4 Caracterização das Famílias:

##### Quadro demonstrativo

##### Perfil das famílias que participaram do Grupo Focal

Responsável	Idade	Escolaridade	Grau de parentesco	Bairro de origem	Nº. de membros na família	Renda familiar
1. Filomena	38 anos	8ª série	mãe	Terra Firme	06 pessoas	2 S/M
2. Judite / Raimundo	68 anos 76 anos	Analfabeta Analfabeto	Avó Avô	Cremação	08 pessoas	1 S/M
3. Joana	57 anos	5ª série	Avó	Jaderlândia/ UNA	02 pessoas	S/R
4. Mª José	40 anos	5ª série	mãe	Jurunas	07 pessoas	2 S/M
5. Márcia	42 anos	Ensino Médio(Incompleto)	mãe	Guamá	04 pessoas	1 S/M
6. Clara	52 anos	alfabetizada	Mãe adotiva	Val-de-Cans	06 pessoas	3 S/M
7. Madalena	39 anos	5ª série	mãe	Condor	05 pessoas	S/R*
8. Renilde	38 anos	7 série	mãe	Jurunas	04 pessoas	S/R*
9. Laura	44 anos	6ª série	mãe	Barreiro	05 pessoas	3 S/M
10. Antonia	65 anos	2ª série	avó	Telegrafo	06 pessoas	2 S/M

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do grupo focal, 2007.

\*S/R- Sem renda- não existe renda (sobrevivem da ajuda de parentes e vizinhos, ou de programas assistenciais).

**Quadro demonstrativo Perfil do adolescente alvo do grupo focal:**

<b>Adolescente</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ato infracional cometido</b>	<b>Medida socioeducativa</b>	<b>Data de entrada na FUNCAP</b>
1. Antonio	16 anos	1ª Etapa	Art. 157	Liberdade Assistida	Maio/2007
2. Gabriel	15 anos	5ª série	Art. 157	Liberdade Assistida	Outubro/2006
3. João Paulo	18 anos	7ª série	Art.Tent. Hom.	Internação	Setembro/2007
4. José Pedro	18 anos	4ª etapa	Art.	Semiliberdade	Abril/2007
5. Adriano	18 anos	8ª série	Art. 157	Liberdade Assistida	Abril/2007
6. Felipe	19 anos	3ª etapa	Art. 157	Liberdade Assistida	Abril/2007
7. Bruno	16 anos	3ª etapa	Art. 157	Liberdade Assistida	Abril/2007
8. Henrique	18 anos	3ª etapa	Art. Ass. c Vit	Internação	Setembro/2007
9. Marcelo	17 anos	3ª etapa	Art. Ass c/Vit	Internação	Agosto/2007
10. Kleverson	17 anos	3ª etapa	“	Internação	Julho/07

Fonte: elaborado pela autora a partir do grupo focal, 2007.

Os quadros acima mostram o perfil do responsável e do adolescente atendido na FUNCAP que são foco do estudo em referência. Nota-se que das famílias que participaram do grupo focal, 07 (sete) das 10 (dez) famílias, tem mais de cinco pessoas morando no mesmo domicílio, cuja renda familiar não ultrapassa os 3 (três) salários mínimos, inclusive famílias que a única renda fixa é do Programa Federal Bolsa Família, para sobreviverem contam com ajuda de parentes e vizinhos. Quanto à escolaridade as famílias estão no mesmo nível de escolarização dos adolescentes, apenas uma mãe conseguiu chegar ao ensino médio, dois são analfabeto e um semi-analfabeto. Características que certamente vão interferir diretamente na educação dos adolescentes. Quando a origem todos vem de bairros periféricos, onde as políticas públicas são insuficientes ou inexistentes.

Uma característica comum no atendimento da FUNCAP consiste na figura da mulher como responsável ou no papel de mãe e/ou a avó. São poucos os homens que participam efetivamente no processo de acompanhamento do adolescente como responsável.



### **CAPÍTULO III**

## **ANÁLISE SITUACIONAL DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DO PARÁ**

### **3.1 Marco Legal e Instrumentos Normativos**

A Fundação da Criança e do Adolescente do Pará – FUNCAP, é uma instituição governamental responsável pela coordenação e execução da política de atendimento das medidas socioeducativas no Estado do Pará. Atuando com base nos princípios das Normativas Nacionais: Constituição Federal Brasileira de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os quais seguem as diretrizes das Normativas Internacionais: Convenção da ONU sobre Direitos da Criança; Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos (regras de Beining – administração da justiça juvenil – e regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade).

O princípio da prioridade absoluta, contemplado nos artigos 227 da Constituição e 4º do ECA, estabeleceram a co-responsabilidade da família, comunidade, sociedade em geral e poder público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos de crianças e adolescentes, passando a ser um pilar do novo direito possibilitando a criação de uma nova lógica no tratamento jurídico da infância e juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, à luz da Constituição de 88, foi que rompeu definitivamente com a doutrina da situação irregular e inaugurou a denominada doutrina da proteção integral, prevista no artigo primeiro. Sob esta perspectiva pode-se afirmar que o ECA, consolida uma luta dos mais diversos atores sociais pela garantia dos direitos da criança e do adolescente preconizado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

A doutrina da proteção integral tem suas origens e fundamentos ancorados nos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989. Esta Convenção foi ratificada por 192 países, entre eles o Brasil que ratificou em setembro de 1990. Por meio da doutrina da proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz no ordenamento jurídico nacional todo um sistema de garantias e direitos para crianças e adolescentes consubstanciados em um conjunto de novos referenciais teóricos. Este novo paradigma pressupõe uma valorização da condição de criança e

adolescente, pessoas em condição peculiar de indivíduo em desenvolvimento que necessitam crescer de forma plena, desenvolvendo todo o aspecto biopsicossocial.

Os novos referenciais passam a reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Desta forma, a proteção integral estabelece um sistema de normas jurídicas o qual crianças e adolescentes são considerados como sujeitos de interesse e responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. O sistema de garantias da doutrina da proteção integral ampara os direitos fundamentais da criança e do adolescente: direito a vida, a saúde, a educação, ao lazer, à convivência familiar, comunitária e social, à integridade física e psíquica, dentre outros, contra aqueles que porventura possam violá-los de alguma forma. É por este aspecto que a doutrina da proteção integral rompe com a fase tutelar e inaugura uma etapa garantista do sistema da infância e juventude. Garantista, porque, como a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, cabe a família, a sociedade e ao Estado o dever de garanti-los. Nesta etapa, o juiz não tem poder discricionário e a medida deve incidir conforme os interesses da criança e do adolescente.

A proteção é considerada integral por contemplar todo o universo de relações interpessoais nas quais a criança e o adolescente seja parte, além de envolver uma proteção a todos os aspectos da condição de ser humano, ou seja, físico, moral, ético, religioso, etc. A doutrina da proteção integral revela-se como um sistema de garantias pautado em políticas públicas preventivas. As políticas públicas promovidas pelo Estado sob a égide da proteção integral recebem a incumbência de serem intersetoriais para que possam atingir todas as relações jurídicas das quais as crianças e adolescentes sejam sujeitos. São essencialmente três as espécies de políticas públicas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- **Políticas Básicas** (prevenção primária): contempladas no artigo 4º do ECA: implicam em políticas de atendimento à criança e ao adolescente para garantia de saúde, alimentação, habitação, educação, esporte, lazer, profissionalização e cultura.
- **Políticas Protetivas** (prevenção secundária): contempladas nos artigos 23, parágrafo único, 34, 101 e 129 do ECA: dirigidas à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal ou social cujos direitos fundamentais reconhecidos por lei foram ameaçados ou violados. Estas políticas visam promover a orientação, apoio e acompanhamento temporários; o regresso escolar; o apoio sociofamiliar; as necessidades especiais de saúde; o atendimento às vítimas de maus-tratos; o tratamento de drogadição, a renda mínima

familiar; a guarda subsidiada e o abrigo. As políticas protetivas são de competência do Poder Judiciário e dos Conselhos Tutelares.

- **Políticas Socioeducativas** (prevenção terciária): contempladas nos artigos 112 e 129 do ECA: estas políticas implicam na responsabilização do adolescente em prática do ato infracional por meio da aplicação de uma medida socioeducativa. A competência da aplicação desta sanção é exclusiva do Poder Judiciário.

Desta forma, o Estado tem papel relevante no sistema da infância e juventude pelo dever de promover políticas públicas em todos os níveis. A ausência destas políticas significa a privação à criança e ao adolescente dos mais diversos direitos como saúde, educação e alimentação, por exemplo. Sendo pautado em lei que a família, a sociedade e o Estado devem garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente, por outro lado é verdade que também são eles os maiores violadores destes direitos, segundo os órgãos de defesa e direitos humanos. De forma, que o direito da criança e do adolescente, resguardado pela doutrina da proteção integral, insere esses segmentos no ordenamento jurídico como titulares de direitos e de garantias fundamentais, oferecendo mecanismos jurídicos para que estes direitos sejam totalmente protegidos pela família, sociedade e Estado.

Os adolescentes menores de dezoito anos autores de ato infracional, são penalmente inimputáveis, por estarem em condição peculiar de desenvolvimento, mas estão sujeitos, as medidas socioeducativas previstas nesta lei, devendo ser considerada a idade do adolescente à data do fato. Quando o ato infracional for praticado por criança de até, 12(doze) anos, a elas serão aplicadas medidas protetivas previstas no art. 101 do ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional toda conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Conforme previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas são instrumentos de que dispõe o poder judiciário, para superação do envolvimento do adolescente em ato infracional. As medidas socioeducativas serão aplicadas quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, que estão estabelecidas no capítulo IV, Art. 112: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI do ECA, que são as medidas protetivas.

Outro mecanismo que visa dar maior consistência à aplicação do ECA, é o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo- SINASE, que vem contribuir para a aplicabilidade do ECA, a fim de trazer um avanço não só na discussão sobre o tema, mas, principalmente na efetivação de uma política que contemple os direitos humanos buscando transformar a problemática da realidade atual em oportunidade de mudança.

SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida sócio-educativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estadual, distrital e municipal, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção aos adolescentes em conflito com a lei (SINASE, 2006, 22). Consiste em um subsistema do Sistema de Garantias de Direitos, voltado para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, que se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (saúde, educação, assistência social, justiça, segurança pública).

O SINASE tem como princípios o respeito aos direitos humanos, atribuindo responsabilidade solidária à família, à sociedade e ao Estado, reconhecendo o adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades. Por isso, priorizando de forma absoluta a criança e o adolescente, através de mecanismos legais com respeito ao devido processo legal. Tem-se, ainda, o caráter excepcional do processo sócio-educativo que recomenda a aplicação da medida privativa de liberdade somente em casos imprescindíveis, e, mesmo quando necessária, deve-se garantir a sua brevidade em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A incolumidade, a integridade física e a segurança do adolescente constituem o núcleo central da garantia de seus direitos, pois, impõe ao poder público o dever de garanti-la, sendo sua responsabilidade objetiva. O respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas devem se fundamentar não somente no ato imputado ao adolescente, mas respeitando a equidade, com tratamento individualizado, considerando as suas necessidades sócias, psicológicas e pedagógicas.

Outro princípio é a incompletude institucional, caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços da comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento ao adolescente, conforme preceitua o artigo 86 do ECA. Deve ser também observada a garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência, cujo tratamento deve respeitar a

peculiaridade de sua condição física e psicológica, de modo a evitar que esteja em posição de risco e de desvantagem no sistema socioeducativo.

Para eficácia desse atendimento, se faz necessário à municipalização dos serviços de atendimento socioeducativo, respeitando os limites geográficos, implementando a descentralização político-administrativa. Mediante a criação e a manutenção de programas específicos, através de uma gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, municipal, estadual e federal, dentro de uma co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas.

As medidas acima somente poderão ser implementadas, através de uma ampla mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos do Estado, da sociedade e da família.

Quanto a sua organização o SINASE, define competências e atribuições dos entes federativos, gerais e específicos, dentre eles: coordenar o sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; elaborar o plano estadual em cooperação com os municípios; instituir, regular e manter o seu sistema de atendimento socioeducativo, respeitadas as diretrizes gerais fixadas pela união; prestar assistência técnica aos municípios na construção e na implementação do sistema socioeducativo, nele compreendidas as políticas, planos, programas e demais ações voltadas ao atendimento ao adolescente em autor de ato infracional.

Além destes, o SINASE aponta estratégias para criar, manter e desenvolver os programas de atendimento para a execução das medidas de semiliberdade e internação (provisória e sentenciada); editar normas complementares para a organização e funcionamento do sistema de atendimento e dos sistemas municipais; estabelecer, com os municípios, as formas de colaboração para o atendimento socioeducativo em meio aberto; prestar assistência técnica e suplementação financeira aos municípios e as organizações da sociedade civil para a regular oferta de programas de meio aberto, que contempla as medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Seguindo as diretrizes do ECA e do SINASE se imprime uma metodologia de gestão participativa com base na autonomia competente e participação consciente, compartilhamento de responsabilidades e compromisso coletivo com os resultados. É de fundamental importância que a configuração de uma organização que contemple a existência de um dirigente geral e responsável legal, corpo de diretores e coordenadores dos programas de atendimento

socioeducativo que, articulados, formam o grupo gestor, de modo a suscitar a formação de uma comunidade socioeducativa.

A formação organizacional para o atendimento socioeducativo obedece a parâmetros de gestão pedagógica, através de programas em que seja contemplado um conjunto de ações que compõe o atendimento do adolescente sentenciado com medida socioeducativa. Dentre estas ações estão às seguintes modalidades: Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Liberdade Assistida (LA); Semiliberdade e Internação, as quais apresentam as dimensões jurídica-sancionatória e ético-pedagógica. As diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo apresentam a prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios, com projeto pedagógico na condição de ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo, contando com a participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação dessas ações.

Outra característica se refere ao respeito à singularidade do adolescente, como condição necessária na ação socioeducativa, com a exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo, em que a diretividade no atendimento obedeça a um processo democrático, quando os educadores dirigiram as ações, com abertura de espaço para o educando participar.

A disciplina é outro meio a ser implantado, para a realização da ação socioeducativa, com uma dinâmica institucional que garanta a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional, dentro de uma organização espacial e funcional das unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente. A diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual é outro aspecto que deve nortear a prática pedagógica, logo a família e a comunidade devem participar ativamente da experiência socioeducativa.

Para que esse processo não sofra qualquer sinal de estar sendo executado de forma dissociada da realidade e das suas perspectivas atuais na melhora no atendimento, se faz necessário que os seus atores sociais passem por uma formação continuada. No entanto, para que isso seja viabilizado, devem ser respeitadas as dimensões básicas do atendimento socioeducativo, tais como: espaço físico, infra-estrutura e capacidade, assim como o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, direitos humanos, acompanhamento técnico, recursos humanos e alianças estratégicas.

Além disso, existem alguns parâmetros socioeducativos ou eixos sobre os quais as ações devem pautar seu atendimento, dentre eles, destacamos: suporte institucional e pedagógico, diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual, comum a todas as MSE, educação, esporte, cultura e lazer, comum a todas as MSE, saúde, abordagem familiar e comunitária, profissionalização, trabalho, previdência, comum a todas as MSE e segurança, definido de acordo com as MSE executadas.

São destacados os parâmetros arquitetônicos através do qual, a estrutura física das unidades será determinada pelo projeto pedagógico específico do programa de atendimento. Respeitando as exigências de conforto ambiental, de ergonomia, de volumetria, de humanização e de segurança, as quais devem ser pedagogicamente adequadas ao desenvolvimento da ação socioeducativa, além de se constituir num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de MSE.

No entanto, alguns desafios são colocados para que sejam implementadas estas medidas, tais como, a fiscalização e monitoramento dos programas de execução socioeducativo, a ampliação dos recursos para a área, especialmente no sistema de defesa, visto que o número de varas judiciais, promotorias e defensorias públicas especializadas, ainda são insuficientes. Além disso, o pleno funcionamento do sistema de defesa do adolescente autor de ato infracional esbarra no pleno conhecimento da realidade do sistema socioeducativo e da doutrina da proteção integral por parte de todos os atores do sistema.

Outra limitação ao implemento do sistema de defesa do adolescente reside na ausência de apoio à pesquisa, à produção de informações e trabalhos sobre a temática do adolescente autor de ato infracional. A falta de uma maior ampliação dos recursos orçamentários e maior otimização dos recursos existentes, na divulgação da realidade e incentivo à discussão com toda a sociedade a fim de internalizar os princípios e práticas pautadas na doutrina de proteção integral e a ausência de um atendimento organizado em rede.

A inexistência de um modelo de incorporação do adolescente autor de ato infracional nas diferentes políticas públicas e sociais, além da falta de reordenamento institucional das unidades de internação, são deficiências do Sistema de Garantia de Direitos identificadas. Ao lado disso, se faz necessário à ampliação do sistema em meio aberto, com a regionalização do atendimento, além de capacitação dos atores socioeducativos, com elaboração de uma política estadual e

municipal de atendimento integrado com as demais políticas públicas. Ação mais efetiva dos conselhos estaduais e municipais, bem como do maior entendimento da lei e suas especificidades.

Há, ainda, a necessidade de uma integração efetiva dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social no atendimento inicial do adolescente autor de ato infracional e em todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa, da mesma forma que falta um atendimento estruturado e qualificado aos egressos. Tudo que se coloca são desafios apontados pelos próprios técnicos da FUNCAP e dos órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, que de forma sistemática está contemplado nas recomendações do SINASE.

### 3.3 Cenário do atendimento socioeducativo

Tabela 1 – População cumprindo Medida Socioeducativa restrito e privado de liberdade em relação à população do Pará e Taxa de adolescente autor de ato infracional, segundo Faixa de Idade – 2007.

<b>Faixa de Idade(1)</b>	<b>Adolescente autor de ato Infracional</b>	<b>Adolescente do Pará</b>	<b>Taxa de adolescente autor de ato infracional(2)</b>
12 anos	0	178.802	0
13 anos	9	172.720	0,1
14 anos	56	176.934	0,3
15 anos	121	177.713	0,7
16 anos	333	172.008	1,9
17 anos	473	175.051	2,7
18 anos	317	176.494	1,8
19 anos	39	159.621	0,2
<b>Total</b>	<b>1.351</b>	<b>1.389.343</b>	<b>1,0</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/DATASUS e Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento – NUPLAN.

Nota: Estão registrados adolescentes cumprindo medida de Semiliberdade ou de Internação sem dados Sem Informação sobre a idade.

(1) Não foi apresentada a faixa de idade de 20 a 21 anos, também atendida pela Fundação, devido que a mesma, não estava desmembrada da faixa de 20 a 24 anos, segundo IBGE. (2) Para cada 1.000 habitantes.

Percebe-se no quadro acima que a faixa etária com maior incidência de ato infracional é de 17 (dezesete) anos, idade em que o adolescente poderia está inserido em programas de estágio, primeiro emprego, ou qualquer outro de geração de emprego e renda, porém os registros



da FUNCAP mostram que os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade não estavam inseridos, em nenhum desses programas.

Um dado importante a ser analisado é quando ao número de adolescentes que cometeram ato infracional em relação à população de adolescentes no Estado, que chega a ser apenas um por cento (1%) de toda a população nessa faixa etária. O que representa um número bastante pequeno para que governo e sociedade investissem em um trabalho de qualidade, na perspectiva de imprimir mudanças radicais na vida desses adolescentes. Para tanto, se faz necessária decisão política para um investimento efetivo na execução da política de atendimento socioeducativo no Estado.

## 2- Ato Infracional dos adolescentes em atendimento socioeducativo

Tabela 2 – Ato Infracional, por capítulo do Código Penal, praticado por adolescente em Atendimento Socioeducativo registrado na Medida de Internação da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - 2007

Capítulo	Adolescentes	Percentual
Do Roubo e Extorsão	607	46,1
Dos Crimes Contra a Vida	254	19,3
Porte Ilegal de Armas	187	14,2
Do Furto	86	6,5
Das Lesões Corporais	35	2,7
Dos Crimes Contra a Liberdade Individual	31	2,4
Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual	29	2,2
Dos Crimes Contra a Paz Pública	14	1,1
Dos Danos	11	0,8
Tráfico e Consumo	10	0,8
Dos Crimes contra o Respeito aos Mortos	4	0,3
Da Receptação	3	0,2
Dos Crimes praticados contra a Admin. em geral	3	0,2
Da Apropriação Indébita	1	0,1
Da Falsidade Documental	1	0,1
Da Usurpação	1	0,1
Não informado	40	3,0
Total	1.317	100,0

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento - NUPLAN

Os dados apontam para uma realidade que vêm aumentando em especial nos centros urbanos do país, com a maior incidência de ato infracional praticado por adolescentes são o roubo, extorsão, furto, e ainda os crimes contra a vida, bem como o porte ilegal de armas, que na sua maioria estão diretamente ligados a crimes de assaltos. Isso denuncia uma situação assustadora que é o envolvimento de adolescentes com armas, pois a facilidade de se adquirir

uma arma é tão comum que qualquer adolescente que desejar praticar um assalto sabe bem como e onde conseguir um revólver ou mesmo uma pistola mais sofisticada.

Os fatores objetivos que envolvem a prática do ato infracional por adolescente, estão diretamente ligados às questões sócio-econômicas políticas e culturais do contexto social. Os relatórios da FUNCAP apontam que estes fatores são os mais variados possíveis: como o desejo do consumo dos produtos de marcas, o consumo e o tráfico de drogas, a existência de policiais corruptos que vendem armas apreendidas para adolescentes, adultos que aliciam adolescentes para o cometimento de crimes, enfim, o próprio contexto social ao qual estão inseridos acaba sendo um facilitador em potencial para o envolvimento na criminalidade.

## Gênero

Tabela 5 – Gênero do adolescente em Atendimento Socioeducativo da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará – 2007.

Atendimento	Adolescente por sexo				Total
	Masculino	%	Feminino	%	
Custódia	1.425	94,2	88	5,8	1.513
Internação Provisória	852	95,7	38	4,3	890
Semiliberdade	292	96,7	10	3,3	302
Internação	1.046	98,4	17	1,6	1.063
Total	3.615	95,9	153	4,1	3.768

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento - NUPLAN

Os dados desta tabela abrangem além das informações sobre das MSE de Internação e Semiliberdade, inclui os dados da Custódia<sup>4</sup> e da Internação Provisória<sup>5</sup>. As informações mostram que em todas as situações, os adolescentes do sexo masculino lideram esses dados pode levar as mais diversas análises. Que pode ser deste a exposição maior do menino nas ruas pela própria questão de que a mulher ainda hoje é responsável com os cuidados da casa e assim fica menos exposta ao envolvimento com o ato infracional.

<sup>4</sup> Custódia: Período de até 72 (setenta e duas) horas em que o adolescente fica privado de liberdade aguardando ser ouvido por autoridade competente (delegado, promotor, e/ou juiz);

<sup>5</sup> Internação Provisória: Período de até 45 (quarenta e cinco) dias que o adolescente fica privado de liberdade aguardando sentença judicial;

## Idade

Tabela 8 – Faixa de Idade do Adolescente cumprindo Medida Socioeducativa de Semiliberdade, na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - 2007

Faixa de idade	Adolescentes	Percentual
12 a 13 anos	1	0,3
14 a 15 anos	42	13,9
16 a 17 anos	194	64,2
18 a 21 anos	65	21,5
Total	302	100,0

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento - NUPLAN

Tabela 9 – Faixa de Idade do Adolescente cumprindo Medida Socioeducativa de Internação, na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - 2007

Faixa de idade	Adolescentes	Percentual
Não informado	3	0,3
12 a 13 anos	8	0,8
14 a 15 anos	135	12,7
16 a 17 anos	615	57,9
18 a 21 anos	301	28,3
Mais de 21 anos	1	0,1
Total	1.063	100,0

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento - NUPLAN

Quanto à faixa etária, é entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos a maior incidência do envolvimento de adolescentes na prática do ato infracional. Nesta idade os adolescentes estão em pleno desenvolvimento, precisando de oportunidades para desenvolver suas potencialidades. Como no Estado do Pará as políticas públicas, na área de proteção e prevenção, são insuficientes e/ou inexistentes, são poucas as alternativas de oportunidade, para os adolescentes que sem perspectivas ficam na ociosidade, vulneráveis e expostos a toda situação de risco e vulnerabilidade social.

## Escolaridade

Tabela 14 – Nível de Instrução do adolescente cumprindo Medida Socioeducativa de Semiliberdade, na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - 2007

Nível de instrução	Adolescentes	Percentual
Analfabeto	1	0,3
Alfabetizado	1	0,3
Ensino fundamental – Regular	8	2,6
Ensino fundamental – EJA	223	73,8
Ensino Médio	3	1,0
Sem informação	66	21,9
Total	302	100,0

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento - NUPLAN

Tabela 16 – Nível de Instrução do adolescente cumprindo medida socioeducativa de Internação, na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará – 2007.

Nível de instrução	Adolescentes	Percentual
Analfabeto	9	0,8
Alfabetizado	22	2,1
Ensino fundamental – Regular	343	32,3
Ensino fundamental – EJA	474	44,6
Ensino Médio	15	1,4
Sem informação	200	18,8
Total	1063	100,0

Fonte: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP/ Núcleo de Planejamento e Orçamento – NUPLAN.

A situação da escolarização denuncia o baixo índice de escolarização, se comparar idade versus escolaridade, na realidade aponta não somente o desinteresse individual de cada adolescente, mas, sobretudo o descaso dos governos com a educação no Estado, quando não investe adequadamente para oferecer uma educação de qualidade. Hoje as escolas, em especial as das periferias de Belém, e as do interior do Estado, são quase que na sua totalidade espaço de violação de direitos, pois a precariedade em que se encontram, não oferece os mínimos atrativos para qualquer pessoa sentir-se motivada a freqüentar, permanecer e ter sucesso escolar. Estes dados são constatados nos últimos estudos sobre violência nas escolas, realizado pela Universidade da Amazônia em 2005 e 2007, que faz um mapeamento de todas as condições objetivas que permeia o contexto escolar.

Cabe esclarecer que os números que aparecem sem informação, quase na sua totalidade são de adolescentes que estão fora da escola, pois, raramente o adolescente omite o fato de está estudando, pois de certa maneira este dado pode beneficiá-lo. Quando no momento de sua sentença, o juiz sempre leva em consideração este fator com objetivo de lhes garantir o horário de saída para freqüentar a escola.

Os adolescentes que chegam às unidades da FUNCAP apresentam histórias de vida bastante semelhantes, com relações marcadas por conflitos familiares, abandono, negligência, violência doméstica, exploração do trabalho infantil, enfim as mais diversas situações de vulnerabilidade social. Um dado relevante, porém que ainda não foi contemplado no relatório de gestão é quanto à constituição familiar, que aponta para grande maioria, em torno de 60% o adolescente mora somente com a mãe, outra parte mora com a avó materna e em número menor com a avó paterna.

Esses dados refletem também uma nova tendência nas três últimas décadas, que é constatado pelos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam, entre 1991 a 2000, haver um crescimento nacional de 37,5% do número de casas chefiadas por mulheres: a média nacional passou de 18,1% para 24,9%, o que significa mais de onze milhões de lares chefiados por mulheres.

Na cidade de Belém, um traço muito comum é a presença da avó materna, na composição da estrutura familiar. Segundo relatos das avós normalmente esses filhos são deixados pela mãe ou pelo pai, os quais em função de constituir outra família, deixam os filhos da relação anterior sobre o cuidado dos avós. Essa situação foi constatada no estudo do grupo focal.

Geralmente, as avós são senhoras de uma idade acima de 50 anos e com uma situação sócio-econômica difícil, pois não possuem renda fixa ou quando tem fica entorno de um a dois salários mínimos. Em média, o número de membros das famílias dos adolescentes é de 5 pessoas, a renda per capita gira em torno de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, o que significa dizer que vive em situação de pobreza, expostas a vulnerabilidade social de manutenção e sobrevivência da família.

O panorama social em que vivem as famílias dos adolescentes autores de ato infracional, reflete de um lado um processo de crescimento avassalador da pobreza, e de outro, o aumento gigantesco da concentração de riqueza, como tem demonstrado o Mapa da Violência no Brasil (2004) e o Atlas da Exclusão Social no Brasil (2005).

Embora se tenha clareza de que a situação sócio-econômica da família não é fator determinante para a prática do ato infracional, não se pode perder de vista, que a maioria dos adolescentes, que estão em cumprimento de medida socioeducativa, são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo.

A situação do rendimento familiar do adolescente autor de ato infracional é baixa, apenas 22,7% ganham acima de 2 (dois) salários mínimos e 42,9% ganham até 1 (um) salário mínimo. Este dado demonstra qual é a real situação sócio-econômica dessas famílias, e se constitui a referência de identificação da população atendida no patamar da linha da pobreza. Esse é um dado difícil de ser apurado, pois as famílias sentem dificuldade em informar a renda em função da maioria trabalharem no mercado informal ou em subemprego. Os últimos dados condensados são do relatório de 2004.

**Demonstrativo da classe de rendimento da família dos adolescentes em conflito com a lei, sentenciados no Estado do Pará – Renda familiar 2004.**

Classe de rendimento	Adolescentes	%
Não declarou	37	8,9
Até 1/2 sal. Mínimo	51	12,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	127	30,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	106	25,5
Mais de 2 salários mínimos	94	22,7
Total	415	100,0

Fonte: Fundação da Criança e Adolescente do Pará, 2004

**Nº de pessoas por domicílio  
Número de moradores residentes com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa,  
sentenciados no Estado do Pará - 2004.**

Número de Moradores	Adolescentes	%
Nenhum	3	0,7
1 a 3	50	12,0
4 a 5	159	38,3
6 a 7	130	31,3
8 ou mais	73	17,6
Total	415	100,0

Fonte: Fundação da Criança e Adolescente do Pará-2004.

Em relação ao número de moradores residentes, verifica-se que a maioria dos adolescentes 38,3%, mora com 4 a 5 pessoas na residência e 17,6% moram com 8 ou mais pessoas. Esse é um dado que cruzado com a renda familiar, aponta a real situação sócio-econômica da família dos adolescentes. Situação que também foi constatada com as famílias que participaram do grupo focal.

Na verdade a apresentação desses dados é somente para mostrar que apesar de se ter trabalhado um pequeno número de famílias (dez), foi possível ter um panorama da realidade, visto que, o perfil das famílias estudadas mostra exatamente o retrato do quadro geral dos adolescentes e famílias atendidos na FUNCAP.

## CAPÍTULO IV

### A AFETIVIDADE E AUTORIDADE: UMA REVELAÇÃO DO GRUPO FOCAL

#### 4.1 Família: o real e o ideal na representação das famílias

A técnica do grupo focal foi sem dúvida, um instrumento rico para o desenvolvimento dessa pesquisa, permitindo melhor conhecimento das famílias, bem como, o que pensam e como vivem, sendo ainda, oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas. Garantiu a oportunidade da fala e principalmente da escuta, representando assim, uma prova rara do reconhecimento enquanto pessoa, que muitas vezes é discriminada pela condição em que se encontram. A seguir se apresenta os principais pontos discutidos com as famílias no grupo focal, suas representações, concepções, idéias, valores, enfim sua forma de vê e viver o cotidiano em família.

Representação sobre família: O que é Família para mim? Cada um apresentou da seguinte forma:

- Desenho da sua família: mãe, pai e cinco filhos, em baixo escreveu: “Família é amor carinho. É um laço que nos une” (Joana).
- Desenho de um Sol e ao lado uma casa, na porta o nº 266. (Rita).
- Escreveu a frase: “A família é muito importante te na nossa vida. Por que precisamos e necessitamos um dos outros. Precisamos de carinho, amor e compriensão, principalmente nas horas mais difícil das nossas vidas”. (Madalena).
- Desenho da família: pai, mãe e os três filhos “Família é união” (M<sup>a</sup> José).
- “A família pra mim representa tudo pra minha vida, principalmente meus filhos”. - desenhou uma família: pai, mãe e dois filhos. (Filomena).
- “meu lar” desenho da família: Mãe, dois filhos e a avó (Márcia).
- Desenhou uma casa. “Família é tudo na vida da gente”. (Judite).
- Desenhou uma árvore de natal e um barco, disse: “lembro da minha infância, hoje é tudo - diferente” (Raimundo).

As representações sociais discutidas pelo grupo sobre: “o que é Família” reforça a idéia de que é uma instituição que reina “o amor, o carinho, a união, a compreensão, enfim é tudo, a felicidade entre pai, mãe e filhos”. As expectativas dessas mulheres em relação ao grupo familiar estão no imaginário coletivo, e são as mesmas que ainda estão impregnadas de idealizações,

tendo como referencial a família nuclear. Apesar das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, o modelo de uma família feliz continua sendo uma busca constante na vida e no imaginário social das pessoas como um padrão a perseguir.

As reflexões de Carvalho são confirmadas nos relatos dessas pessoas, quando apresentam como expectativas que a família produza amor, carinho, cuidados, proteção, afetos, união, enfim sentimentos bons. No entanto, elas não conseguem perceber que estas expectativas são possibilidades e não garantias, pois essa garantia depende não somente das relações interpessoais, uma vez que a família vive num dado contexto que pode ser “fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades”, pois, diversos fatores de ordem objetiva e subjetiva interferem diretamente nesse processo (2000, p.13).

È importante ressaltar que a família é uma instituição de caráter contraditório, espaço de convivência e de necessidade de compartilhamento de sentimentos e experiências que quando se assemelham, contribui assim para um maior fortalecimento dos participantes, mas que nem sempre isso acontece, o que deve ser encarado como algo natural nas relações familiares. O fato do ambiente familiar ser um ambiente privilegiado de convivência, não significa que não haja conflitos nesta esfera, muito pelo contrário, é um espaço propício para o confronto de idéias e poder. O que as famílias parecem não entender é que os conflitos são inerentes às relações interpessoais em qualquer esfera de convivência (VICENTE, 2000, p, 54)

Fica evidente na fala dos membros do grupo que a família representa um papel fundamental na vida deles. Entretanto, fica clara a limitação que elas apresentam para executarem a função de educadora e formadora de indivíduos, necessitam de suporte não somente de ordem sócio-econômica, mas também de apoio humano para o enfrentamento de dificuldades e desafios, ou seja, a família precisa de proteção e orientação sócio-familiar, para garantir as condições necessárias ao desempenho de suas funções.

Concorda-se com Sarti (2000), quando afirma que a família para os pobres “não é apenas o elo afetivo mais forte, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, mas é o próprio substrato de sua identidade social” (p.52). Na fala das famílias podem vê a expressão “*a família é tudo*”, o que implica numa relação fundada num código de lealdade e de obrigações mútuas e recíprocas, nela, se abre mão de projetos individuais em função de outrem, para preservar o elo que os liga.



Trabalhando o cotidiano vivido pelas famílias: em outro momento os participantes do grupo focal foram estimulados a falarem sobre as suas vivências em família, colocando as dificuldades vivenciadas no dia a dia, com o tema “a família que temos” e “a família que queremos”.

Moro só com meu cachorro. Meus filhos é que me sustentam. Tenho cinco filhos. Eram seis. Um morreu num assalto. Todos os meus filhos moram perto de casa. Antes eu morava com o meu neto, desde dois anos ele morava comigo, depois de ter sido “abandonado” pela mãe. Hoje ele tá cumprindo medida lá no EREC. Eu não tenho do que me queixar da minha família. Meus filhos estão casados e trabalhando. Quando meu marido foi embora de casa, eles eram pequenos. Eu lutei muito. A minha maior tristeza é vê o meu neto preso lá na internação no EREC. Eu largo tudo para vir prá reunião. A minha família é tudo pra mim, os meus filhos, todos os dias vão na minha casa, o mais velho, não passa sem entrar lá em casa, todo dia vai vê o que eu tô precisando. Nós devemos amar todos na família (Joana).

Observa-se neste relato a presença de uma relação de reciprocidade e obrigação, quando a Sra. Joana diz que são os seus filhos que lhe sustentam, como retribuição a tudo que ela lhes ofereceu. Mesmo depois de uma separação, lutou sozinha na criação dos filhos. Considera-se “sou feliz porque os filhos sempre me procuram, minha casa é o porto seguro, é a casa deles, pois, quando os meus filhos brigam com suas mulheres, é lá em casa que eles procuram refúgio, passam dias lá em casa”. (Joana)

Sarti (2005) confirma essa realidade quando observa que nas famílias em que a mãe é viúva ou é separada, especialmente quando não tem nova união, ela torna-se a figura aglutinadora do restante da família, e sua casa acaba sendo o lugar de refúgio dos filhos nas situações de desamparo, nos períodos de desemprego, brigas conjugais, e até nas separações. Sendo o ponto de referência para toda a família, à mãe é devido um respeito particular e é na casa dela que todos acham o aconchego do lar e sentem-se um pouco donos, como se estivessem nas suas próprias casas.

Outra questão abordada no relato da Sra. Joana reflete uma das características muito comum dentre as famílias atendidas na FUNCAP, que é a participação ativa da figura da avó na responsabilidade do cuidado, proteção e educação dos netos. Na fala desta avó destaca-se que ela relata o abandono do filho pela mãe, não faz nenhuma referência ao pai, que é um dos seus filhos, está vivo, mora nas proximidades de sua casa, mas que também nunca assumiu o filho, no entanto a atitude do pai não é vista como abandono, somente se refere ao abandono da mãe.

Na realidade ainda está nos discursos das pessoas e no imaginário social, que a responsabilidade de cuidar e educar os filhos são tarefas das mulheres, isentando os homens desse

processo. Neste caso a avó é quem assume as responsabilidades com o neto inclusive é quem visita, assiste as reuniões e acompanha o processo do adolescente no cumprimento da medida sócio-educativa. No momento foi provocado a responder qual o motivo do pai também não assumir o filho, ela desconversa e defende dizendo que ele é muito ocupado, e sempre ele ajuda financeiramente. Portanto, se percebe uma total convivência dessa mãe com o filho que não assume suas responsabilidades, enquanto culpabiliza a mulher-mãe atribuindo todos os problemas que o neto apresentou como o envolvimento em ato infracional e o abandono a escola, à mãe biológica que segundo a avó, abandonou a criança antes de dois anos de idade.

Ainda nesse relato aparece a questão da violência como algo muito próximo no cotidiano dessas famílias, quando relata a experiência de ter vivido a violência na pele, tendo um filho morto vítima de assalto. Uma realidade marcada pela dor e sofrimento. Essa família apesar de ter um de seus membros envolvidos na prática do ato infracional, também carrega a dor de ser vítima; como geralmente moram em áreas com alto índice de criminalidade, ficam mais expostas a situações de violência.

Moro com meus dois netos, o João, 16 anos e a Paula, 15 anos, meu marido e um filho com a mulher. (...) a mãe dos meus netos abandonou eles, ela está sumida. O pai deles trabalhava viajando, mas veio a falecer, e deixou os filhos comigo e o avô. (...) o trabalho que eu tenho com eles, o cuidado, eu não teve e nem dei pros meus filhos. Meus filhos nunca me deram esse trabalho, que tô tendo com os netos. Meus filhos reclamam, que eu “passo demais a mão na cabeça deles”. (...) eles parecem que não gostam deles não dão atenção, carinho para os sobrinhos, é só na grosseria, parece que não é tio, só sabe brigar. Os netos preferem ficar na rua do que em casa, chegam tarde da noite.(...) a mãe deles se separou do pai e sumiu. Ninguém tem notícia dela (Judite).

Esse relato demonstra a figura da avó como responsável pelos netos, novamente o “abandono” dos filhos pela mãe, não existência da figura do pai na criação dos filhos, e o relato da falta de atenção, carinho e de cuidado por parte de outros membros da família para com os adolescentes. A questão do “abandono” dessa vez envolvendo duas crianças não foi explicada os motivos que culminaram com essa atitude, não cabem aqui nenhum juízo de valor, mas somente o registro da realidade do cotidiano da família.

A experiência vivenciada por esses adolescentes é marcada pelo choque de gerações expressado nas limitações dos avós em lidar com uma realidade que eles tem dificuldades de compreender para acompanhar e educar os netos. Outro destaque é quanto à intervenção de membros da família na chamada de atenção dos adolescentes, ficando claras, as cobranças e a agressividade, no entanto, segundo a avó não existe preocupação por parte dos tios em cuidar e

orientar e, muito menos atitudes, de afeto e carinho para com os adolescentes. São muitos os que chamam atenção e apenas os avós para proteção e cuidado dos netos, gerando revolta e rebeldia por parte dos adolescentes que não aceitam as cobranças dos tios.

O que foi possível observar tanto na fala como no processo de acompanhamento dessa família, foi a grande dificuldade dos avós que não conseguiram estabelecer uma relação de autoridade e afetividade, uma vez que não conseguem trabalhar a questão de limite e responsabilidade com os adolescentes. Essa observação reflete a singularidade de uma família que sem nenhum processo de escolha, teve que assumir a criação de duas crianças que não faziam parte de seus projetos de vida, para o qual também não estavam preparados.

A agravante nessa situação são as condições objetivas e subjetivas que não favorecem esse processo. Os avós de idade, ele 76 (setenta e seis) anos, ela 68 (sessenta e oito) anos, ambos semi-analfabetos, com algumas limitações de saúde e uma vida sócio-econômica bastante precária, encontram muitas dificuldades para acompanhar e orientar os netos no processo de desenvolvimento e formação, pois, não contam com nenhuma outra pessoa na família que contribua nesse processo, pois certamente essa disparidade de geração, não necessariamente em função da idade, mas, sobretudo do nível de conhecimento, dificulta a formação e educação desses adolescentes. Tal situação demonstra a necessidade da implementação de programas de orientação e apoio sócio-familiar, o que é defendido com empenho na Pedagogia da Presença por Costa (1999).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabelece que à família, é responsável pelo cuidado e a proteção aos filhos, e ao Estado e à sociedade como um todo, o papel de apoiá-los em sua tarefa, com vista a promover o desenvolvimento integral e saudável de toda criança e adolescente, assegurando seus direitos. Nesse sentido, conforme Rizzini (2000) se faz necessário fortalecer as bases de apoio, pois não se pode exigir dessas avós, que dêem conta, sozinhas, das responsabilidades com o desenvolvimento biopsicossocial de dois adolescentes, quando para isso, a família precisa ser reconhecida que ela própria carece de proteção para poder desenvolver com qualidade a função que lhe cabe quanto à socialização primária. Essa família precisa ser potencializada para o exercício de sua função na formação para a vida familiar.

Sou viúva, na minha casa moram seis pessoas, duas filhas, um filho e dois netos. Lá em casa ninguém nunca deu problema (...). Só agora o filho do meu filho se envolveu nisso. O meu neto é um menino bom, mas agora deu pra se envolver com essas camaradagens. Eu tenho outro neto envolvido com má companhia. É viciado em droga. O pai bate muito nele (ANTONIA).

Mas uma vez, a figura da avó aparece enquanto responsável pelo neto, embora o adolescente tenha pai e mãe, as obrigações com a criação e educação ficam a cargo da avó, que assume toda responsabilidade com as necessidades básicas para a sobrevivência do neto. Como também, é ela quem acompanha o processo socioeducativo junto ao neto, haja vista, que nem pai nem a mãe se dispõem a acompanhar o adolescente no cumprimento da medida socioeducativa. Segundo a avó eles sempre foram ausentes na educação do filho. Vale informar que a avó tem 65 (sessenta e cinco) anos de idade e enfrentam sérios problemas de saúde, apresentando muitas dificuldades para acompanhar o desenvolvimento, impor limites e trabalhar responsabilidades com o adolescente.

Ao olhar da avó o neto é um bom menino; o problema do seu envolvimento com as drogas e no ato infracional é a má companhia inclusive, quando se refere outro neto que se encontra em situação semelhante, também culpa “as más companhias”. Essa postura é comum, entre os familiares que sempre procuram atribuir a terceiros, o envolvimento do adolescente na criminalidade e nas drogas.

O relato da avó traz ainda outra situação comum em muitas famílias e em especial, na dos adolescentes que estão no processo de cumprimento das medidas socioeducativas, é quanto à forma de como os pais tentam resolver os problemas através da utilização de métodos que são totalmente rejeitados pelos defensores dos direitos da criança e do adolescente, pois nenhum tipo de agressão física ou psicológica pode ser aceita como forma de solução de qualquer problema que envolva criança e adolescente, a educação deles precisa ser pautada nos princípios de proteção integral estabelecidos no ECA.

Minha família é eu, meu marido (....) que é quase ex. Ele é uma boa pessoa. Já foi muito bom. Hoje não é presente, só vai em casa pra dormir, nosso relacionamento é muito difícil. Acho que ele tem outra família. Quando recebi a notícia de que meu filho foi preso, foi como se tirassem meu chão. O pai deles sempre foi um pai ausente (....) não dá conselho, não conversa com o filho. Quando ele vai visitar ele também não conversa. Meu marido é taxista e acho que ele tem outra companheira e acho que ele também tem outros filhos, outra família. Ele nega, mas em outro momento ele confirma que tem outra família. Esse relacionamento tá interferindo na educação de nossos filhos. Tenho uma filha de 24 anos que está sumida há quatro anos. Eu não sei por onde ela está e outro meu filho tá no EREC. Confio muito em Deus. Peço todos os dias que ele mude a minha vida.

O meu filho tem mania de roupa de marca. A “amizade” levou ele onde tá hoje. Parece que ele tá tendo maior consciência agora. Tem semana que ele chora quando eu vou visitar. Ele fica com saudade. Eu espero que num futuro breve vai voltar quando eles eram crianças. Iam tomar refrigerante, sorvete. Era muito bom. Não é fácil. (...) eu faço questão de vir pra cá, quando eu saio daqui, saio bem mais leve. Esse filho eu vejo. E a minha filha (....) sem um telefonema, uma carta. Não sei se ela tá bem. Dizem que ela tá no interior. A foto dela tá na Internet. Eu só queria que ela aparecesse (Laura).

A Sr<sup>a</sup>. Laura ao relatar sua situação ficou bastante emocionada, foi acolhida com um abraço coletivo representando a força e o apoio do grupo. A Sr<sup>a</sup>. Laura retrata um profundo saudosismo, da infância dos filhos, recordando o tempo que a família vivia de forma tranqüila, saíam para passear, tomar sorvete, almoçavam juntos, assistiam programas na televisão, “parecia que era para sempre”. Acredita que as mudanças na sua vida ocorreram quando começou a trabalhar fora de casa. Lembra-se que a situação foi ficando cada vez mais difícil, e teve necessidade de ajudar no orçamento da família tendo que se ausentar do lar para trabalhar fora, em casa de família. E como o marido também saía para trabalhar, os filhos ficavam sós, a filha mais velha ficava cuidando das tarefas da casa, do irmão menor e ainda tinha que ir para a escola.

O relato da Sra. Laura mostra que ao passar do tempo, a partir das transformações sociais, ocorridas no mundo do trabalho, foram acontecendo algumas mudanças que alteraram completamente a sua convivência familiar e o comportamento dos filhos. A relação conjugal com o marido também foi se tornando cada vez mais difícil, separaram-se várias vezes. Essa mãe chega a comentar que “sempre foi mãe e pai dos filhos, (...) o pai nunca deu carinho, atenção para os filhos (...) não liga pra filho, não” (Laura). Em seu relato ressalta a ausência da afetividade e da autoridade do pai na família.

Percebe-se que apesar de ter consciência da necessidade que a levou a trabalhar fora de casa, a Sra. Laura sente-se culpada por tudo que acontece, afirmando que “se pudesse ficaria em casa para cuidar dos filhos quando eles voltarem para casa”. É importante ressaltar, que o processo de emancipação da mulher, a luta pela sobrevivência acaba por empurrá-las para uma situação que nem sempre estão preparadas para enfrentar, daí sentir-se responsável por tudo o que acontece na família. Este fato denuncia a ausência de políticas públicas de retaguarda para as famílias, com vista, ao cuidado e proteção da criança e do adolescente.

Em relação a sua vida conjugal, a Sra. Laura, mostrou-se muito infeliz, referindo-se à indiferença do marido suspeita que ele tenha outra mulher e outros filhos. Ressaltou que o marido sempre foi um pai ausente, mas depois do envolvimento do filho na prática de ato infracional, o marido ficou bem mais ausente, ele “passa a maior parte do tempo na rua, só entra pra dormir (...) não é uma pessoa que conversa, quando vai visitar o filho não sabe conversar (...) fica calado, até dorme. Ultimamente, apenas mantém aparência de bom pai para as pessoas de fora” (Laura). Verifica-se, no relato de Laura que o pai nunca assumiu responsabilidade com a educação e formação dos filhos, ela apesar de desenvolver uma jornada igual e às vezes até superior a do

marido ainda consegue se preocupar com os filhos, tentando resgatar os laços afetivos com os mesmos.

Mas uma vez, é reforçada a idéia culturalmente arraigada na sociedade, de que o cuidado e educação dos filhos é responsabilidade da mulher, ainda em pleno século XXI, a relação de gênero, submete a mulher a ser responsável e, o que é pior, se sentir culpada por tudo que acontece de errado com os filhos. Reconhecendo que o marido nunca foi um bom pai, nem bom esposo, ainda assim se sente culpada, acredita que tudo começou quando “deixou” seu lar para ir trabalhar fora de casa, vivendo num conflito permanente entre a necessidade de continuar a trabalhar e o desejo de ficar em casa para cuidar dos filhos e até quem sabe, reconquistar o marido. Não conseguindo vislumbrar possibilidades de mudanças em sua vida sem que deixe de trabalhar, o seu dilema é justamente esse: como pode viver sem trabalhar, se o marido não assume as despesas com a família?

Quanto ao fato do filho adolescente ter se envolvido na prática de ato infracional, diz que não sabe explicar porque ele mudou tanto “os outros filhos não deram pra isso (...), são as más companhias que o levaram pra essa situação”. É muito comum nas famílias, a atribuição ao outro, de fora, o envolvimento do filho no ato infracional, pois, é sempre alguém que levou o adolescente a cometer o ato, não reconhecendo as fragilidades do contexto social e familiar que favorecem essa situação.

Moro com minha mãe, tenho três filhos, um menino de 10 anos, uma menina de 13 anos, que é doente, já fez 8 (oito) cirurgias e sempre precisa de acompanhamento médico, toma remédio controlado, e outro filho adolescente, que tem 17 anos, ele tá cumprindo medida no EREC. Eu não trabalho, recebo R\$ 80,00 reais do Bolsa Família, a mamãe é aposentada recebe aquele dinheiro que ajuda (...) No momento estamos passando por um momento muito difícil. Eu soffro muito. Sinto muita falta do meu filho (...) eu vou visitar ele (...) ele chora na visita. Eu tenho muita fé em Deus. Todos os dias eu sinto muita saudade dele. Eu não posso trabalhar, porque não tenho com quem deixar a minha filha que é doente, tenho que levar todo dia ela na fono. Ela tem aquele problema dos lábios, ela já fez muitas cirurgias, ela não fala direito, porque ela tem que fazer fono (Renilde).

Essa mãe revela para o grupo características muito próprias das famílias dos adolescentes que é a figura da mulher mãe, na luta solitária pela sobrevivência e proteção dos filhos. Mas aponta também a avó materna, como a única fonte de renda segura para o sustento da família e a pessoa com quem conta para dividir as responsabilidades e os cuidados na criação dos filhos, em função da não existência da figura de um pai com quem possa contar para dividir essas responsabilidades. Outro aspecto a ser destacado no relato desta mãe, é a presença de um dos membros da família doente, pois essa condição exige um esforço ainda maior para a garantia das

necessidades básicas, haja vista que os gastos com remédios, transporte e alimentação são redobrados para garantir a sobrevivência e o bem estar da pessoa doente. Algo que realmente chama atenção é a força que essas famílias encontram para lutar no dia a dia, o poder de resiliência<sup>6</sup> que motiva o ser humano a enfrentar seus problemas, sua capacidade de superar os desafios da vida.

A minha família é eu, meu marido uma filha e um filho, e as minhas duas netas. A minha filha de 22 anos também sumiu, quando ela tinha uns dezoito anos, ela foi enganada por um homem, que prometia uma vida boa (.....) ela estava no interior e eu fui buscar, ela (...) eu não desistir.(....) Ela foi vítima de maus-tratos no interior, hoje tem dois filhos. Hoje pra eu ser feliz só falta o meu filho que está na semiliberdade. Eu tenho uma promessa a Nossa Senhora de Nazaré que não deixou ele ir para o EREC (M<sup>a</sup> José).

No relato dessa mãe, verifica-se a identificação com a situação apresentada anteriormente, revelando uma situação semelhante à de D. Laura, quanto ao sumiço de sua uma filha. A senhora Maria José, fala dos momentos difíceis que passou, mas ao mesmo tempo encoraja a outra mãe a não desistir de procurar a sua filha, dizendo que ela não deve desistir. Neste momento, se evidencia a troca de experiência e ajuda mútua no grupo, pois, apesar das fragilidades individuais, enquanto grupo, encontram forças para enfrentarem seus problemas.

É interessante que essa mãe condiciona a sua felicidade a liberdade do filho que cumpre medida socioeducativas de semiliberdade, retribuindo a N.S. de Nazaré o fato do filho não ter ido para uma unidade de internação. Percebe-se aí que a família ainda não compreende a lógica que determina a aplicação da medida judicial, a que está ligada a gravidade do ato e a condição de cumprimento por parte do adolescente, conforme o art. 112 do ECA.

Para acalmar aquelas mães que acreditam que o problema do envolvimento do filho na criminalidade está literalmente ligado à ausência ou a não participação do pai na criação dos filhos, essa família mostra uma experiência que põe a abaixo qualquer mito dessa natureza, pois neste caso o pai é presente na vida da família. Isso reforça o que alguns autores defendem, quando dizem que a criminalidade não pode ser vista por uma única ótica, precisa ser analisada no contexto de complexidade que a envolve isso implica em levar em consideração as questões objetivas e subjetivas, que permeiam as relações familiares.

---

<sup>6</sup> Para Walsh, resiliência pode ser definida como a capacidade de se renascer da adversidade fortalecido e com mais recurso. É um processo ativo de resistência, reestruturação e crescimento em resposta à crise e ao desafio (WALSH, 2005, p. 04).

Sem qualquer dúvida pode-se afirmar que não é a estrutura da família que vai definir se os filhos vão ser bem formados, com futuro promissor ou não, mas sim a culminância de diversos fatores que podem ser fortalecedores ou enfraquecedores desse processo. Pois, a família não tem mais o monopólio da socialização da criança, o Estado e a sociedade são responsáveis em garantir as condições necessárias para que venha a desenvolver a função que lhes cabe de proteção e cuidados com as crianças e adolescentes.

Eu moro com meus dois filhos e o meu marido, que é alcoólatra, e apesar de trabalhar e ganhar razoavelmente bem ( ...) meu marido bebe muito. É um bom profissional. Ele é eletricitista, é chamado pra grandes serviços. Já teve nove celular, todos ele deixou roubar. Agora, na semana passada, ele foi roubado de novo, desta vez foi mil reais, ele fez um serviço, recebeu o dinheiro e foi logo beber ficou porre, daí é assim toda vez é isso, chega em casa sem nada. Ele diz que não é um viciado, ele não aceita ( ...) até o meu filho mais velho não fala com ele. Meu filho ameaça bater no pai, por causa da bebida, toda vez eles brigam (....) As coisas pra casa é comprada pelos meninos que trabalham, sempre tem confusão em casa por causa disso. (Filomena)

A Sra. Filomena traz outro problema vivenciado nas famílias atendidas na FUNCAP, é o vício de bebida alcoólica, que geralmente é responsável pelos conflitos e violência doméstica. Sabe-se que o problema da bebida não é uma exclusividade das famílias de menor poder aquisitivo, pois hoje atinge boa parcela da sociedade, homens e mulheres de todos os níveis sociais, raça e etnia. As famílias que vivenciam situação de alcoolismo, geralmente apresentam muitas dificuldades para garantir qualquer tipo de tratamento; primeiro porque o viciado custa a reconhecer que é um dependente e que precisa de ajuda; segundo porque ainda são insuficientes os tratamentos oferecidos; depois, porque apesar de ser reconhecido como um problema de saúde pública é quase que inexistentes esses serviços, que como tal deveria ser ofertado na rede pública de saúde, como tratamento especializado de acesso a todos que dele necessitarem.

É interessante que quando foi relatado o problema do alcoolismo, pelo menos quatro senhoras do grupo, imediatamente se identificaram com a situação e de forma até solidária a companheira do grupo também começaram a falar de suas vivências de experiências semelhantes:

- Também tenho um filho com problema de bebida. É horrível! Só eu sei! (Judite).
- Quando meu marido saiu de casa eu tinha 27 anos. Eu sofri muito, mas lutei e venci. Ele bebia muito, eu tenho um filho que também bebe (Joana).
- Você pode ter tudo na vida, mas se você tem alguém que bebe em casa é muito difícil, meu marido era alcoólatra (Antonia).
- Meu filho mais velho, que não mora comigo, bebe muito é outro problema pra mim (Laura).



Estudos do CECRIA<sup>7</sup> (1998) mostram que o vício da bebida traz sérios problemas para o alcoólatra bem como para sua família. Como qualquer vício o alcoolismo pode destruir vidas e interfere diretamente nas relações familiares. Existem dados que mostram que a prática da violência doméstica contra crianças, adolescentes e mulheres muitas vezes ocorre quando o agressor está sob efeito de bebida ou de outras drogas. Outra consequência do alcoolismo é quanto à garantia do sustento da família, pois uma vez que o indivíduo está sobre efeito da bebida ele perde a noção de responsabilidade, gastando até o último centavo que tiver no bolso, sem lembrar que a família está em casa esperando o produto de seu trabalho para garantia da alimentação. Quantos pais de família por causa da bebida perderam seus empregos, a família e até a própria vida. Dados empíricos mostram que muitos acidentes no trânsito acontecem quando o indivíduo está sob efeito do álcool, seja na condição de motorista, motociclista, ciclista ou mesmo de pedestre.

Sabe-se que outra consequência do alcoolismo consiste na perda da autoridade e do respeito das pessoas, em especial dos filhos principalmente quando estes já estão na fase da adolescência ou da juventude. Enquanto os filhos são crianças temem as agressões do pai assistem a mãe ser agredida, sentindo-se acuados sem poderem manifestar qualquer reação, mais quando crescem, geralmente vão para o enfrentamento e assim, acontecem às tragédias nas famílias entre pais e filhos, irmãos entre outros parentes.

Para identificar as contradições entre as representações sociais e o cotidiano vivido pelas famílias, foi realizada uma técnica que se chamou de dinâmica do tempo para verificar as funções e os papéis assumidos pelas participantes em suas famílias. Cada pessoa recebeu uma cartolina com os horários da manhã, tarde e noite, nos espaços elas iriam preencher o que fazem em cada período do dia. Algumas participantes foram ajudadas por não dominarem o código da escrita.

### Quadro demonstrativo das atividades cotidianas das famílias

Participante	Atividades		
	Manhã	Tarde	Noite
	6h acorda 7h prepara o café 8h lava roupas	13h lava louça 14h descansa 15h passa roupa	19h assiste televisão 20h janta 21h assiste televisão

<sup>7</sup> Centro de Referência, Estudo e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Ministério da Justiça - Brasília

<b>Joana</b>	9h vai á feira 10h prepara o almoço 12h almoça.	16h limpa casa 17h assiste televisão 18h toma banho *dia de terça vai a novena NSP Socorro * sábado vai a missa *domingo passa o dia com a irmã.	23h reza e dorme
<b>Rita</b>	6h acorda 7h prepara o café 8h vai a feira 9h faz o almoço 10h lava roupa 11h limpa casa 12h almoça	13h tirar roupa do sol 14h descansa 17h assiste TV.	19h janta 20h lava louça 21h assiste TV. 23h dorme.
<b>Judite</b>	5:30h acorda 6h faz o café 7h faz tapioca pra vender 9h lava roupa 10h vai a feira 11h faz almoço 12h almoça.	13h lava louça 14h descansa 15h faz café 16h vai visitar o neto na internação 17h arruma casa 18h assiste TV.	19h faz a janta 20h faz cocada pra vender 21h arruma cozinha 22h assiste TV 23h deita pra dormi.
<b>Maria José</b>	6h acorda 7h faz café 8h toma banho 9h vai trabalhar (é feirante) *Aos domingos trabalha e faz o almoço em casa com sua filha.	13h toma banho 14h almoça 15h descansa 16h assiste televisão 18h reza	19h fica na frente de casa c/os vizinhos 20h toma banho 21h janta 22h assiste televisão. 23h dorme
<b>Filomena</b>	6h faz café 7h vai a feira 8h faz o almoço 9h limpa casa 10h lava roupa 12h almoça	13h faz merenda 14h tira roupa do sol 15h lava louça 16h passa roupa 17h toma banho.	19h assiste TV 23h dorme. *Assume todas as tarefas de casa.

<b>Clara</b>	6h acorda 7h faz café 8h lava roupa 10h limpa a casa 11h pega crianças no colégio 12h almoça	13h arruma roupa 14h passa roupa do bebê 17h café da tarde 18h jantar	19h assiste jornal 21h faz oração 22h dorme
<b>Márcia</b>	6h acorda 7h faz café 8h toma café com a mãe 9h lava roupa 10h vai a feira 11h faz almoço 12h almoça com a mãe e o filho.	13h faz academia 2 vezes na semana 14h descansa 15h arruma casa 16h conversa com a mãe 17h faz oração ler a bíblia 18h ver novela.	19h vai à igreja 20h janta com a família 21h assiste jornal, lava louça, arruma a cozinha 22h dorme
<b>Renilde</b>	6h acorda 7h faz café 8h toma banho e leva o filho ao colégio 9h sai levar a filha ao médico 12h almoça. *minha mãe é quem faz a comida ela toma conta da cozinha.	13h lava roupa 15h limpa a casa 16h leva a filha na fonodíologa 18h merenda * as quartas-feiras vai visitar o filho na EREC	19h Assiste TV 20h fica lá na frente conversando com as vizinhas 21h janta, lava louça 23h dorme *Aos domingo vai a igreja

O objetivo dessa dinâmica não era saber exatamente o que cada uma dessas senhoras fazem em casa, mas, sobretudo conhecer como são divididas as tarefas domésticas, o nível de solidariedade e cumplicidade na organização da família, qual o lugar de destaque que cada uma ocupa na vida da familiar. Como se pode perceber, a mulher-mãe e as avós são as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, não existindo a contribuição dos companheiros, ou mesmo dos filhos, apenas uma disse contar com a ajuda da filha. Isso mostra que apesar das conquistas que a mulher alcançou, ainda é responsável quase absoluta das atividades domésticas.

O quadro demonstrativo, apesar de resumido mostra a rotina de cada mulher, apontando uma exaustiva jornada doméstica, algumas mesmo trabalham fora de casa, são as únicas

responsáveis pelos afazeres do lar, realizando jornadas duplas. Cabe chamar atenção, quanto o lazer e/ou descanso é na frente da televisão, e a realidade não lhes oferece alternativas de diversões. No momento de aprofundamento das discussões sobre o cotidiano das famílias foram destacadas algumas falas significativas do grupo quanto à “família que temos”.

- “a maior parte das tarefas é feita por mim, eu faço tudo”. (Judite)
- “lá em casa cada um cuida do seu dinheiro, eu cuido da casa” (Clara)
- “as tarefas é feita por mim e minha mãe, os alimentos é comprado pela minha mãe”. (Renilde)
- “eu que faço tudo a minha mãe me ajuda, ela ajuda faz as compras de casa, minha mãe é aposentada eu trabalho com vendas” (Márcia)
- “ meu marido ele não ajuda em nada da casa, meus filhos também, o resto tudo sou eu, meus filhos quando não tem nada eles compram a comida” (Filomena)
- “eu e meu marido trabalhamos na feira. Cada um cuida do seu dinheiro, meu marido faz as compras, eu cuido da casa”. (M<sup>a</sup> José)

Esses registros reforçam o que se observou no quadro, a mulher no “comando” da casa, não no sentido de liderança, mas prioritariamente nas responsabilidades com as tarefas domésticas, demonstrando que na família as relações estabelecidas não são pautadas nas perspectivas de objetivos comuns, fortalecedores dos vínculos familiares.

Possivelmente a falta de laços de solidariedade, ajuda mútua e objetivos comuns, são fatores enfraquecedores das relações familiares, pois, uma família que consegue estabelecer esses sentimentos, sem dúvida aumenta suas perspectivas de manter o seu elo de ligação. Quando isso não ocorre, constatamos o que acontece com as famílias atendidas na FUNCAP, que vivem relações conflituosas, sem perspectivas, colocando em dúvida a vida de crianças e adolescentes que tem o seu processo de desenvolvimento biopsicossocial comprometido. Viver em família é preciso despojamento de todos os envolvidos, e não apenas de um único membro.

#### **4.2 Como as famílias pensam a afetividade e autoridade**

Em outro momento do grupo focal, foi exibido um vídeo sobre “Desafios de Famílias”, que trata da família como ela é, como uma instituição contraditória, com seus conflitos e desafios. Os pontos significativos destacados pelos membros do grupo são bastante representativos quando afirmam que: “a família é comparada como uma flor: fere, faz chorar,

mas embeleza e da alegria, assim é a família na vida da gente. É linda, cheira, mas tem espinho, mas também murcham” (Antonia).

Apesar de reconhecer a família como espaço importante em suas vidas, esta senhora consegue perceber as contradições dizendo: “cheira, mas tem espinhos”, sabe que a vida em família não pode ser vista como eterna felicidade, de forma linear, homogênea, todos iguais simplesmente pelos seus laços de sangue ou de afinidade, o que foi refletido intensamente com o grupo. Veja o que diz esta outra senhora: “família é como uma engrenagem: onde a chave é o amor. Todos precisam do amor. O amor nunca é demais. Numa família onde não existe o amor, tudo vai mal” (Joana).

Neste outro relato se acredita que somente uma relação pautada no amor pode garantir a felicidade, não reconhecendo os outros aspectos que interferem nas relações interpessoais, pois existem outros determinantes que agem como fatores facilitadores ou enfraquecedores da relação. De forma que não se pode atribuir um valor extremo a um sentimento, como sendo o único responsável pelo bom relacionamento em uma família. Alguns autores destacam a autoridade, afetividade, limites, respeito, adversidades, responsabilidade, enfim são sentimentos e valores que atuam na vida das pessoas como fatores fortalecedores de identidade. Reconhecendo assim, que a “família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais” (CARVALHO, 2000, p.93).

Quanto ao cuidado com os filhos, a Sra. Laura, lembrou que no filme mostra que todas as vezes que a criança pedia a atenção dos pais, eles diziam que estavam muito ocupados, não atendendo a solicitação do filho. Comparando a sua vida disse: “quando os filhos são crianças a gente nunca tem tempo prá dá atenção e carinho, quando eles crescem, já são eles que não tãõ nem ai prá agente, não querem nem saber dos pais” (Laura).

Esse comentário reflete muito bem, a vivência da Sra. Laura, a que reconhece quando os seus filhos eram pequenos não lhes dava a devida atenção e depois que cresceu, ela não conseguiu resgatar esse tempo perdido. Portanto, se confirma a idéia quanto à socialização primária, que é na primeira infância, que as crianças adquirem ensinamentos e valores que irão nortear suas vidas na fase adulta.

Quando esses ensinamentos e valores não são repassados a tempo, fica uma lacuna que pode ser preenchida em outra fase da vida e por pessoas que nem sempre são as mais indicadas, que possam contribuir no desenvolvimento da criança e do adolescente para a construção de sua identidade e de seu projeto de vida. Geralmente na fase da adolescência, o menino e/ou menina que não dispõe de atenção, carinho e orientação de um adulto da família, procuram preencher esse espaço vazio na rua, com grupo de amigos ou mesmo na “*gang*” da rua.

Em relação à afetividade na família abordada no vídeo, a Sra. Renilde, diz o seguinte: “ eu aprendi aqui, que o afeto pode ser demonstrado nos pequenos gestos, mesmo quando a mãe chega cansada do trabalho ela consegue dar atenção e afeto aos filhos” (Renilde). Sendo comentada a cena em que aparece uma mãe, chefe de família, que mesmo acumulando uma dupla responsabilidade de assumir o cuidado da casa e dos filhos, tem ainda que responder pelo sustento material da família. Apesar disso, consegue estabelecer uma relação de diálogo, confiança, cuidado e afeto com os filhos.

A cena comentada por esta senhora reflete a sua inquietação e sofrimento que como mulher, acredita que não desempenhou bem o seu papel na figura de mãe e chefe de família. Pois, diz não ter conseguido junto ao filho estabelecer uma relação afetiva, de proteção, confiança e diálogo, deixando um campo livre para que o filho buscasse na rua o envolvimento com “*má companhia*”, drogas e por fim, com o ato infracional. Talvez toda essa situação, pudesse ser evitada se as relações na família fossem referência positiva na vida dos adolescentes. Sabe-se que existem outros fatores sócio-econômicos, que contribuíram para a situação, mas não se pode deixar de reconhecer que uma família que consegue estabelecer vínculos afetivos fortes desenvolve uma possibilidade maior de educação e formação dos filhos para uma vida adulta saudável, longe das drogas e da vida do crime.

Para o grupo a afetividade apresenta-se como um fator preponderante na educação e socialização dos filhos. Todos reconhecem a importância de se criar um espaço familiar acolhedor, com atitudes de carinho, respeito de uns para com os outros, fazendo com que os filhos se sintam mais seguros. Essa questão foi amplamente discutida com o grupo, uma vez que, isto é uma possibilidade e não uma garantia de que o adolescente não vai se envolver em situações de risco e violência.

Estabelecer uma relação afetiva na família, não é viver de beijos e abraços. Para Fromm “é fundar sua convivência no amor, que é respeito, que significa a preocupação de que a outra

pessoa cresça e se desenvolva como sujeito que é” (1966, p.42). Respeito, assim implica ausência de dominação e humilhação, é quando se deseja que a pessoa amada cresça e se desenvolva por si mesma, e não para o fim de servir aos caprichos do outro.

Outra questão destacada no grupo foi sobre a responsabilidade dos pais em relação ao cuidado na criação e formação dos filhos. A discussão centrou-se nas situações em que o pai é ausente e/ou inexistente na vida da família. As senhoras do grupo foram unânimes em afirmar, que a responsabilidade com os filhos deveria ser dos dois, pai e mãe, mas na prática isso que ocorre, conforme bem coloca uma mãe: “a responsabilidade com os filhos é do pai e da mãe, mas alguns homens, mesmo depois de terem seus filhos, não querem assumir seu papel de pai é só a mulher quem cuida, eles não se preocupam com nada” (Filomena).

A Sra. Filomena refere-se à questão da responsabilidade com os filhos, ressaltando que seu marido nunca assumiu suas responsabilidades com os filhos, sempre foi um homem que não cumpriu seus compromissos de pai. Observa-se que essa realidade é uma prática ainda hoje muito comum nas famílias, em que a mulher assume sozinha a responsabilidade com a educação dos filhos e ao homem cabe o sustento, que nem sempre acontece. Apesar das transformações ocorridas, algumas práticas insistem em permanecer, tais como em uma época em que o marido saía para trabalhar e a mulher ficava em casa sendo responsável pelos afazeres domésticos e criação dos filhos, com uma diferença, antes o homem assumia o seu papel de provedor, o que não ocorre nos casos referendados no grupo.

Ainda quanto aos cuidados e proteção dos filhos o grupo discutiu sobre o tempo dedicado, destaca-se que “os pais podem reservar tempo para os filhos sim, é só saber dividir o tempo do trabalho e da família, muitos não tem tempo pra família” (Judite).

Esse comentário remete a uma reflexão sobre o tempo dedicado à família, em determinado momento da história, alguns estudiosos da temática defendiam que não era a questão do tempo, mas sim, à qualidade que era importante ser garantida na educação dos filhos. Hoje, essa tese não é muita bem aceita, pois a realidade mostrou que tanto o tempo quanto a qualidade são importantes, para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Não se pode perder de vista, que a luta pela sobrevivência é o principal fator de distanciamento entre os pais e/ou responsáveis e seus filhos. Sabe-se que muitos homens saem para trabalhar ainda na madrugada e retornam ao anoitecer, cansados e sem grandes perspectivas de dias melhores, o que levá-os a não

terem motivação, nem sequer para brincar com os filhos e muito menos para acompanhar nas tarefas da educação.

As mulheres, por sua vez, especialmente as da classe pobre, possuindo baixa escolaridade, sobrevivem de empregos informais ou subempregos, passando o dia todo fora de casa, ao retornarem se preocupam com os afazeres domésticos para deixar tudo organizado para o dia seguinte. Assim, as crianças e os adolescentes ficam em casa e/ou na rua sem os cuidados e orientação de nenhum adulto.

### **4.3 Limites e possibilidades da afetividade e autoridade**

A discussão sobre autoritarismo e autoridade foi amplamente debatida no grupo focal, possibilitando a todos a compreensão da diferença entre uma e outra. Foram discutidos os conceitos, as práticas baseadas em cada definição, a diferença de uma relação pautada no autoritarismo e na autoridade, para que o grupo pudesse identificar que tipo de prática norteia sua relação familiar. Para melhor trabalhar o tema, se dividiu em dois grupos, cada um sob o acompanhamento de uma facilitadora. Grupo 1: ficou com a tarefa de dramatizar uma situação de autoritarismo na família; Grupo 2: uma situação de autoridade.

No primeiro momento os grupos discutiram o que compreendiam dos termos. A princípio as participantes do grupo comentavam que era muito mais fácil dramatizar sobre o autoritarismo, pois, essa foi à maneira como foram criadas pelos seus pais. Reconhecendo que era difícil representar sobre autoridade, mas ficaram animadas para aprender, dizendo que educar os filhos através do diálogo, do afeto e do respeito, não é fácil. Veja a síntese das situações dramatizadas:

Grupo 1: Apresentou o autoritarismo com a seguinte situação: a filha chega tarde a casa e logo é mal recebida pela mãe, que faz uma série de perguntas, mas não dá tempo para a filha responder, fica o tempo todo brigando. O pai entra e também começa a chamar atenção humilhando a filha com palavras de baixo calão, em seguida passa a agredir fisicamente a adolescente; toda essa situação é acompanhada de longe pelos irmãos, que ficam apenas assistindo com expressão de medo e desconfiança. A repressão a adolescente é na base da violência verbal, física e psicológica, não sendo garantida a filha em nenhum momento o direito de se defender ou ao menos explicar os motivos que ocasionaram o atraso.

Grupo 2: Encenou a seguinte dramatização sobre autoridade: uma família de três irmãos e a mãe como chefe da família, a filha mais nova sai para estudar e chega tarde a casa. A mãe



bastante preocupada não consegue dormir. As outras filhas tentam acalmar a mãe, aparentemente muito aflita. Depois de certo tempo chega à filha, o primeiro gesto da mãe é abraçá-la, agradecendo por ela ter chegado. Em seguida mãe e filha vão conversar sobre o motivo do atraso, o que aconteceu, por que tanta demora minha filha eu estava muito preocupada com você, nem um telefonema, diz a mãe. A filha explica o motivo do atraso, reconhece que deveria ter avisado telefonado e ao final pede desculpas para a mãe e promete que isso não vai mais acontecer, as outras filhas se aproximam e tudo acaba sendo resolvido na base do diálogo e compreensão de todos.

Os grupos apresentaram com empenho as duas situações, mostrando que tinham assimilado a diferença entre autoritarismo e autoridade. Na avaliação dos participantes a situação de autoritarismo foi dramatizada com mais naturalidade, por ser a realidade mais comum vivenciada em suas famílias. Refletiu-se com o grupo as duas situações, enfocando os vários tipos de violência praticados em famílias mantidas sob uma relação autoritária: a opressão, submissão, medo, assim como, as possíveis consequências físicas e psicológicas geradas pelos gestos, palavras, atitudes ao grupo familiar. Ressaltou-se também a importância de se criar novas relações baseadas na autoridade, que implica em cultivar a prática do diálogo, cuidado e afeto, sobretudo dos pais para com os filhos. Uma relação que é construída com base no respeito, solidariedade, compreensão, valorização do outro, certamente produz indivíduos mais seguros e melhores preparados para a vida.

Em outro momento do grupo focal, a atividade realizada foi com a técnica “a receita”. O grupo foi motivado a identificar os elementos que compõe suas famílias. Foram divididos dois grupos, um foi orientado para listar os elementos da “família que temos” e outro para listar os elementos da “família que queremos”.

De acordo com os grupos de discussão, cada participante destacou elementos representativos da “família que temos” e/ou “família que queremos”. O objetivo da técnica era identificar fatores enfraquecedores e fortalecedores na relação familiar. Assim, foram construídas duas “receitas” com os seguintes “ingredientes”:

<b>Grupo 1</b> <b>Família que temos:</b>	<b>Grupo 2</b> <b>Família que queremos</b>
- Falta ou pouco afeto	- A união entre os membros da família, filhos e os pais.
- Falta de cuidado com os filhos	- O diálogo presente em todos os momentos, entre pais e filhos e com os outros membros da família.
- Pouco carinho	- Dedicar tempo suficiente para sentirem os problemas e alegrias dos filhos.
- Autoritarismo (repreender os filhos com violência surras)	- Que haja carinho entre todos os membros da família.
- Ausência do pai	- amizade e respeito de uns com os outros.
- separação dos pais	- relação de autoridade com respeito, compreensão, amor e limites.
- brigas constantes entre marido e mulher	- saber conversar com os filhos
- Muita proteção, sem limites por parte de avós	- cuidar dos filhos, com carinho, atenção e muito diálogo.
- Educação, criação sem respeito (pai não tem moral para os filhos)	- ficar mais tempo junto dos filhos
- Falta de proteção (filhos ficam sozinhos em casa)	- saber com quem andam os filhos
- Falta de união	- ser mais amigo dos filhos.
- Ausência de valorização e atenção	- aprender a abraçar o filho
- falta de diálogo e compreensão	Valorizar todos na família

O quadro acima apresenta uma síntese do que os grupos discutiram. Vale destacar alguns relatos que foram socializados na apresentação dos grupos:

“um dos “ingredientes” que falta na minha família é a ausência do pai de meus filhos, ele nunca assumiu nada, meu filho sente muita falta de um pai, eu acho que a falta do pai é que leva o filho da gente pra esse lado. Eu sempre fui sozinha, meu pai era quem era o pai do meu filho, ele cuidava, dava atenção, dava carinho até demais, acostumava até mal o neto. Quando meu pai morreu tudo mudou, desmoronou tudo. Eu era como uma irmã do meu filho, de repente eu tive que ser a mãe dele (...) eu não sabia nem cuidar dele, teve que ter responsabilidade” (Renilde).

Renilde, afirma que não era referência para o filho, às vezes se via como sua irmã, com a morte do avô, teve que assumir a responsabilidade pelo filho sem nenhum prepara. Essa situação acontece, com muita frequência, com mães muito jovens que tiveram seus filhos ainda na adolescência, geralmente os avós assumem os netos.

Outro “ingrediente” destacado por Renilde é a falta de cuidado com o filho, pois, acredita que foi esse o motivo do envolvimento do adolescente com “más companhias”. Comenta que o filho trabalhava de ajudante numa oficina de mecânica e que com a influência de outros adolescentes, que falavam da facilidade de conseguir dinheiro “roubando”, ele foi cometendo pequenos furtos. Ressalta também que tinha um bom relacionamento com seu pai, mas, com a mãe tem dificuldade de diálogo, que ela pouco ajuda nas tomadas de decisões e que não incentiva em quase nada, lembra que quando o pai era vivo tudo era muito diferente. Hoje, Renilde está mais presente na família e se sente responsável pelo cuidado e educação dos filhos.

Os relatos a seguir mostram principalmente os aspectos identificados por três membros do grupo que fizeram questão de falar sobre as fragilidades que acreditam ter contribuído para o envolvimento do adolescente na prática do ato infracional:

(...) minha vida de casada durou muito pouco, desde muito cedo assumi a função de mãe e pai, sempre fui presente na vida dos meus filhos, buscando protegê-los de tudo. Ao mesmo tempo que protegia eu era muito rígida em repreendê-los, não conseguia dialogar, escutar as razões deles. Sempre fui superprotetora com rigidez, batia neles quando ia repreender, eu era autoritária, isso gerou muitos conflitos na minha família e influenciou no comportamento do meu filho (Márcia).

(...) o “ingrediente” mais presente em sua família é a falta de união, os filhos são cada um por si, não conversam, nem dão atenção aos sobrinhos adolescentes, não conseguem não querer saber que eles precisam de proteção, amor e carinho (...) que são tudo uma família” (Judite).

(...) relaciono os “ingredientes” da família a situação do meu neto, sempre dei muito carinho, muita proteção, e todo amor dei pro meu neto o que não dei aos meus filhos, mas ele sente a rejeição da mãe, ela nunca ligou pra ele (Joana).

O grupo ficou bastante à vontade para compartilhar as situações vivenciadas em suas famílias, reconhecendo os principais fatores que tem marcado as transformações das relações familiares, conforme o relato percebe-se as fragilidades que precisam ser trabalhadas para o fortalecimento dos vínculos familiares, a ausência da afetividade e autoridade aparece embutida nos discursos como fatores preponderantes neste processo.

A conclusão do grupo aponta para as seguintes considerações: - existem ingredientes que não podem faltar na família, à afetividade é como o trigo, não pode faltar e nunca é demais; é preciso dosar os “ingredientes” da “receita”, assim como é necessário ter autoridade, definir limites e ter respeito para viver em família.

Finalmente a facilitadora ressalta que cada família é única, com seu jeito próprio de ser, de se relacionar e de conviver; não existe família perfeita, não existe receita pronta para viver em família cada uma cria sua forma de ser e de viver. Essa técnica foi escolhida propositalmente para que entendam que não tem receita pronta. Pois, que falta em uma pode sobrar na outra, mas é a especificidade que as fazem únicas.

Com relação aos temas propostos, pelas famílias para discussão no grupo focal foi explorado o tema da violência reportando aos fatos recortados das manchetes de jornais. Foram discutidas situações que retratam crimes de repercussão nacional como o crime bárbaro ocorrido em Belo Horizonte, que um homem matou o outro e comeu o coração do morto.

Toda discussão foi direcionada para a identificação dos motivos que contribuem para o cometimento de atos desta natureza, relacionando a discussão para o cotidiano das famílias, as dificuldades pelas quais passam e a violência sofrida na infância, que pode deixar “marca” que ensejam comportamentos agressivos na vida adulta. O grupo foi convidado a refletir sobre as situações de violência que ocorrem nos espaços que vivem: no bairro, rua e família. Sendo ressaltado que a família é um importante instrumento para frear esse círculo de reprodução de violência, e que pode dá suporte para reconstrução de novas atitudes e valores.

Quanto ao crime ocorrido em Belo Horizonte, veja o que alguns membros do grupo dizem a respeito desse episódio ao comentar o fato:

(...) isso é a falta de humanidade, de amor, carinho e cuidado é falta de fé, essas coisas precisa ser ensinada desde pequeno. Parece que Deus não existe na vida deles. Meu neto foi rejeitado pela mãe quando criança, mas eu dei todo carinho e cuidado pra ele (Joana).

(...) as pessoas estão distante de Deus, não procuram pensar mais em Deus. Questiona: Como essa pessoa foi criada? Como viveu com sua família? Eu queria saber o que o meu filho pensa, o que levou ele a cometer o ato que ele fez (...) é a falta de conversa com os pais, a falta de Deus, é a mudança dos valores. Hoje os filhos não tomam mais bênção dos pais (M<sup>a</sup> José).

(...) isso acontece por falta de amor ao próximo. Por isso que a violência toma conta de tudo (Clara).

(...) às vezes a gente dá carinho e o filho da gente faz o que faz. Hoje o meu filho tá preso, eu me pergunto, por que ele cometeu essa violência”. (Filomena). Referindo-se ao marido diz: “eu queria que ele mudasse, ele não está nem aí pra nada, queria que ele desse um pouco de carinho para os filhos, ele nem liga pra eles”. (Filomena).

(...) de um tempo pra cá muitas coisas tem mudado (...) só Deus mesmo para mudar essa situação de violência (Madalena).

(...) eu também perdi um filho em um assalto, até hoje eu não me esqueço, é uma dor que ninguém esquece, parece que tiraram um pedaço de mim, até hoje eu tenho muita saudade dele (Joana).

(...) parece que de um tempo pra cá acontece muita coisa ruim. Antes não tinha muito bandido. Eu não entendo e não aceito essa violência hoje. Fazendo referência ao filho diz que: eu não aceito o que ele fez, ele ta preso por assalto, mas eu não aceito (Laura)

Nesses relatos percebe-se que as mães e/ou avós quando são motivadas a opinar sobre a situação de violência, elas logo se remetem as situações dos filhos e dos netos, querendo encontrar os motivos que impulsionaram a prática do crime. É interessante que nenhuma consegue reconhecer os determinantes externos à família, que também precisam ser considerados quando se analisa uma situação tão complexa e abrangente. A reflexão foi realizada, no sentido de esclarecer os determinantes históricos, sócio-econômico, político e cultural que interferem

direta ou indiretamente nas relações sociais, alterando a vida das pessoas. Na tentativa de desmistificar mitos que remetem a violência, simplesmente a falta de Deus, é preciso que compreendam as questões objetivas e subjetivas que permeiam a problemática.

Uma atividade interessante desenvolvida com o grupo foi para que representassem o retrato do filho e/ou neto, falando de suas características e qualidades através de desenhos, ou frases, enfatizando seus defeitos e virtudes. Na apresentação todos acabaram relacionando o retrato do adolescente ao cometimento do ato infracional, as más companhias e demonstrando impotência em lidar com questões que envolveram o adolescente. Em alguns momentos percebe-se que se sentem culpados, pelas atitudes dos filhos com relação à situação de violência que se envolveu. Conforme os relatos a seguir:

A genitora do adolescente José Pedro, 18 anos, apresentou um desenho do filho que ilustrava um menino brincando de skate e comentou que seu filho:

(...) sempre foi um menino muito divertido, carinhoso e alegre até se envolver com más “camaradagens” (M<sup>a</sup> José).

A genitora do adolescente Antonio, 16 anos, expressou-se bastante emocionada dizendo:

(...) meu filho sempre foi um bom menino depois de certas amizades, mudou, no momento se encontre nessa situação, eu amo muito meu filho, estou do lado dele eu vou ajuda ele, ele vai conseguir superar (...) meu filho vai sair, vai mudar (...) por causa do que aconteceu com meu filho, hoje, sou desprezada pela minha família, só a minha mãe me ajuda, os outros meu irmão, minhas irmãs ninguém fala comigo ( Filomena).

Avô do adolescente Gabriel, 15 anos, refere-se ao neto dizendo:

(...) que era uma beleza. Depois que se meteu com camaradagem, não prestou mais. O participante informou que o pai de Felipe morreu e a mãe sumiu, tendo que ficar com dois netos, Felipe e sua irmã (14 anos). Eles não obedecem. Ele responde mal (Raimundo)<sup>8</sup>.

Avó do adolescente João Paulo diz que:

(...) criei meu neto dos 2 aos 15 anos, até os 13 anos dormia comigo. Sempre recebeu carinho, cuidado. Dei o que não dei pros meus filhos. Teve bom relacionamento familiar até os 15 anos, quando começou a visitar a casa da mãe, que liberava o filho para as festas. Não voltava mais para casa e se envolveu com má camaradagem, até se meter nesse assalto, mudou seu comportamento (Joana).

Mãe do adolescente Bruno, 16 anos, refere-se ao filho, assim:

(...) meu filho não gosta de estudar, briga muito com os irmãos, (...) os filhos da gente não obedecem mais os pais (...) só agora ele sabe quem é amiga dele (Madalena).

Mãe do adolescente Marcelo, 17 anos, filho caçula de uma família de três irmãos:

(...) trabalho como empregada doméstica, passo o dia fora de casa pra ajudar os meus filhos. (...) meu filho era um filho muito bom, ficava em casa com seus irmãos, estudava.

---

<sup>8</sup> O Sr. Raimundo avô do adolescente Gabriel veio apenas em uma única reunião, pouco falou, justificando que não sabe falar é a sua senhora (Judite) quem acompanha o neto.

Mas depois que cresceu, começou a mentir, não obedecia mais, foi se envolvendo com “má camaradagem” (...) onde foi que erramos?(...) depois que os filhos crescem, a gente perde a autoridade sobre eles. (Laura)

A genitora comenta ainda outros motivos do envolvimento do adolescente no ato infracional:

(...) meu filho começou a se envolver com “má amizade”, são adultos, bandidos, que mandam o adolescente fazer assalto, dizendo que ele é de menor não acontece nada com ele. Adulto faz a cabeça do adolescente, dizendo pro adolescente assumir o crime, porque com ele não pega nada. Adulto aluga arma para adolescente até cem reais ou empresta a arma, são eles que fazem a cabeça do adolescente. O adolescente acredita que nada pega com ele, só quando ele vai pra uma unidade preso é que ele se dá conta que não é bem assim. É ai que se enganam, pois desde que foi preso aqueles que se diziam seus amigos se afastaram (...) meu filho foi preso por assalto à mão armada em um ônibus e fugiu, quando me contaram eu fui entrega ele pra polícia (...) aqui eu sinto apoio os encontros ajuda a gente a refletir dá tranqüilidade, a gente aprende e divide as dificuldades com as colegas,é muito bom (Laura).

È importante ressaltar que as mães reconhecem os filhos como “bons” e acreditam que somente depois que se envolveram com certas amizades, “más companhias” é que começaram introjetar comportamentos e atitudes prejudiciais ou de más condutas. O interessante, nesses relatos é que sempre elas atribuem a terceiros a conduta dos filhos. Negando assim, qualquer responsabilidade sobre a atitude dos filhos.

O grupo trouxe com bastante ênfase a expressão “má camaradagens” referindo-se a influência principalmente de pessoas adultas nas mudanças de comportamento dos filhos. A reflexão gerada em torno da questão aponta para os fatores de risco de natureza social e familiar, pois o problema não pode ser analisado sem esses dois véis. Entre os fatores sociais se destacam as condições sócio-econômicas desfavoráveis, expressas pela condição de pobreza, superpopulação familiar, ausência de serviços públicos de retaguarda para essas famílias, além do alto índice de desemprego, entre outros; como os fatores familiares identificam-se o próprio ambiente social de moradia, o problema de alcoolismo e abuso de drogas pelos pais, atitudes punitivas corporais até o abuso físico e sexual por parte de membro da família. Atitudes coercitivas, autoritárias que expressam a incapacidade do adulto em dialogar, orientar de forma respeitosa para educar e formar crianças e adolescente.

Todos esses fatores são relacionados ao envolvimento do adolescente em ato infracional apresentado pelos filhos. O adolescente na busca de mudar sua realidade procura muitas vezes a substituição do espaço familiar que está enfraquecido afetivamente pela rua, onde encontram atenção, amizade, e apoio de pessoas mal intencionadas.

É preciso criar um espaço alegre, um ambiente acolhedor na família, pois o grupo da “camaradagem” cria força quando a família se enfraquece. O adolescente geralmente vai buscar na rua o que não encontra em casa. A camaradagem pode ser positiva ou negativa. O ser humano sente necessidade de se agrupar. Esse grupo só vai influenciar negativamente na vida do adolescente se ele não tiver uma boa orientação para fazer a distinção entre condutas que podem favorecer o cometimento de ato infracional.

A reflexão no momento consiste em provocar as mães a pensarem que a “má camaradagem” que elas se referem pode ser a do filho da vizinha, que hoje também passa pela mesma dificuldade. Portanto, pensar a problemática do ato infracional cometido pelos adolescentes implica em tornar essa família uma possibilidade de somar forças, para superarem juntas as dificuldades que, por hora, foram citadas pelas mães: ociosidade, a falta de acompanhamento e convívio familiar, etc.

Na conclusão desse momento o grupo foi convidado a assistir um vídeo sobre “A Força do Relacionamento”, que trata de diversos conflitos familiares, em que cada família procura resolver seus problemas com base nas relações estabelecidas entre seus membros. Abordando a diferença da resolubilidade de um problema em uma família, cuja relação é pautada no autoritarismo e outra na autoridade. Os membros do grupo destacam alguns pontos que chamaram atenção ressaltando as seguintes questões conflituosas:

A vida no início começa bem, é beijo e abraço pra cá e pra lá, mas depois vai se desgastando. É igual as relações de hoje, ninguém mais quer ter responsabilidade (Joana).

(...) os filhos assistindo as brigas dos pais, se revoltam, eles não aceitam, o pai bater na mãe. O casal que discute e se ofende na frente dos filhos gera medo nos filhos e distanciamento na relação familiar (Filomena).

(...) a mãe esperando o filho voltar das festas. Eu fiquei várias noite esperando o meu filho voltar, não sabia onde ele estava (M<sup>a</sup> José).

Meu neto sempre chega tarde. É igual no filme que a mãe fica esperando o filho chegar, eu e minha senhora, fica acordado, ele não obedece (Raimundo).

(...) com diálogo, a família se entende, se acerta o “ponto x” é a gente conversar e ver o que está errado para consertar. O meu marido não conversa. Somente através do diálogo as pessoas podem saber o que o outro pensa, entender e transformar a casa num ambiente feliz (Laura).

A reflexão é no sentido de que as relações entre homem e mulher, são relações que precisam ser cuidadas, praticar a arte de amar é um exercício que potencializa uma convivência fortalecida e duradoura. Concorde-se com Fromm (1966) quando afirma que não se pode aprender algo, a não ser praticando. Para tanto, a prática de qualquer arte tem certos requisitos, conviver em família é preciso exercitar a arte de amar com disciplina, paciência, criar condições objetivas para uma convivência saudável, e ter fé, no sentido, de acreditar na possibilidade da transformação do ser humano, acreditar que é possível construir relações estáveis e respeitadas. A disciplina é fundamental, no sentido de aprimorar comportamentos e atitudes potencializadores do relacionamento familiar.

Na discussão em grupo as mães e avós ainda se referem à educação dos filhos e netos, tendo por base a época em que foram criadas, referindo-se até de forma saudosista, como se aquela época fosse melhor, “bastava um olhar do pai para que o filho entendesse de imediato, o que ele queria dizer”. Pensar a educação dos filhos a partir de outra época que não condiz com a realidade vivenciada hoje dificulta a compreensão das determinantes que se apresentam no conflito de gerações. Isso impede a convivência sadia com as diferenças e as diversidades de credo, raça, etnia e geração, aumentando a dificuldade de compreender comportamentos e atitudes que se diferenciam do que essa pessoa tem como referencial.

A vivência de constantes brigas e confusões em família acaba por despertar na criança e no adolescente o medo, a insegurança. A família como espaço contraditório precisa ser reconhecida como espaço de divergência, mas não pode ser visto como um “ringue de luta livre”, em que cada membro procura viver sua individualidade, sem considerar o outro com seus direitos e deveres. Não se quer aqui defender a família como espaço de plena felicidade, quando só o amor reina durante os trezentos e sessenta dias do ano. Acredita-se sim, que toda família se apresenta como espaço conflituoso, porém, o diferencial é a maneira que cada família encontra para lidar com as suas divergências e resolver seus problemas, ou seja, é a forma como se relacionam e se comunicam que fazem a diferença.

O estabelecimento de regras claras e bem definidas se apresenta como uma prerrogativa necessária para uma vivência familiar bem definida, contribuindo para o respeito aos limites estabelecidos em família. A definição desses limites é importante para a formação e desenvolvimento da criança e do adolescente, pois uma família que não impõe limite, deixa suas



crianças e adolescentes sem parâmetros, sem referencial de valores, formando pessoas inseguras e desorientadas.

Em uma avaliação preliminar percebe-se a partir dos relatos, que o grupo atingiu bom nível de entrosamento, conseguindo socializar seus problemas, demonstrando confiança para relatar suas experiências familiares estabelecendo uma relação de solidariedade entre os participantes tanto na escuta como no apoio e incentivo para superar as dificuldades.

Na perspectiva de aprofundamento do conhecimento de cada pessoa do grupo realizou-se outra técnica para trabalhar os sentimentos e perspectivas individuais e coletivas. Foi entregue uma cartolina com as seguintes orientações: desenhe uma pessoa e escreva o que se pede em cada parte do corpo desenhado;

- 1- Rosto da pessoa – um sonho
- 2 – Boca (lado esquerdo) – frase dita que se arrependeu de ter dito
- 3 - Boca (lado direito) – frase que deseja falar a alguém
- 4 - Mão esquerda – o que deseja receber do grupo
- 5 - Mão direita – algo que necessita receber do grupo
- 6 - Coração – uma paixão
- 7 - Pé esquerdo – um objetivo (meta de vida)
- 8 - Pé direito – passos que estar dando para alcançar o objetivo

Comando	Frase
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um sonho</li> </ul>	“a libertação de meu filho” (Márcia) “terminar meus estudos” (Clara) “ser muito feliz” (Filomena) “que o meu filho saia transformado, outra pessoa” (M <sup>a</sup> José) “Que meu neto volte pra casa e seja um bom menino” (Judite) “encontrar minha filha e ser feliz com meus filhos” (Laura) “eu quero que os meus filhos sejam felizes” (Joana) “vê meu filho mudado” (Madalena)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frase dita que se arrependeu de ter dito</li> </ul>	“eu briguei com a minha cunhada, falei besteira” (Márcia) “mulher mundana” (Clara) “as vezes chamo palavras pesadas” (Filomena) “me arrependo de ficar de mal com minha irmã”. (M <sup>a</sup> José) “não ter conseguido estudar” (Judite) “mandar meus filhos embora de casa” (Laura) “.....” (Joana) “desculpa e perdão por ter ofendido meu filho” (Madalena)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frase que deseja falar a alguém</li> </ul>	“pedir desculpa para meu sobrinho” (Márcia) “melhorar a educação” (Clara) “desculpa pelo que falei ao meu filho” (Filomena) “quero dar mais carinho e conversar mais com minha filha” (M <sup>a</sup> José) “eu adoro meu neto” (Judite) “dizer aos meus filhos o quanto eu amo eles” (Laura) “gostaria de dizer para mãe do meu neto que ela desse mais

	carinho do que coisas materiais pra ele” (Joana) “eu amo os meus filhos” (Madalena)
• O que deseja oferecer ao grupo	“muito amor” (Márcia) “amor” (Clara) “amor e carinho” (Filomena) “amor, abraços e carinho” (M <sup>a</sup> José) “abraço, aperto de mão” (Judite) “carinho” (Laura) “amor, carinho, afeto” (Joana) “carinho” (Madalena)
• Algo que necessita receber do grupo	“atenção e carinho” (Márcia) “carinho” (Clara) “mais atenção” (Filomena) “amor, afeto” (M <sup>a</sup> José) “amor carinho” (Judite) “orientação” (Laura) “visita das pessoas, atenção de pessoas amigas, me sinto muito só em casa”. (Joana) “atenção e carinho” (Madalena)
• Uma paixão	“eu tenho uma grande paixão pelos meus filhos e minha mãe” (Márcia) “pelos filhos” (Clara) “os filhos” (Filomena) “meus filhos” (M <sup>a</sup> José) “morar bem,” (Judite) “meus filhos” (Laura) “pelos filhos, netos e irmãos” (Joana) “os filhos” (Madalena)
• Um objetivo (meta de vida)	“eu quero ver meus dois filhos formados e minha casa pronta e depois de tudo eu quero um grande amor.” (Márcia) “ver minha neta criada” (Clara) “melhorar de vida” (Filomena) “quero ter primeiramente paz, depois ver meus filhos felizes e em paz”(M <sup>a</sup> José) “ter uma boa casa” (Judite) “ver a minha família unida” (Laura) “cuidar da saúde e viajar” (Joana) “eu quero um emprego de carteira assinada”. (Madalena)
Passos que estar dando para chegar lá	“estou guardando dinheiro no banco para construir minha casa” (Márcia) “participar do grupo” (Clara) “estudar ” (Filomena) “eu participo das reuniões daqui, me fortalece a enfrentar os problemas”. (M <sup>a</sup> José) “contar com ajuda dos filhos” (Judite) “nada” (Laura) “cuidar da saúde, tomo remédio controlados para garantir minha saúde, estou participando do grupo para aprender e fazer mais amigos”. (Joana) “estou trabalhando para conseguir o meu objetivo”. (Madalena)

Essa técnica possibilitou a cada uma se confrontar com o seu próprio “eu”, seus anseios, suas vontades, seus sonhos. Foi trabalhada a motivação de que todas são capazes de superar as

dificuldades, de se projetarem para viver uma vida melhor. Algumas participantes tiveram dificuldades de visualizar os objetivos e as metas, porém todas disseram que tinham sonhos a realizar. O interessante nesse momento foi perceber que apenas uma das senhoras tem um sonho individual, ou seja, todas as outras apresentam sonhos relacionados à família. Outra questão é quanto ao projeto de vida pessoal, tudo que elas apresentam é pensando para o coletivo, para a família, nunca nela própria, apresentam muita dificuldade em projetar um futuro, pois apenas conseguem visualizar o presente, o imediato, que é a situação do filho ou do neto. Na reflexão foi dada ênfase ao potencial de cada uma, para que reconheça que para alcançarem seus objetivos precisam tomar decisões, ter atitude, fazer opções e acreditar que são capazes.

No encerramento do grupo focal foi realizada uma avaliação para perceber se os encontros com as famílias tiveram repercussão positiva na vida das que participantes conforme os relatos:

- Eu senti que atraves do grupo eu me fortaleci mais aprendi a falar e conversar melhor com os meus filho. Foi bom por que conheci novas amigas, me descontraí foi bom obrigado (Madalena)
- Pra mim foi muito legal participar do grupo da amizade que arrajei do apoio que tive e agradeço muito pelo apoio e pela força obrigado por tudo (Laura)
- Eu gostei muito de esta com o grupo porque ele mi fais feliz eu vou ter muita falta do grupo tudo que é bom dura pouco. que Deus abençoe voces. (Joana)
- Para mim foi bom conhecer pessoas amigas formamos um grupo de amizade. Ouvi palavras boas que me deram muita força só tenho muito que agradecer tudo que passei por aqui para que um dia agente possa se encontrar. Obrigado por tudo. Fiquei chique de doer. (Maria José)
- Este grupo representa tudo pra mim. União paz amor pra mim. (Judite)
- Estes grupo representou muitas na mudança na minha família muita amizade para mim (Renilde)
- Eu sinto vontade de participar e me fortalecer mais n este grupo (Laura)
- Foi conhecimento como lidar com a família achei ótimo aprendi um pouco mais com vocês, foi maravilhoso e inesquecível para nos (Márcia).

Percebe-se nos relatos que os encontros do grupo focal não foram somente fonte de informação da pesquisa, mas, atingiu o objetivo inicial do grupo de escuta, reflexão, troca de experiência e ajuda mútua. Na perspectiva de trabalhar as potencialidades das famílias para que possam exercer suas funções, principalmente no que se refere ao processo de cumprimento da medida socioeducativa, com vista a contribuir na construção de um novo projeto de vida para o adolescente.

## Considerações Finais

O desenvolvimento da presente pesquisa teve como enfoque o conhecimento das vivências comuns do cotidiano das famílias que estão em contexto de infração. Nas observações realizadas foi possível constatar que, além da questão sócio-econômica, como fator de enfraquecimento dos núcleos familiares estudados, outro aspecto foi evidenciado, o sócio afetivo, e estão diretamente vinculados com o exercício da afetividade e autoridade.

A pesquisa confirmou o que da experiência profissional se vêm constatando, ou seja, não é apenas o adolescente autor de ato infracional que precisa do acompanhamento socioeducativo, mas o grupo familiar, que sem perspectivas de vida e sem uma rede social assegurando condições objetivas para exercerem suas funções, necessitam também de proteção, orientação e apoio. Portanto, qualquer trabalho com o adolescente autor de ato infracional, urge a necessidade de envolver também a sua família, visando, em seu interior, o fortalecimento dos seus vínculos, identificar e valorizar suas potencialidades na perspectiva do exercício da sua autonomia possibilitando assim, a construção de um novo projeto de vida. Pois aqueles adolescentes que não recebem o apoio e o acompanhamento da família dificilmente conseguem construir outra perspectiva para mudar sua história de vida.

A respeito da questão norteadora, as análises dos encontros dos grupos focais, apontam que as transformações ocorridas nas últimas três décadas interferiram sobremaneira na mudança da estrutura, da organização e das relações nas famílias. E confirmam que essas mudanças sem dúvida estão refletindo significativamente na forma de relacionamento de autoridade e afetividade. Pois, o grupo como um todo percebeu as alterações vivenciadas em suas famílias com relação a essas duas categorias.

O estudo aponta para a importância das categorias, afetividade e autoridade como elementos a serem cultivados na família, desenvolvendo uma relação baseada na afetividade e autoridade consiste em estabelecer uma convivência afetiva, em que o respeito, a disciplina, a valorização do outro são os compromissos que vão dar sustentabilidade e equilíbrio emocional na orientação e educação de crianças e adolescentes. Estas considerações são reflexos das narrativas feitas pelos membros do grupo focal, os quais apontam tais questões como determinantes para o enfraquecimento dos seus laços familiares.

Estabelecer uma relação afetiva em família, em especial entre pais e filhos, não é fazer tudo que o outro quer dar-lhes tudo o que pedem, mas, sobretudo ajudá-los a crescer como ser humano, como pessoa, desenvolvendo suas potencialidades, trabalhando sua auto-estima, para que reconheça suas qualidades e desenvolva tudo que tem de melhor em si. É o ato de amar que valoriza o outro, construindo uma convivência que cultiva laços de solidariedade e o respeito mútuo. Uma relação estabelecida na afetividade imprime marcas que vão acompanhar a pessoa por toda a vida, contribuindo para a definição do seu modo de ser e de agir com os outros.

Com relação a desenvolver um relacionamento familiar com autoridade implica em manter posição firme na orientação e educação dos filhos. Isso requer que as regras e normas estabelecidas entre os membros da família sejam claras e bem definidas, que todos conheçam os limites e as responsabilidades que são estabelecidas. Quando se defende uma relação pautada em regras e normas, em nenhum momento se está pregando o autoritarismo, quando adultos arrogantes e impositivos adotam práticas violentas e coercitivas para impor respeito e obediência. Relações dessa natureza foram repudiadas pelo grupo, tendo sido reconhecida como fatores que não favorecem o fortalecimento dos vínculos familiares.

O exercício da afetividade e da autoridade é necessário em um ambiente familiar, pois, propicia o desenvolvimento biopsicossocial tanto da criança como do adolescente, os quais necessitam desse referencial, pois será com base nele que irão construir suas identidades e orientar suas vidas, quando adultos. É na família que se aprende valores básicos como: verdade, honestidade, respeito, dignidade, enfim parâmetros do alicerce da convivência na sociedade. Se não existe na família um adulto que desenvolva esse papel de educador diante das crianças e adolescentes, uma lacuna se estabelece na vida do indivíduo, espaço que pode ser preenchido por outra pessoa ou instituição, que nem sempre vão agregar valores positivos na vida do indivíduo.

É necessário que o responsável na orientação e educação das crianças e adolescentes na família seja cuidadoso e delicado no seu agir, buscando ser sensato, agindo com firmeza e coerência, enfim, ocupando o espaço que lhe cabe, de fato e de direito, que seja efetivamente um responsável, que se preocupe com o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Verificou-se no transcorrer desta pesquisa a existência de um vazio no espaço que deve ser ocupado pelos pais, já que do grupo de dez famílias pesquisadas, quatro são chefiadas por avós, o que leva a conclusão de que os pais de hoje parecem terceirizar sua função ou não querem assumir sua condição.

Outro aspecto da vida moderna que influência na questão refere-se ao fato da mãe ter que exercer uma atividade laboral fora de casa seja para ajudar na manutenção do lar ou até mesmo para sustentá-la. Na maioria dos casos estudados, a figura do pai, quando presente, é meramente decorativa, já que não contribuem na educação e nem no sustento do grupo familiar ou doméstico.

Observou-se, também, que das dez famílias pesquisadas seis são monoparentais, no caso, todas chefiadas apenas por mulheres, mãe ou avó, o que revela outra característica da família moderna, diferente daquela que por muito tempo era tida como padrão, ou seja, pai, mãe e filhos, a chamada familiar nuclear. Na atualidade tem sido comum o reconhecimento dos novos arranjos familiares.

As representações sociais dos membros do grupo sobre a concepção que têm do que é família, mostra a idéia que a família é uma instituição em que reina “o amor, o carinho, a união, a compreensão, enfim é tudo, a felicidade entre pai, mãe e filhos”. São as conclusões do grupo. Essas expectativas remetem a reflexão de autores que como Carvalho (2000); Sarti (2000); Szymanski (2002), dentre outros, destacam que essa concepção de família ainda está no imaginário coletivo e são as mesmas que ainda estão impregnadas de idealizações, tendo como referencial a constituição nuclear. Apesar das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, o modelo de uma família feliz continua ser uma busca constante na vida e no imaginário social das pessoas como um padrão a perseguir.

A expectativa de que a família produza amor, carinho, cuidados, proteção, afetos e união, lembra Carvalho (2000), quando reconhece isso como possibilidades e não como garantias, pois essa garantia depende não somente das relações interpessoais. Não se pode perder de vista que a família vive num dado contexto podendo ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades, além do que, diversos fatores de ordem objetiva e subjetiva interferem diretamente nesse processo. No relato das famílias, percebe-se uma grande frustração quando não conseguem construir esse tipo de relação, pois, a televisão mostra grupo familiar feliz, maridos oferecendo flores, filhos bem sucedidos na vida profissional e afetiva, tudo isso causa angústia e sofrimento, porque na vida real não conseguem vislumbrar nenhuma perspectiva para a vivência de uma relação semelhante as da novela.

A pesquisa mostra que para os membros do grupo a família representa um papel fundamental na vida deles. Entretanto, é clara a limitação que apresentam para executarem a função de educadora e formadora de indivíduos, necessitando de suporte não somente de ordem

sócio-econômica, mas também de apoio humano para o enfrentamento de dificuldades e desafios; ou seja, o grupo familiar precisa de proteção e orientação sócio-familiar para garantir as condições necessárias ao desempenho de suas funções. Quando se trata de famílias em contexto de infração não se pode pensar como “culpada” ou “coitadinha”, mas é preciso reconhecê-la com suas potencialidades e possibilidades e todo e qualquer programa direcionado a esse público precisa, necessariamente, desenvolver ações de promoção, formação, orientação e proteção. Talvez, assim, possa fortalecer a estrutura familiar e a partir daí essa família venha a contribuir efetivamente para a construção de um novo projeto de vida do adolescente.

Concorda-se com Sarti (2000), quando afirma que a família para os pobres não é apenas o elo afetivo mais forte, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Na fala das famílias pode-se vê a expressão como “a família é tudo”, o que implica numa relação fundada num código de lealdade e de obrigações mútuas e recíprocas, em que se abre mão de projetos individuais em função de outrem, para preservar o elo que os liga. Nestes casos, as mulheres mães são as mais sacrificadas, pois são as que geralmente deixam de estudar ou até mesmo de trabalhar, para cuidarem dos filhos, abrindo mão da própria vida.

Quando se perguntou no grupo quem estava estudando, apenas uma senhora respondeu que sim, enquanto, as outras todas disseram que não estavam e nem pretendem retornar, cada uma apresentou seus motivos. No entanto, pode-se perceber que estudar não fazia parte de seus projetos de vida e nenhum dos membros do grupo conseguiu almejar projetos pessoais, mais audaciosos, vislumbrando uma profissão de destaque na sociedade com sucesso profissional. Seus sonhos estão intimamente ligados às suas condições objetivas e parecem que não conseguem perceber suas potencialidades. Essa dificuldade é fortalecida quando lhes são negadas as possibilidades e oportunidades no contexto social em que vivem.

Quanto às relações do cotidiano das famílias se observou nos relatos a presença de relação de reciprocidade e obrigação, quando os filhos adultos ajudam ou assumem o sustento da mãe como retribuição a tudo que ela lhes ofereceu. Em especial quando depois da separação, essa mãe lutou sozinha na criação dos filhos, o que é muito comum nos grupos familiares das camadas mais empobrecidas. Aqui se faz apenas referência à mãe porque foi o relato do grupo, mas não quer dizer que essa atitude também não seja efetuada quando se trata da figura masculina. Acredita-se que naquelas famílias em que o homem assume essa função de cuidado com os

filhos, também aconteça essa reciprocidade, entretanto, como as mulheres são reconhecidamente as que assumem esse papel, são elas que recebem esse amparo na velhice.

Sarti (2005) confirma essa realidade quando observa que nas famílias em que a mãe é viúva ou é separada, especialmente quando não tem nova união, ela torna-se a figura aglutinadora do que resta da família e sua casa acaba sendo o lugar de refúgio dos filhos nas situações de desamparo, nos períodos de desemprego, brigas conjugais, e até nas separações. Enfim, passa a ser o ponto de referência para o grupo à mãe é devido um respeito particular, pois é na sua casa que todos acham o aconchego do lar e sentem-se um pouco donos, como se estivessem nas suas próprias casas. Em troca, os filhos retribuem atenção, cuidado e amparo material.

Quando os membros do grupo focal participaram das dinâmicas para expressarem sobre a “família que temos” e a “família que queremos”, descreveram exatamente a “família real” e a “família ideal”. Pois, ao falarem da “família que temos”, trazem as contradições, os conflitos, a dificuldade de construir relações de afetividade, carinho, união, diálogo e respeito. Entretanto, na construção da “família que queremos”, colocaram a necessidade de se cultivar na relação familiar todos esses aspectos que apontam como dificuldades para o fortalecimento da família. Assim, percebe-se que essas pessoas acreditam na idealização da família, como se toda família tivesse que somente construir bons sentimentos, não reconhecendo as determinantes externas que interferem direta e indiretamente na organização e função da família.

A segunda questão norteadora foi plenamente discutida e assimilada pelos membros do grupo, concebendo a família enquanto instituição historicamente construída, sendo produtoras das relações sócio-econômicas, políticas e culturais na sociedade que vai refletir em mudanças do padrão tradicional de socialização da criança e do adolescente. Mas foi a partir dos relatos dos grupos focais, que foi possível identificar como está família se relaciona com os novos valores e normas na relação com os filhos, nos dias atuais.

A complexidade que envolve as relações familiares em contexto de infração, implica numa intervenção profissional que de forma nenhuma pode ser desvinculada das determinantes estruturais e conjunturais dos processos sócio-históricos que envolvem a realidade brasileira. As relações familiares estão permeadas por um contexto amplo e complexo que exige um olhar abrangente e de modo algum pode ser abordada por uma visão simplista ou maniqueísta, quando, por exemplo, a análise da questão se foca apenas em uma possível causa.



Sabe-se que existem outros fatores que envolvem a problemática e que se não forem considerados pode conduzir o pesquisador a lançar um olhar reducionista deixando de observar a subjetividade, prejudicando assim, a dimensão real da questão e, conseqüentemente, a sua análise final. Daí porque, se justifica a dinâmica deste trabalho, a partir das balizas que foram estabelecidas, ou seja, os aspectos sócio-econômicos e afetivos, uma vez que se acredita que a partir desses dois elementos a compreensão sobre o tema seja maior abrangência e possibilita uma intervenção profissional mais qualificada.

A família não é a única instituição responsável pelo processo de socialização do indivíduo, porém, desempenha um papel fundamental na construção de um novo projeto de vida do adolescente, autor de ato infracional, funcionando como sua principal base de apoio, ainda que não se descarte o papel importante que a escola e a igreja exercem sobre a formação deles. No entanto, estas instituições não conseguem se apresentar como aglutinadoras e irradiadoras de elementos da subjetividade afetiva do adolescente, que, por sua vez, necessita de um ambiente de maior cumplicidade, quanto ao desenvolvimento dos objetivos em comum.

É importante ressaltar que a família é uma instituição de caráter contraditório, espaço de convivência e de necessidade do compartilhamento de sentimentos e experiências que quando se assemelham, contribuem assim para um maior fortalecimento dos participantes, mas, que nem sempre isso acontece e deve ser encarado como algo inerente às relações familiares. O fato de o espaço familiar ser considerado um ambiente privilegiado de convivência, não significa que não haja conflitos nas relações nele estabelecidas, muito pelo contrário, é um lugar propício para o confronto de idéias e poder. O que as famílias parecem não entender é que os conflitos são inerentes às relações interpessoais em qualquer espaço de convivência.

Num grupo de dez familiares, quatro eram avós; a participação efetiva delas na criação dos netos denuncia outra situação que é o abandono dos filhos pelos pais, pelos diversos motivos. Essa realidade vivenciada no âmbito de algumas famílias é marcada pelo choque de gerações, expressado nos conflitos de valores e das próprias situações de vida típicas de um contexto social complexo, em que as relações são balizadas pelas limitações das avós em lidar com uma realidade que tem dificuldades de compreender para acompanhar e educar os netos; seja pelo distanciamento de idade, seja pelas questões sócio-culturais que os diferem e os afastam mostrando a heterogeneidade de visões entre as gerações.

Daí a dificuldade de se estabelecer relação de autoridade e afetividade, uma vez que os avós não conseguem trabalhar a questão de limite e responsabilidade com os adolescentes, através do diálogo e do respeito. A única forma de autoridade que conhecem como “educativas” é a que seus pais utilizavam, porém reconhecem que hoje não é mais possível educar uma criança da mesma forma como foram criados. Percebem que aquele modelo usado pelos seus pais não se aplica hoje, embora não saibam explicar exatamente porque, mas afirmam que as coisas mudaram, “os filhos não obedecem mais os pais”, é só isso que conseguem vê, não percebendo essas mudanças dentro de um contexto social mais amplo e complexo.

Devido às limitações de ordem diversas e a carência de conhecimentos básicos que fundamentam qualquer relação, os avós tentam a qualquer custo suprir a ausência dos pais com total dedicação de afeto e cuidado com a obrigatoriedade da função socializadora e educativa, para superar a lacuna deixada pelos pais. Assim, muitas vezes acabam não conseguindo discernir o que é afeto e o que permissividade, até porque é muito difícil para eles estabelecerem relações de outra forma se não existe em seu universo social algo diferente, nada, além disso, faz parte do seu acervo de conhecimento formal ou informal.

As condições objetivas e subjetivas atuam como fatores inerentes nesse processo, em que o nível de escolaridade é baixíssimo, problemas de saúde e as precárias condições de sobrevivência, são aspectos que contribuem sobremaneira para que avós possam desempenhar a função de acompanhar e orientar os netos no processo de desenvolvimento e formação. Não se pode perder de vista o contexto sócio-econômico, político e cultural em que a família está inserida. Assim, a orientação e apoio sócio-familiar são indispensáveis nesse processo, visando ampliar o nível de potencialidades dessas pessoas para que possam se preparar melhor para enfrentar as tensões e conflitos que afetam a convivência entre as gerações.

Quanto à questão financeira, ficou demonstrada que cada um cuida do seu próprio dinheiro, não tem alguém responsável pelas receitas e despesas domésticas. Isso significa dizer que não existem organização e planejamento da vida financeira familiar, certamente que essa falta de administração, vai repercutir na organização e no funcionamento da família como um todo. Em alguns relatos observa-se que a única renda do grupo familiar é de fontes informais, o que prejudica fazer planejamento, pois não conseguem estipular uma média de ganho mensal ou mesmo semanal; a informalidade não lhes garante fazer uma estimativa de ganhos, isso quer dizer que eles vivem o tempo todo na incerteza do amanhã, diferente das famílias que possuem renda

por menor que seja, mas sabem exatamente que valores podem contar para as despesas da família.

Quanto à terceira questão norteadora o estudo confirma que a família não é a única instituição responsável pelo processo de socialização da criança e do adolescente, mas desempenha um papel fundamental na construção de sua identidade. No caso do adolescente autor de ato infracional, a família funciona como sua principal base de apoio. Os relatórios disponibilizados pela FUNCAP mostram que os adolescentes que não tem o apoio de sua família não conseguem construir novo projeto de vida, pois é a família quem dá sustentação emocional e sócio-afetiva para que esse adolescente sinta-se encorajado a mudar sua trajetória de vida.

A convivência no seio das famílias em contexto de infração é garantida a muito custo, já que a situação de vulnerabilidade social em que se encontram está diretamente associada à situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda do país, que produz o contingente dos excluídos sociais. Tais questões, sem dúvida, atuam como fator desagregador da família, interferindo, assim, no aumento das famílias monoparentais tendo a mulher como chefia do domicílio. A inserção da mulher no mercado de trabalho também tem sido motivo de degradação do espaço doméstico, uma vez que essas estão desassistidas pelas políticas públicas que venham garantir-lhes suporte básico para que, mesmo na sua ausência, a família cumpra com as suas funções especialmente com relação à socialização das crianças e adolescentes.

Algumas mulheres lamentam que, em função da situação financeira, tiveram que sair para trabalhar como empregada doméstica ou como feirantes. Na ausência dos pais os filhos ficam sós, sob os cuidados de um filho mais velho que assume as tarefas da casa, cuidando dos irmãos menores e ainda tem que dar conta de ir à escola. Essa realidade não é privilégio exclusivo do grupo pesquisado, pois essa condição se constata nas periferias da grande Belém, em cujo cenário mostra crianças cuidando de crianças, adolescentes passam o dia inteiro na rua, ou até mesmo na frente da televisão, sem que nenhum adulto esteja por perto para orientá-los; assim crescem principalmente os que moram nas periferias, sob as regras, normas e limites, da mãe ou do pai “rua”, ou ainda da televisão que também preenche o espaço vazio que não foi ocupado pelo adulto.

Na realidade, a questão mencionada acima denuncia o descaso das políticas sociais que não priorizam programas e serviços destinados a atender e dar retaguarda às famílias que necessitam de apoio para o cuidado com suas crianças. Nesse sentido, concorda-se com Rizzini (2000), quando afirma a necessidade do fortalecimento das bases de apoio que são os recursos

familiares e comunitários que oferecem seguranças físicas, emocionais e afetivas a criança e adolescentes. Esse apoio pode ser desenvolvido através de atividades comunitárias ou organizações como: creches, escolas, serviços das igrejas, clubes e movimentos infanto-juvenis, os que estabelecem oportunidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades para que a família possa desempenhar bem suas funções.

O estudo distingue a contradição entre as representações sociais e a realidade concreta, embora a família para eles seja união; e na prática, isso não acontece, pois quando no relato do cotidiano da família percebeu-se que as tarefas de limpeza, manutenção, alimentação, cuidados com a casa e com crianças e idosos é de total responsabilidade da mulher (mãe ou avó). Não havendo, portanto, ajuda mútua, e sim total exploração de uma única pessoa, a qual não se percebe na condição de explorada, acreditando ter obrigação de cuidar de tudo, e não divide tarefas com as outras pessoas da casa.

Contrariando alguns autores, não se reconhece nesse estudo a família como a “base de tudo”, mas acredita-se ser fundamental no processo de construção de identidade e como primeiro espaço de aprendizado e socialização do indivíduo. Para tanto precisa, necessariamente, ser apoiada para poder desempenhar bem sua função, pois é responsável pelo processo que marca a vida do ser humano desde a infância a até a idade adulta. Quando se reconhece a importância da família nesse nível, em nenhum momento se despreza a observação do contexto social em que está inserida. Para tanto, não se pode negar a influência de fatores externos ao ambiente familiar que vão está consolidando o processo de socialização.

O processo do grupo focal foi planejado na perspectiva, não somente para atender às necessidades da pesquisa, mas, possibilitasse o reconhecimento individual de cada membro, suas potencialidades e limites. Através dos encontros conhecer as famílias e suas relações, visando à valorização de suas possibilidades, de desenvolvimento e a consolidação de suas competências para contribuir efetivamente na construção de novo projeto de vida para o adolescente.

Assim, na experiência com o grupo focal, todos os esforços foram enveredados no sentido de se criar oportunidades de reflexão, escuta, troca de experiência e cuidado mútuo, de forma que pudessem conhecer a si e aos outros e daí construir outros horizontes de vida em família. No entanto, o ambiente de carência extrema em que vivem, parece tornar essa tarefa inatingível e não deixa que se vislumbre qualquer perspectiva positiva.

A pesquisa aqui apresentada pode até não representar uma nova descoberta para os profissionais que trabalham na área, porém, vem reafirmar o que diversos estudos já apontaram quanto à ausência ou insuficiência de políticas públicas de proteção e promoção das famílias. Logo, identifica a necessidade de programas e serviços de orientação e apoio sócio-familiar como urgente e de amplo acesso aos que deles precisam. Todas as famílias que participaram do grupo focal revelaram a inexistência ou ineficácia de programas de prevenção, como retaguarda para os adolescentes que vivem em situações de risco social.

Enquanto o estado brasileiro não tomar decisão política para efetivação da garantia dos direitos da criança e do adolescente, cada vez mais cedo esse seguimento infanto-juvenil estará envolvido na criminalidade, buscando através do crime preencher o vazio do desejo do consumo, um apelo cada vez mais presente e que querem experimentar a qualquer custo. Assim, assaltam e matam por qualquer valor e a vida para eles não tem preço, ou melhor, pode até ser o valor de um simples celular, de uma bicicleta usada, ou ainda por dois ou três reais apenas para satisfazer o desejo de consumir drogas. É nesse cenário que a sociedade paraense observa as crianças e os adolescentes morrendo e matando numa guerra em que as instâncias formais e informais de controle social não conseguem impor um limite.

No que se refere ao processo de cumprimento da medida socioeducativa, não resta dúvida da importância do envolvimento da família. No entanto, o que precisa ser mudado é o foco do atendimento, deslocando-o do adolescente para a família, e também ampliar a ênfase para a dimensão sócio-afetiva, não reduzir tão somente ao enfoque sócio-econômico. Por isso, se destaca o fato de que qualquer trabalho com a família deve-se incluir nele a dimensão sócio-afetiva, para que não se permaneça com ações limitadas que só trabalham visando suprir as necessidades básicas do grupo familiar, sem conseguir trabalhar as relações interpessoais e, muito menos, o fortalecimento dos vínculos.

Quando se defende um trabalho na perspectiva não somente sócio-econômica, mas também sócio-afetiva, não pretende desenvolver uma prática individualista de caráter conservador, com o resgate de ações de aconselhamento que visam à solução de conflitos familiares a partir das relações internas, com uma concepção reduzida, focada em conflitos de gerações ou incapacidade dos pais em lidarem com os filhos.

Quando se considera a importância dos aspectos sócio-afetivos, na vida do ser humano, não se concebe a família como espaço meramente amoroso e moralizador. Conforme acreditam

autores com discursos apoiados no reducionismo materialista, criticando que uma concepção quando investe no aspecto subjetivo está pautada na ingenuidade ou numa visão ilusória da vida. Entretanto, o estudo mostra a importância de se investir no homem por inteiro, na sua subjetividade ou espiritualidade, no sentido da identificação e construção subjetiva de todo o contexto em que está envolvido. Se não considerar todos os aspectos de sua vida, se estará descartando possibilidades de transformação do ser humano.

Sem dúvida nenhuma que o contexto de desigualdade social estabelecida na sociedade brasileira, é uma agravante de enfraquecimento das relações familiares, quando não permite que se desenvolva o sentimento de pertencimento e solidariedade, dificultando assim, a convivência familiar. Entretanto, a afetividade e autoridade se apresentaram neste estudo como fatores fortalecedores dos vínculos familiares, favorecendo a construção de projetos de vida em comum, visando dar sustentabilidade emocional ao indivíduo no processo de desenvolvimento.

A experiência profissional sempre mostrou que os adolescentes que são acompanhados pelas respectivas famílias conseguem construir de forma mais segura novo projeto de vida, porém, isso é uma possibilidade que nem sempre se concretiza. O estudo mostra que essa realidade só pode ser efetivada se for trabalhada a condição objetiva e subjetiva para que essa família possa exercer sua responsabilidade de forma plena, se lhe forem garantidas as condições reais para exercício de suas potencialidades em um contexto favorável para tal.

Toda essa reflexão é pautada nas vivências relatadas pelas famílias nos encontros do grupo focal, ou em momentos do atendimento individual, pois sempre após os encontros, algumas senhoras ficavam para conversar com as facilitadoras, buscando orientação ou mesmo para desabafar situações que não foram contempladas no grupo.

As primeiras observações do relato dos grupos apontam situação comum a todas elas quanto ao tipo de relação familiar que são estabelecidas, com laços afetivos e de autoridade fragilizados, relações que a prática do diálogo é quase inexistente, as decisões acontecem apenas por uma pessoa, sem discussão com os demais membros da família, predominando desrespeito com mulher, crianças e adolescentes. São relações com características muito próprias num processo de constante instabilidade, agressividade, parecendo um verdadeiro “barril de pólvora”, que a qualquer tempo pode explodir, assim vivem algumas famílias, quando tudo e qualquer coisa se transformam em motivos para brigas e agressões. Enfim, é a materialização da sua própria fragilidade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência e direitos humanos no Brasil**, In: Revista Praia Vermelha: **Estudos de política e teoria social/UFRJ**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Vol. 1, nº11. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_, **Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, UFRJ, 1987.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda & D'INCAO (Orgs.). Maria Ângela. **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** - 3ª Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Constituição ( 1988 ). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. AZEVEDO, Mª Amélia & GUERRA, Viviane N. de A (Orgs.). 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

CAVALCANTE, Lília Ieda Chaves. **O Afeto e seu avesso: Um estudo sobre abandono e violência na família**. UFPA. CSE- GEPIA, Belém, 1999.

CASEY, James. **A História da Família**. São Paulo: Ática, 1992.

CETRULO NETO, Francisco. Simmel: **Sociabilidade e Sociedade Moderna**, In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Sociabilidade: Espaço e Sociedade**. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

COSTA, A.C.G. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município.** São Paulo Malheiros, 1993.

\_\_\_\_\_, **A presença da Pedagogia: métodos e técnicas de ação socioeducativa.** São Paulo: Global: Insituto Ayrton Senna, 1999.

COTTA JÚNIOR, Humberto. **Leituras Sobre Família e Modos de Vida no Tempo e no Espaço,** In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Sociabilidade: Espaço e Sociedade.** São Paulo: Grupo Editores, 1999.

CURY, GARRIDO & MAÇURA. **Estatuto da criança e do adolescente anotado.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 17.

D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Amor Romântico e a Família Burguesa,** In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.) **Amor e Família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sentimentos Modernos.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mulher e Família Burguesa,** In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil .** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade.** 5ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** Brasília: UNB- CECRIA, 1998

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão Social e Perda do Poder Familiar.** São Paulo: Veras, 2007.

FRAGA, Paulo Denisar. **Violência: forma de dilaceramento do ser social.** In Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII, nº 70, São Paulo, Ed. Cortez, 2002.

FREIRE, J. C. **Ordem médica e norma familiar.** 2ª ed. Rio Janeiro: Graal, 1983.

FREYRE, G. **Casa Grande e senzala – Formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** 2 vols., Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.



FROMM, Erich. **A Arte de Amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

FUNCAP, **Relatórios de Gestão, Núcleo de Planejamento** - Belém-Pará. 2004 a 2007.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade, cap. 4 Interação Social e vida Quotidiana**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

GOKHALE, S.D. **A Família Desaparecerá?** In Revista Debates Sociais n° 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4ª. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutura da esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 4ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. **Revolução Cultural**, In: **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva: Editora da USP, 1990.

IBGE. (2002). Censo Demográfico 2000, Questionário da Amostra. Belém, IBGE.

KOLOUSTIAN, Sílvia Manoug. **Família Brasileira, a base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KEHL, M. Rita. **A Juventude como Sintoma da Cultura**, In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEAL, M. F. Pinto & M. A. César. **Indicadores de Violência Intra-familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Ministério da Justiça – CECRIA, 1998.

LEITE, M. M. & MASSAINI, M. I. **Representação do Amor e da Família**, In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e Família Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIMA, Graziela. **Violência: Sociabilidade do Relacionamento de Gênero?**, In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Sociabilidade: Espaço e Sociedade**. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

MACHADO, Lia Zanotta. **Famílias e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil**, In: *Série Antropologia* n° 291. UNB. Brasília, 2001.

- MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social**, In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSE, Herbet. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. São Paulo: Global, 1986.
- MOREIRA, SUCENA & CRUZ Neto. **Pesquisa em Serviço Social e Política Social**. In Revista Ser Social 9: **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. 2002
- NEDER, Gizlene. **Família Brasileira, a base de tudo**, In: **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- OLIVA, Ângela Maria N. **O Estatuto da Criança e do Adolescente: Um estudo sobre as medidas sócio-educativas e a reincidência**. Belém: UNAMA/ FIDESA, 2003.
- OLIVEIRA, Edineia Alves de. **O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva?**, In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIII, nº 82, São Paulo: Cortez, 2005.
- PASSETI, Edson. **O menor no Brasil Republicano**, In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p.23.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais**, In: Revista Capacitação em serviço social e política social: módulo 1: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.
- PEREIRA, P.A. **Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família**. In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.
- POCHAMANN, Marcio (Org). **Atlas da Exclusão Social, volume 2: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003
- \_\_\_\_\_. **Atlas da Exclusão Social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POSTMAN, Neil. **A Invenção da Infância**, In: **Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

PRIORE, Mary Del (Org.). **Histórias da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RIZZINI, Irene et al. **Criança não é risco, é oportunidade: Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. CESPI/USU/EDUSU – Instituto PROMUNDO – 2000

\_\_\_\_\_, Irene (Org.). **Olhares sobre a Criança no Brasil: Séculos XIX e XX** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula: Amais, 1997.

\_\_\_\_\_, Irene. **O século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula: Amais, 1997.

\_\_\_\_\_, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: Uma análise de sua construção**. Série **Estudos e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula: Amais, 1993.

SALES, Apolinário Mione et al. **Política social, família e Juventude: Uma Questão de Direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_, **Família e Individualidade: um problema moderno**. In: **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAWAIA, Border B. **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**, In: **Família e Afetividade: a Configuração de uma Práxis Ético-Política, Perigos e Oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2005;

SILVA, Maria Olinda Tavares da. **Famílias Paraenses: Um estudo de suas características e interações**, In: **Série de Relatórios de Pesquisa**. UNAMA, 1997.

SIMONIAN, Ligia T.L. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAED, 2001.

SIROTA, Régine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**, In: **Cadernos de Pesquisa**. FGV. São Paulo, mar. 2001, nº. 112.

SOUZA, Gisele. **Observar as Infâncias: Caminhos Investigativos**, In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATO, Karyna Batista. **O direito penal juvenil no estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: USP, 2003. **Originalmente apresentado como tese de dissertação de mestrado**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em Família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**, In: Revista Serviço Social & Sociedade n°. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teorias e “teorias” de Famílias**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VICENTE, Cenice Monte, **O Direito a convivência familiar e comunitária: Uma política de manutenção do vínculo**. In. Família brasileira a base de tudo: 4ª Ed. São Paulo. Cortez, 2000.

VIDAL, Josep Pont. **A realidade social e externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa**. Paper do NAEA n° 203. Belém-Pará- Brasil: Novembro de 2006.

\_\_\_\_\_, Josep Pont & ABREU, Maurílio de. **Família, Trabalho e Participação nos Municípios Minero-Metalúrgicos de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná. Síntese do relatório de Pesquisa**. (mimeo). Belém, 2006.

\_\_\_\_\_, Josep Pont. **As estruturas e o cotidiano. Possibilidades para uma nova compreensão da realidade**. Belém, 2008 (impresso).

\_\_\_\_\_, Josep Pont. **Para o (re) descobrimento do ser humano. Possibilidades das Ciências Sociais**. Paper NAEA, n. 201. Belém, NAEA /UFPA, 2007.

VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias Monoparentais: indagações**, In: Revista Serviço Social & Sociedade n°. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, Maria Amália Faller. **Socialização e família: uma análise intergeracional**, In: **A Família Contemporânea em Debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência n° IV: Os Jovens do Brasil**, UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

WALSH, Froma. **Fortalecendo a Resiliência Familiar**. São Paulo: Roca, 2005

WOORTMANN, Klass. **Lévi-Strauss e a Família indesejada**, In: *Série Antropologia* n° 351. UNB. Brasília, 2004.